

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	28
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	33
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	55
4.5 - Processos sigilosos relevantes	56
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	57
4.7 - Outras contingências relevantes	58

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	59
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	60
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	62
5.3 - Descrição dos controles internos	65
5.4 - Programa de Integridade	74
5.5 - Alterações significativas	77
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	78
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	79
6.3 - Breve histórico	80
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	87
6.6 - Outras informações relevantes	88
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	89
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	91
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	92
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	94
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	101
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	102
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	104
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	107
7.8 - Políticas socioambientais	108
7.9 - Outras informações relevantes	109
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	110
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	111

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	112
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	113
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	114
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	117
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	118
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	119
9.2 - Outras informações relevantes	122
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	123
10.2 - Resultado operacional e financeiro	133
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	140
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	141
10.5 - Políticas contábeis críticas	142
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	143
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	144
10.8 - Plano de Negócios	145
10.9 - Outros fatores com influência relevante	146
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	147
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	148
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	149
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	153
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	160
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	162
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	163

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	166
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	167
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	168
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	170
12.12 - Outras informações relevantes	171

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	172
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	175
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	179
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	181
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	182
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	183
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	184
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	185
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	186
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	187
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	188
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	189
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	190
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	191
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	192
13.16 - Outras informações relevantes	193

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	194
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	198
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	199
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	201
14.5 - Outras informações relevantes	202
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	203
15.3 - Distribuição de capital	215
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	216
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	217
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	218
15.7 - Principais operações societárias	219
15.8 - Outras informações relevantes	227
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	228
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	229
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	235
16.4 - Outras informações relevantes	238
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	239
17.2 - Aumentos do capital social	240
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	241
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	242
17.5 - Outras informações relevantes	243
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	244

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	245
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	246
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	247
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	248
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	249
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	250
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	251
18.8 - Títulos emitidos no exterior	252
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	253
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	254
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	255
18.12 - Outras informações relevantes	256

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	257
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	258
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	259

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	260
20.2 - Outras informações relevantes	261

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	262
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	264
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	265
21.4 - Outras informações relevantes	266

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Michael Lenn Ceitlin

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores



Mundial S.A. - Produtos de Consumo
Companhia Aberta
CNPJ: 88.610.191/0001-54

DECLARAÇÃO

MICHAEL LENN CEITLIN, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo/SP, à Rua domingos Augusto Setti, 224 apto. 181, bairro Chácara Klabin, CEP 04116-070, CPF 295.996.600-72 e RG 6007913129/SSP-RS, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da MUNDIAL S.A – PRODUTOS DE CONSUMO, declara que: (a) reviu o Formulário de Referência exercício encerrado em 2018; (b) todas as informações contidas do formulário atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos Arts. 14 a 19; e (c) o conjunto de informações nele contidos é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2019.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Não se aplica a Companhia.



Mundial S.A. - Produtos de Consumo
Companhia Aberta
CNPJ: 88.610.191/0001-54

DECLARAÇÃO

MICHAEL LENN CEITLIN, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo/SP, à Rua domingos Augusto Setti, 224 apto. 181, bairro Chácara Klabin, CEP 04116-070, CPF 295.996.600-72 e RG 6007913129/SSP-RS, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da MUNDIAL S.A – PRODUTOS DE CONSUMO, declara que: (a) reviu o Formulário de Referência exercício encerrado em 2018; (b) todas as informações contidas do formulário atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos Arts. 14 a 19; e (c) o conjunto de informações nele contidos é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2019.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	30/04/2012 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria geral das Demonstrações Contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Total dos honorários referente serviços prestados de auditoria externa foi de R\$320.000,00. Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, revisões trimestrais da Companhia e suas controladas, individual e consolidada, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wladimir Omiechuk	30/04/2012 a 31/12/2016	315.757.570-87	Av. Borges de Medeiros, 2233 - 8º andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: womiechuk@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1236-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	21.601.212/0001-02
Período de prestação de serviço	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria geral nas demonstrações financeiras trimestrais e anuais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Total dos honorários referente serviços prestados de auditoria externa foi de R\$ 279.600 (duzentos e setenta e nove mil e seiscentos reais). Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, revisões trimestrais da Companhia e suas controladas, individual e consolidada, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.
Justificativa da substituição	Atender ao disposto no Art. 31 da CVM 308/1999, que determina o rodízio obrigatório do auditor independente a cada 5 (cinco) anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
SERGIO LAURIMAR FIORAVANTI	01/01/2017	363.631.380-00	Av. Nilo Peçanha, 724, Sala 201, Bela Vista, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90470-000, Telefone (51) 21251400, e-mail: sergio.fioravanti@bakertillyrs.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Informamos que a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes Sociedade Simples é a empresa que presta serviços de auditoria externa relacionadas aos exames das demonstrações financeiras da Mundial S/A e respectivas controladas referente ao exercício de 2018. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados quaisquer outros serviços dessa empresa de auditoria externa no decorrer do ano.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	-134.675.060,58	-139.208.106,75	-60.470.103,13
Ativo Total	1.022.493.815,50	977.888.781,83	952.144.357,41
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	469.948.867,48	437.123.003,61	421.201.660,89
Resultado Bruto	160.626.881,01	150.744.793,29	137.390.301,23
Resultado Líquido	3.062.531,54	-79.158.199,53	-41.263.675,15
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	780	780	780
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-54,315800	-56,144100	-24,388200
Resultado Básico por Ação	1,235200	-31,925300	-16,642100
Resultado Diluído por Ação	1,23	-31,92	-16,64

3.2 - Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis;

A margem EBITDA Ajustada em 2018 foi de 17,9%, 0.9 p.p. inferior do que a margem apurada em 2017, 18,5%. A margem EBITDA reflete os desafios enfrentados pela divisão Fashion que registrou EBITDA negativo de R\$ 0,7 milhão em 2018 ante R\$ 7,9 milhões positivo em 2017, parcialmente compensado pelos esforços de busca de eficiência.

EBIT - EBITDA - Consolidado	Acumulado 2018	Acumulado 2017
Receita Líquida	469.949	437.123
Lucro Operacional Bruto	160.627	150.745
Despesas Operacionais	(104.655)	(122.328)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	55.972	28.417
EBIT	55.972	28.417
Depreciação e amortização	13.452	13.537
EBITDA	69.424	41.954
Reconciliação do EBITDA	14.540	38.840
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)	4.069	3.969
*Ajuste a valor presente de ativos e passivos	4.710	7.256
*Multa rescisão contrato comercial	4.816	6.080
*Créditos extemporâneos	(2.548)	14.434
*Rescisões por redução de quadro	2.111	7.851
*Ganho por venda de subsidiárias exterior	-	(2.389)
*Impairment	1.382	1.639
EBITDA - ajustada	83.964	80.794
Margem EBITDA - ajustada	17,87%	18,48%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

Reconciliação do EBITDA	14.540	38.840
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)	4.069	3.969
*Ajuste a valor presente de ativos e passivos	4.710	7.256
*Multa rescisão contrato comercial	4.816	6.080
*Créditos extemporâneos	(2.548)	14.434
*Rescisões por redução de quadro	2.111	7.851
*Ganho por venda de subsidiárias exterior	-	(2.389)
*Impairment	1.382	1.639

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia em razão de não considerar determinados custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. Mas ainda assim demonstra a capacidade de operacional Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve evento subsequente no último exercício que possa alterar substancialmente as demonstrações financeiras apresentadas.

Descrever Política de destinação dos Resultados dos 03 últimos exercícios:	2018	2017	2016
a. Regras sobre retenção de lucros	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme o Capítulo VI nas alíneas (a), (b) e (c) do Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.	O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme o Capítulo VI nas alíneas (a), (b) e (c) do Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.	O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme o Capítulo VI nas alíneas (a), (b) e (c) do Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observados as prescrições legais.	A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observados as prescrições legais.	A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observados as prescrições legais.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativos ou arbitrais.	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembleia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum “da	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembleia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum “da	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembleia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum “da

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.	Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.	Assembleia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	A Companhia não possui e não divulga Política de destinação de resultados. As regras são seguidas conforme determinadas em seu Estatuto Social, Capítulo VI, artigos 27 e 28.	A Companhia não possui e não divulga Política de destinação de resultados. As regras são seguidas conforme determinadas em seu Estatuto Social, Capítulo VI, artigos 27 e 28.	A Companhia não possui e não divulga Política de destinação de resultados. As regras são seguidas conforme determinadas em seu Estatuto Social, Capítulo VI, artigos 27 e 28.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas para os exercícios encerrados em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	0,00	Outros índices	13,78000000	Índice de endividamento foi calculado através da EBTDA (Passivo circulante + Passivo não Circulante dividido pela EBTDA) resultando um endividamento em 13,78 x o valor da EBTDA.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		280.670,97	547.438,56	0,00	0,00	828.109,53
Títulos de dívida	Garantia Real		22.947.478,49	5.782.168,97	0,00	0,00	28.729.647,46
Empréstimo	Garantia Real		186.489.800,98	3.882.039,01	0,00	0,00	190.371.839,99
Títulos de dívida	Quirografárias		668.830.580,09	107.239.158,18	23.697.076,11	137.472.453,14	937.239.267,52
Total			878.548.530,53	117.450.804,72	23.697.076,11	137.472.453,14	1.157.168.864,50
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações sobre aspectos financeiros que a Companhia julgue relevante divulgar.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Abaixo descreveremos os riscos existentes atualmente, que em nosso entendimento podem nos afetar negativamente, bem como os riscos adicionais desconhecidos por nós ou que atualmente julgamos irrelevantes que também podem afetar os negócios, a condição financeira e os resultados, bem como o preço de mercado das ações.

Riscos relacionados:

a) Ao emissor;

Uma das principais estratégias da Companhia e manter o crescimento, a sustentação e a perpetuidade dos negócios.

A estratégia da Mundial consiste em gerenciar as marcas, desenvolver e comercializar os produtos com qualidade e design diferenciado atendendo o mercado consumidor e industrial. Nossa criatividade e habilidade geram cada vez mais iniciativas de crescimento. Todavia, nossa estratégia dependerá de nossa capacidade de cumprir algumas metas, dentre as quais destacamos:

- ✓ Lançar novos produtos com qualidade e inovação;
- ✓ Fortalecer e proteger nossas marcas;
- ✓ Expandir nossas vendas no mercado externo,
- ✓ Aumentar a produtividade e eficiência operacional;
- ✓ Aumentar as vendas no segmento, moda e consumo de massa
- ✓ Diluir nossos custos operacionais por uma gama maior de produtos.

Embora a Companhia acredite na sua capacidade de gerenciar fatos adversos inesperados, não podemos assegurar que as metas acima citadas sejam realizadas com êxito e por completo. Caso não consigamos identificar com sucesso as necessidades dos nossos consumidores, se alguns de nossos produtos apresentar problemas de qualidade, ou ainda se sofrermos contingenciamento no abastecimento de matérias-primas, poderemos ter dificuldades em fabricar e comercializar nossos produtos. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não obter sucesso nos lançamentos de novos produtos, fato que poderá causar um efeito adverso na situação financeira e resultados operacionais.

Nosso principal desafio para atingir as metas de vendas está ligado diretamente as necessidades dos nossos consumidores. Por conseguinte, o resultado das vendas dependerá da nossa habilidade de prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências de mercado e nas preferências dos consumidores, oferecendo mercadorias atrativas e desejáveis, a preços competitivos.

Se nossos novos produtos não forem competitivos e não formos capazes de prever, identificar estas tendências de estilo ou de preferência do consumidor, ou se analisarmos incorretamente o mercado para qualquer nova linha de produtos, poderemos sofrer uma queda nas vendas o que também afetaria negativamente nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A concorrência dos produtos é altamente competitiva, tendo como competidores desde pequenas até grandes empresas, bem como produtos falsificados que são comercializados livremente no mercado, que poderá causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Acreditamos que nossas marcas são ativos valiosos e importantes para o sucesso da Companhia. A comercialização indevida através da pirataria de produtos fabricados fora do país ou ainda sem autorização ou com apropriação indevida de nossas marcas registradas, pode diminuir o valor de nossas marcas. Da mesma forma, qualquer infração ou alegação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós, ainda que sem mérito, pode resultar em litígio demorado e oneroso, ocasionando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxa de licença. Qualquer demanda desta natureza pode ter reflexos negativos em nosso resultado operacional.

A companhia pode não conseguir reduzir sua alavancagem financeira, o que aumentaria seu custo de capital, afetando negativamente sua condição financeira ou resultados operacionais.

Caso a Companhia apresente redução em sua geração de caixa operacional ou aumento do seu endividamento, o seu custo de capital poderá sofrer um crescimento e, conseqüentemente, afetar negativamente sua condição financeira e o resultado de suas operações.

O nível de endividamento da companhia pode afetar negativamente sua capacidade de levantar capital adicional para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia e impedir o cumprimento de suas obrigações.

O grau de alavancagem da companhia pode ter consequências importantes, tais como:

- Limitar a capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro;
- Limitar a capacidade de distribuir dividendos;
- Uma parte da geração de caixa das operações pode ser alocada para pagamento de juros, não ficando disponível para outros fins;
- Limitar a capacidade da companhia de ajustar-se a mudanças nas condições de mercado;
- Descumprir garantias constantes nos contratos, o que poderá levar os credores a declarar o vencimento antecipado dos contratos.
- Eventual negativa da parte do acionista majoritário de avalizar as operações de crédito mediante a prestação de aval poderá inviabilizar a renovações dos contratos de financiamento da operação.

De acordo com o seu endividamento atual, a companhia poderia contrair dívidas adicionais sob certas circunstâncias, o que poderia aumentar os riscos descritos acima.

Dependemos da capacidade de nossa alta administração; a perda de qualquer membro da nossa administração, incluindo o presidente do nosso Conselho de Administração ou nossos principais executivos, pode afetar negativamente o nosso negócio. Ainda, podemos não ser capazes de manter nossa cultura e/ou contratar empregados altamente qualificados,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

conforme o crescimento do nosso negócio, o que poderia causar um impacto adverso relevante para o nosso negócio.

Nosso negócio depende dos esforços e habilidades pessoais de nossa administração, incluindo o Presidente do nosso Conselho de Administração, que tem desempenhado um papel importante na formação da nossa cultura corporativa, bem como dos esforços e habilidades pessoais dos nossos demais executivos-chave. Nosso sucesso futuro depende em grande parte da continuidade dos serviços prestados pela nossa administração, cujos membros são essenciais ao desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios.

Qualquer membro da nossa administração pode nos deixar para trabalhar com concorrentes ou criar novas empresas concorrentes. Não há garantias de que a remuneração oferecida, o ambiente de trabalho, os desafios propostos e o reconhecimento auferido serão suficientemente eficazes para impedir que nossos membros renunciem a cargos para se juntarem ou criarem uma empresa concorrente. Caso o Presidente do nosso Conselho de Administração ou outros membros essenciais da nossa administração deixem de trabalhar conosco, podemos ter dificuldade para encontrar substitutos à altura, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Falhas inesperadas nos equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, podem gerar impactos negativos no processo de produção da Companhia.

A companhia opera vários negócios em diferentes locais. Nossas operações dependem, em grande parte, de um sistema de informação, como ferramenta de administração de recursos e do processo fabril. A maior parte do processo de produção é realizada por máquinas, sistemas automatizados e robôs, controlados por sistemas computadorizados elaborados especificamente para este fim e com pouca intervenção humana. Problemas de administração ou de segurança em nossos sistemas, instabilidade ou a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, inclusive com a eventual interrupção de nossa produção. Se não formos capazes de efetuar atualizações ou reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar, nosso processo fabril e nossas operações poderão ser significativamente prejudicados, aumentando os custos de produção, reduzindo as vendas e afetando adversamente nossos resultados operacionais.

A Companhia pode ser afetada adversamente por algumas investigações, processos judiciais e processos administrativos.

A companhia esta sujeita no curso normal de seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos, cível, tributário, previdenciário, trabalhista, ambiental, societário e consumerista, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, poderemos ser adversamente afetados. Adicionalmente, a Companhia poderá ser fiscalizada por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não podemos garantir que essas autoridades não nos autuarão, inclusive no que se refere a procedimentos contábeis, previdenciários e tributários, contingências ou provisões, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco prever o resultado final dos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

eventuais processos administrativos ou judiciais, mesmo que a companhia adote, como tem adotado, as melhores práticas contábeis e de auditoria.

Decisões desfavoráveis em parcela significativa de tais processos poderão acarretar um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos resultados. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objetivo a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado por nós, o envolvimento nas referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar nossa reputação no mercado e prejudicar nossas marcas e a imagem da companhia.

A Companhia pode ser afetada por decisões em processos judiciais e processos administrativos em face dos Administradores.

Os membros da administração da Companhia poderão ser afetados por algum processo administrativo, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários, implicando sua inelegibilidade temporária para exercer cargo de administração em companhia aberta, fato que poderá afetar adversamente a condução dos negócios da Companhia.

Para mais informações sobre nossos processos judiciais pendentes ou relevantes, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia possui Debêntures a receber de empresa relacionada

Em 31 de dezembro de 2018, o valor em debêntures a receber da coligada Hercules S.A. Fábrica de Talheres era de R\$ 324.582 mil. Sua realização vem sendo acompanhada através de estimativas de rentabilidade futura da devedora com base em dados e premissas de mercado, tais como taxas de crescimento, desconto e projeções de seus fluxos de caixa. A realização desse ativo é influenciada pelos resultados do processo de redefinição estratégica dos negócios da Devedora através do modelo de licenciamento de produtos, cujo insucesso poderá impactar negativamente as demonstrações financeiras da Companhia. Em paralelo, Companhia e Devedora procedem à periódica avaliação do valor da marca Hércules oferecida em garantia pela Devedora.

A Companhia aderiu a programas de parcelamentos de impostos

A Companhia possui parcelamentos federais, sendo eles, Programa de recuperação fiscal (REFIS) instituído pela Lei 9.964/00, parcelamento federal instituído pela Lei 12.996/14 e reabertura do parcelamento da Lei 12.865/13, na Lei 12.996/14 e Lei 13.496/17, os quais totalizam o montante de R\$ 186.482 mil.

O não cumprimento das regras estabelecidas nos Programas poderá resultar numa exclusão da Companhia nestes parcelamentos, que implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os interesses de nossos Acionistas Controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores minoritários.

Os Acionistas Controladores poderão, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nossos Acionistas Controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos investidores e causar um efeito material adverso para a Companhia, muito embora atualmente os acionistas controladores adotem a política de eleger conselheiros independentes para a maioria dos cargos do Conselho de Administração.

c) a seus acionistas;

Falta de liquidez e a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco se comparado à outros mercados internacionais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados internacionais. Desta forma, a volatilidade associada à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de nossas ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejada

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

Conforme determina no Estatuto Social da Companhia, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório ou juros sobre o capital próprio aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76,

O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizando para compensar prejuízo, ou retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, A Lei das Sociedades por Ação permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembléia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia.

Os acionistas minoritários podem ter sua participação diluída em um eventual aumento de capital.

Caso a Companhia vir a precisar de recursos adicionais e optar por emitir ações adicionais através de colocação pública ou privada de títulos de dívida, ações ou títulos conversíveis em ações,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

isso poderá resultar de uma diluição societária dos titulares de nossas ações, se estes não participarem da emissão na proporção a que os mesmos têm direito. No caso de não haver financiamento público ou privado disponível, ou se nossos acionistas assim decidirem, tais recursos adicionais poderão ser obtidos através de um aumento em nosso capital social. O Estatuto Social permite que o capital social venha a ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações para subscrição pública ou particular, observados o limite de 1.176.662 (um milhão, cento e setenta e seis mil, seiscentas e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, ficando a subscrição em bens condicionada à aprovação do laudo de avaliação dos bens pela Assembleia Geral, na forma prevista no art. 8º da Lei nº 6.404/76.

d) a suas controladas e coligadas;

A descontinuidade de alguma de nossas controladas e coligadas poderá afetar nossos resultados.

As sociedades, Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro, Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. com sede em Manaus, Mundial Argentina S.A., com sede na Argentina, atuam na comercialização e distribuição dos produtos de Personal Care, Fashion, Gourmet e Craft. As empresas controladas **Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.**, com sede em Guarulhos – SP, atua na produção do segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal, e **Eberle Equipamentos e Processos S.A.**, com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent). Todas sociedades são controladas diretamente e indiretamente pela Companhia e parte da receita é decorrente do resultado operacional destas sociedades.

A descontinuidade de algumas destas empresas poderá afetar negativamente nossas operações e nossos resultados, exceto as distribuidoras nacionais que apenas revendem produtos produzidos pela Companhia e pelo Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.

Em 2018, a receita líquida das empresas controladas cuja a descontinuidade poderia afetar o resultado da Companhia, somou R\$ 135,3 milhões o que representou 28,79% da receita líquida consolidada, que em 2018 foi de R\$ 469,9 milhões.

e) a seus fornecedores;

O aumento nos preços ou redução da oferta do cobre pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

O latão é uma liga metálica composta por 70% cobre e 30% zinco, ambas são commodities negociadas na bolsa de metais de Londres (London Metal Exchange – LME). Esta matéria-prima é o principal insumo da unidade de negócio Fashion - Aviamentos, que representa aproximadamente 32% da receita líquida de vendas em 2018. A cotação destes insumos é dolarizada e tem como base a média da cotação da semana anterior. Um aumento nos preços, principalmente, do cobre

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ou a escassez na oferta afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam suas receitas e margens operacionais.

Outra matéria prima que atualmente é importante à unidade de negócio Fashion é o ZAMAC, composto por 96% de Zinco, 3% de alumínio e 1% outros de metais. Tanto o cobre como o alumínio, compostos das matérias primas destacadas são commodities negociadas na bolsa de metais de Londres e, portanto, também como o latão acima pode afetar negativamente os custos e as margens operacionais.

O monopólio no fornecimento de aço pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

O aço é a principal Matéria prima utilizada nas unidades de Personal Care, Creative e Gourmet, esses três seguimentos representaram juntos aproximadamente 42% da receita líquida da companhia em 2018, esta commodity é fornecida por um dos maiores grupos siderúrgicos do mundo. A cotação deste insumo obedece às políticas comerciais de poucos players mundiais, sendo impactada pela taxa Dólar e LME sendo que qualquer alteração nestas pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais

Políticas governamentais de importação podem afetar o fornecimento de vidros causariam efeito adverso nos resultados da companhia.

O vidro é um insumo utilizado no envase do esmalte e sua compra concentrada, predominantemente, com um único fornecedor no exterior. A alteração nas políticas governamentais de importação e ou atrasos excessivos nas liberações das cargas, poderiam causar um efeito adverso na produção, custo de produção, redução das receitas e também nas margens operacionais da companhia.

As operações da companhia consomem muita energia e a escassez ou preços altos podem alterar negativamente.

A companhia possui duas subestações de energias de 69 kV e possuiu contratos de energia livre com duas distribuidoras. A eletricidade não pode ser substituída por outra fonte de energia nas plantas da companhia, e o seu racionamento ou interrupções de fornecimento, como ocorreu no Brasil em 2001, podem afetar negativamente a produção das unidades industriais.

f) a seus clientes;

A inadimplência por parte dos clientes pode afetar negativamente a liquidez da companhia e o aumento do custo de capital de giro.

O risco decorrente do não recebimento dos créditos juntos aos seus clientes, poderia gerar falta de garantia nos contratos de empréstimos junto as instituições financeiras diminuindo assim a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

liquidez dos recebíveis e, por conseguinte, piora do rating da companhia e os efeitos no aumento do custo de capital de giro.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue;

Os setores da economia em que atuamos, a crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderá exercer pressões em nossas margens e resultado operacional.

O setor de varejo no Brasil tem passado por um processo de consolidação nos últimos anos. A consolidação do varejo pode resultar em maiores e mais sofisticados clientes, com um poder de barganha crescente e capazes de operar com um estoque reduzido e resistir a aumento de preços, além de demandar preços menores e aumento de programas de promoção. Tais varejistas podem ainda vir a substituir os espaços nas gôndolas atualmente ocupados por nossos produtos por produtos de marcas próprias ou de outros concorrentes com preços inferiores. Se não formos capazes de responder eficazmente a estas tendências, o ritmo de crescimento de nossas vendas poderá diminuir ou seremos ainda obrigados a ter que reduzir nossos preços ou aumentar nossos gastos com promoção, os quais poderão adversamente afetar nossos resultados.

O setor de beleza pessoal e consumo de produtos de uso domésticos é altamente competitivo; a concorrência é caracterizada pela variedade de produtos, ações promocionais, preços, qualidade, atendimento, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, entre outros. Temos muitos e variados concorrentes nessas linhas de produtos, se não competirmos de forma eficaz no que se diz respeito a esses fatores, nossa participação de mercado, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente.

h) à regulação dos setores em que o emissor atue;

Uma divisão da Companhia que corresponde a $\frac{1}{4}$ do faturamento total está sujeita a regulamentação pela ANVISA, pelo quê, mantem protocolos e sistemas de controle de qualidade visando mitigar os riscos correlatos.

O sistema de garantia da qualidade, o sistema de cosmeto-vigilância, e o permanente acompanhamento de adequação às normas vigentes, apoiados por consultoria externa, confere ao negócio um bom nível de segurança quanto ao risco regulatório.

Inobstante, o bom nível de segurança mantido pela Companhia, não pode ser descartada a hipótese de eventuais alterações na cadeia produtiva em decorrência do exercício do poder regulatório da ANVISA.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue.

A Companhia atua no mercado externo, América Latina, América do Norte, Ásia e Europa, através de suas subsidiárias e clientes terceiros. As fortes crises internacionais podem afetar negativamente os resultados de vendas nestes países.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

j) As questões socioambientais

No Balanço Socioambiental são apresentados os resultados e as práticas adotadas nas áreas social e ambiental de todas as unidades da Companhia. Nesse documento fica clara a Política de Saúde e Segurança e Política Ambiental da empresa, quais sejam:

POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA - Objetiva efetuar melhorias contínuas no ambiente de trabalho, garantindo a segurança das instalações, o atendimento dos requisitos legais pertinentes, promovendo o bem-estar físico e mental dos funcionários, através de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança baseado na prevenção de acidentes, doenças, enfermidades e incidentes relacionados ao trabalho.

PRINCIPAIS PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA:

- Integração de Segurança para novos funcionários e terceiros;
- Programa empresa mais saudável: Grupos de monitoramento de saúde;
- Atendimento interno de medicina clínica e odontologia nas unidades fabris de Caxias do Sul e Gravataí;
- Gestão de Medicina Ocupacional (exames médicos, acompanhamento periódico de saúde);
- Gestão de Riscos e medidas de controle (Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva);
- Gestão de Proteção de Máquinas e Equipamentos;
- Programa de redução de absenteísmo no trabalho;
- Treinamentos diversos (Normas regulamentadoras, Riscos Ambientais e Medidas de Controle, Ergonomia, Conscientização, Emergências em geral).

POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE - Aplicar melhoria contínua em nossos produtos e processos, através do sistema de gestão ambiental, priorizando a redução ou eliminação dos impactos ambientais, de acordo com a legislação vigente.

PRINCIPAIS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS:

- Coleta seletiva implantada em todos os setores da empresa;
- Campanhas voltadas à economia de materiais e produtos;
- Gerenciamento de consumo de energia e água;
- Programa para redução de sucata do processo produtivo;
- Campanhas de conscientização ambiental para funcionários;
- Aplicação de logística reversa (recebimento de artigos dos clientes ao final de vida útil, para posterior destinação correta);
- Programa de visitação (escolas, comunidade, universidades) ao setor de Meio Ambiente;
- Avaliação de fornecedores e terceiros;
- Comissão interna de Meio Ambiente - CIMA, na unidade de Caxias do Sul/RS.
- Monitoramento de parâmetros para órgãos ambientais, através de indicadores e cumprimento da legislação ambiental, e Licenças Ambientais (FEPAM, IBAMA, Polícia Federal, Ministério da Defesa e Bombeiros);
- Manutenção de área verde com preservação de vegetação existente nas unidades fabris e utilização racional dos recursos naturais;
- Produção mais limpa, substituindo produtos agressivos por outros de menor toxicidade nos processos galvânicos e tratamento de efluentes;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Treinamento sobre produtos químicos e medidas de controle.

Os Riscos de não termos uma Gestão socioambiental para Companhia são:

- ✓ Geração de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
- ✓ Poluição ao Meio Ambiente;
- ✓ Multa ou Interdição de Órgãos Fiscalizadores (Prefeitura, Órgãos Ambientais, Polícia Federal, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Vigilância Sanitária, Bombeiros);
- ✓ Dificuldade de compra de matéria-prima para a produção;
- ✓ Consumidor não aceitar nossos produtos, caso não tenhamos uma Gestão socioambiental adequada;
- ✓ Risco à continuidade da empresa no mercado;
- ✓ Prejuízo da imagem da empresa junto à Comunidade/Sociedade.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos de liquidez do mercado financeiro:

A Mundial S.A. e suas controladas registram em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados. Os instrumentos financeiros são contratados através de uma política de gerenciamentos de riscos relacionados à redução da exposição em moeda estrangeira e taxa de juros, bem como manter sua capacidade de investimentos e financiar seu crescimento.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante mensurados, pelo valor justo no recebimento do recurso, em seguida pelo custo de amortização, acrescidos encargos juros, variações monetárias, cambiais e amortizações conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os empréstimos captados no mercado têm a finalidade basicamente de financiar o capital de giro da Companhia e suas controladas.

Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

Modalidade	Taxa média do contrato	Taxa efetiva % a.m	Prazo de até	Controladora	
				2018	2017
Capital de giro	CDI + 0,70% a.m.	1,22	18 m.	82.326	61.437
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,78% a.m.	2,32	4 m.	814	3.540
Desconto de duplicatas/fomento	CDI + 0,71% a.m.	1,23	-	57.599	57.779
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	CDI + 0,68% a.m.	1,20	51 m.	574	568
				141.313	123.324
Passivo circulante				137.090	117.223
Passivo não circulante				4.223	6.101
				141.313	123.324

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Modalidade	Taxa média do contrato	Consolidado			
		Taxa efetiva % a.m *	Prazo de até	2018	2017
Capital de giro	CDI + 0,70% a.m.	1,22	18 m.	83.000	61.994
Adiantamento de câmbio - ACC/ACE	VC + 0,78% a.m.	2,32	4 m.	814	3.540
Desconto de duplicatas/fomento	CDI + 0,63% a.m.	1,15	-	106.557	79.679
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	CDI + 0,70% a.m.	1,22	51 m.	828	568
				191.199	145.781
Passivo circulante				186.770	139.668
Passivo não circulante				4.429	6.113
				191.199	145.781

A variação cambial de janeiro a dezembro de 2018 foi de 1,54%.

Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia e suas controladas exportam e importam predominantemente em dólar norte-americano, gerencia e monitora a exposição cambial procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

O endividamento e o resultado das operações são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio. A exposição líquida pode ser assim demonstrada:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento de câmbio	-	(3.540)	-	(3.540)
Fornecedores	(2.356)	(609)	(7.322)	(3.477)
Passivo vinculado ao US\$	(2.356)	(4.149)	(7.322)	(7.017)
Clientes	13.392	16.646	19.013	13.302
Adiantamentos a fornecedores	884	568	1.093	726
Créditos com partes relacionadas	918	4.131	918	784
Ativo vinculado ao US\$	15.194	21.345	21.024	14.812
Exposição líquida	12.838	17.196	13.702	7.795

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Abaixo estão demonstradas as taxas de câmbio aplicadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
US\$	3,8742	3,3074

Análise de sensibilidade:

Uma retração ou fortalecimento do Real contra o Dólar aumentaria o patrimônio e o resultado da Companhia, conforme demonstrado abaixo. Esta análise é baseada nas variações que a Mundial S.A. e suas controladas consideram razoável para a taxa de câmbio no período.

Alteração no patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
R\$/US\$ (25%) - redução	(3.210)	(4.299)	(3.426)	(1.949)
R\$/US\$ (50%) - redução	(6.419)	(8.598)	(6.851)	(3.898)
R\$/US\$ 25% - aumento	3.210	4.299	3.426	1.949
R\$/US\$ 50% - aumento	6.419	8.598	6.851	3.898

Alteração no resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
R\$/US\$ (25%) - redução	(3.210)	(4.299)	(3.426)	(1.949)
R\$/US\$ (50%) - redução	(6.419)	(8.598)	(6.851)	(3.898)
R\$/US\$ 25% - aumento	3.210	4.299	3.426	1.949
R\$/US\$ 50% - aumento	6.419	8.598	6.851	3.898

Risco de preço das commodities:

O risco dos preços das commodities está relacionado à possibilidade de flutuação nos preços dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas ou no preço das matérias primas e outros insumos utilizados no processo produtivo. Com a finalidade de minimizar os riscos a Companhia monitora constantemente as variações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Mundial S.A. e suas controladas a riscos de crédito referem-se às contas de disponibilidades as contas a receber e títulos a receber. Todas as operações da Mundial S.A e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.719	947	2.890	2.089
Contas a receber de clientes	95.771	83.000	159.199	142.426
Créditos com partes relacionadas	53.285	62.817	20.914	15.661
Títulos a receber	16.860	16.352	21.479	22.493
	167.635	163.116	204.482	182.669

A exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes entre mercado interno e externo está distribuída a seguir:

Conta a receber de clientes	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercado interno	73.334	66.354	140.185	129.124
Mercado externo	22.437	16.646	19.014	13.302
	95.771	83.000	159.199	142.426

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Mundial e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Mundial mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Mundial eram:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	60.917	60.299	110.142	82.232
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	1.209	543	1.412	1.094
Passivos financeiros	81.418	63.889	82.023	64.412

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Mundial contabiliza todos os ativos ou passivos financeiros de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável

Uma alteração nas bases das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

A análise é conduzida com a mesma base para 2018.

	Controladora			
	2018	2017		
Instrumentos de taxa variável				
Passivos financeiros	81.418	63.889		
	Receita sobre índice 2018	Taxa provável	Redução de 25%	Aumento de 25%
Passivos financeiros sujeitos a variação CDI	6,40%	6,40%	4,80%	8,00%
Projeção sobre passivo financeiro	-	5.211	3.908	6.513
	Consolidado			
Instrumentos de taxa variável	2018	2017		
Passivos Financeiros	82.023	64.412		
	Receita sobre índice 2017	Taxa provável	Redução de 25%	Aumento de 25%
Passivos financeiros sujeitos a variação CDI	6,40%	6,40%	4,80%	8,00%
Projeção sobre passivo financeiro	-	5.249	3.937	6.562

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia adotou fielmente os critérios constantes no item acima descrito para a listagem de seus processos (cíveis, tributários, trabalhistas e administrativos).

Abaixo são descritos os processos que, em função de seu valor, a Emissora considera relevante, assim considerados aqueles que tenham potencial de impacto financeiro adverso, de dano à imagem e/ou às atividades da Companhia.

Processos Administrativos e Tributários:

A Companhia deixa de mencionar os processos administrativos, uma vez que entende que os ativos não devem ser considerados relevantes, pois ainda estão em discussão administrativa com apresentação de defesa e, mesmo em caso de perda desses, ainda haverá espaço para eventual discussão judicial.

Ainda, além dos processos administrativos que estão suspensos por interposição de impugnação administrativa, os demais processos administrativos fazem parte dos parcelamentos que serão mencionados em seguida.

Assim, neste contexto, os processos administrativos e judiciais que versam sobre matéria tributária, cujos débitos são anteriores a dezembro de 1999, foram incluídos no REFIS (Lei Federal n. Lei nº 9.964) e os posteriores a esta data incluídos no parcelamento previsto na Lei 11941/09. A Companhia também aderiu em parte dos seus débitos no parcelamento da Lei 12865/13 (reabertura da Lei 11941).

Atualmente, além dos parcelamentos citados acima, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória n. 783/2017 e regulamentado pela Lei 13.496/2017, o qual permite a inclusão de débitos vencidos até 30 de abril de 2017, com a possibilidade de quitação com utilização de prejuízo fiscal.

Cabe destacar que a Companhia também possui parcelamentos ordinários com outras autarquias, igualmente com o objetivo de equacionar o passivo.

Quanto aos débitos de ICMS do Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia informa que ingressou no programa denominado COMPENSA/RS que permite a compensação de débitos inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos do Estado do RS.

Desta forma, de acordo com este programa de quitação do Governo, todos os débitos inscritos em dívida ativa da empresa (inclusive parcelados) foram compensados com precatórios do Estado do Rio Grande do Sul, conforme condições estipuladas Decreto nº 53.974/18 (alterado pelos Decretos nº 53.996/18, nº 54.032/18 e nº 54.179/18).

Nesta seara, a Companhia cumpriu todos os requisitos estipulados pela legislação e aguarda tão somente a homologação para a quitação completa da dívida.

Processo nº 5084819-79.2014.4.04.7100 (n. antigo 92.00.17481-7) Processo principal	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	18/11/1992
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.975,13
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084825-86.2014.4.04.7100 (n. antigo 94.00.03583-7) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	18/03/1994
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 278.301,69
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084828-41.2014.4.04.7100 (n. antigo 1999.71.00.014547-6) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	28/06/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.049.906,82
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 5085085-66.2014.4.04.7100 (n. antigo 95.00.22059-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	21/11/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 861.713,20
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084873-45.2014.4.04.7100 (n. antigo 95.00.09595-5) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	17/05/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 74.612,16
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084860-46.2014.4.04.7100 (n. Antigo 94.00.09906-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	29/07/1994
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.246.216,47
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084882-07.2014.4.04.7100 (n. Antigo 94.00.14674-4) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	04/11/1994
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 62.311,55
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5085130-70.2014.4.04.7100 (n. antigo 97.00.02859-3) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	13/02/1997
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.104.438,22
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de Perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084844-92.2014.4.04.7100 (n. Antigo 96.00.25321-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	19/12/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.666.166,64
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5085127-18.2014.4.04.7100 (n. Antigo 96.00.15269-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	12/08/1996
Partes no processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.322.697,34
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5085124-63.2014.4.04.7100 (n. Antigo 96.00.13752-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	25/07/1996
Partes no processo	Instituto Nacional do Seguro Social x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.761.151,33
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084897-73.2014.4.04.7100 (n. Antigo 97.00.13715-5) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	21/07/1997
Partes no processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.242.504,34
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084940-10.2014.4.04.7100 (n. Antigo 1999.71.00.011314-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	08/06/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.928.502,40
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação..
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 5084944-47.2014.4.04.7100 (n. Antigo 1999.71.00.011316-5) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	08/06/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.356.680,02
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5084889-96.2014.4.04.7100 (antigo n. 97.00.02854-2) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	13/02/1997
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.287.459,97
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085139-32.2014.4.04.7100 (antigo n. 1999.71.00.008309-4) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	05/05/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 224.125,29
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valor provisionado	Sim
--------------------	-----

5084935-85.2014.4.04.7100 (antigo n. 95.00.09241-7) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	11/05/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.992.771,82
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085127-18.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.15269-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	12/08/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.356.144,19
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085092-58.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.04322-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	20/03/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 59.177,97
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085090-88.2014.4.04.7100 (antigo n. 95.00.11938-2) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	30/06/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 73.721,76
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5084922-86.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.05506-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	09/04/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.949.895,98
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085107-27.2014.4.04.7100 (antigo n. 97.00.21061-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	30/09/1997
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 6.113,46 (em 09/1997)
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085106-42.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.19628-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100

Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	09/10/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ R\$ 16.491,72
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085134-10.2014.4.04.7100 (antigo n. 1999.71.00.008721-0) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100

Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	10/05/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.403.394,30
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5085102-05.2014.4.04.7100 (antigo n. 2001.71.00.002980-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	12/02/2001
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.215.316,60
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085097-80.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.06639-6) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	02/05/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 60.907,65
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085100-35.2014.4.04.7100 (antigo n. 1999.71.00.010015-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	24/05/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 3.339.700,68
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valor provisionado	Sim
--------------------	-----

5085184-36.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.06977-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	07/05/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.937,77
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processos Cíveis:

Processo nº 0012583-34.2002.8.05.0001	
Juízo	4º vara cível da comarca de salvador/BA
Instância	Recursal
Data da instauração	05/02/2002
Partes no processo	Eduardo Laranjeira e Filho LTDA x Mundial S/A Produtos de Consumo e Hercules Fábrica de Talheres S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.059.371,75
Principais fatos	Indenização por rescisão contratual imotivada de representante comercial. Foi proferida decisão monocrática no STJ, dando provimento ao agravo regimental interposto pelas rés, determinando a remessa do processo ao TJBA, para que sejam julgadas as apelações interpostas pelas rés. Processo retornou ao tribunal de origem para análise da apelação, rejeitada (s) a(s) preliminar(es), no mérito deu-se provimento parcial ao apelo, V.U. Apresentados embargos de declaração pelas rés em relação ao acórdão de apelação.24/02/2015: Tratando-se de Embargos de Declaração com pedido de efeito modificativo, intimem-se os embargados para, querendo, manifestarem-se no prazo legal. 18/04/2016: Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial. 30/09/2016: Acórdão de apelação transitou em julgado e os autos foram remetidos ao 1º grau para início da liquidação de sentença por arbitramento (perícia) para apuração do valor da condenação. Aguardando julgamento de recurso. 26/06/2018: Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se e apresentarem documentos que possam achar conveniente, na forma do art. 510, do CPC, para que esse juízo possa proceder a liquidação por arbitramento.. 2.Considerando que restou frustrada a tentativa de penhora online (BACENJUD), ex vi fls. 322/324, defere-se o pleito exequente de penhora no rosto dos autos de nº 0012583-34.2002.805.0001, em curso nesta Unidade, no qual o devedor da presente execução figura como

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	credor e, segundo notícia o exequente, encontra-se na iminência de levantar crédito depositado a seu favor. 3. Extraia-se o mandado de penhora no rosto dos autos, lavrando-se o respectivo termo. Em seguida, intime-se o executado da penhora, na forma do art. 841 do CPC, cientificado de que feita a penhora em direito e ação do executado, e não tendo ele oferecido embargos ou sendo estes rejeitados, o exequente ficará sub-rogado nos direitos do executado até a concorrência de seu crédito.
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.
Processo nº. 0243511-05.2005.8.21.0010 (010/1.05.0024351-7)	
Juízo	4º Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul/RS
Instância	Execução
Data da instauração	21/02/2003
Partes no processo	JA Costa LTDA. X Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.952.204,13
Principais fatos	<p>Ação Ordinária (Indenizatória)- Indenização por rescisão contratual imotivada de representante comercial, por suposta iniciativa da ré. Feita a penhora de bens indicados pela empresa.</p> <p>Aguarda julgamento no STJ de recurso especial interposto pela autora contra decisão do TJRS que determinou que o critério de atualização dos valores da condenação indicados pela ré (e já depositados) está correto. Dado provimento ao recurso especial da JÁ Costa para desconstituir o acórdão recorrido. 25/08/2015: a unanimidade, negaram provimento ao recurso e, de ofício, determinaram a retificação do calculo. 31/08/2015: apresentados embargos de declaração -. 11/11/2015: vista a(s) parte(s) recorrida(s) para apresentar(em) contra-razoes ao(s) recurso(s) interposto(s), no prazo legal. 10/03/2016: diante do exposto, admito o recurso especial de mundial s/a produtos de consumo, e nego seguimento ao recurso especial adesi- vo de j. a. costa ltda. oportunamente, remetam-se os autos ao egrégio superior tribunal de justiça. 13/05/2016: recurso especial nº 1598453 - distribuído por dependência ao ministro Paulo de Tarso sanseverino - terceira turma (Processo preventivo: REsp 1416650. Conclusos para decisão ao Relator. 30/06/2016: Aguardando julgamento. 30/09/2016: Aguardando julgamento de Recursos Especiais pelas partes. Em cumprimento provisório de sentença, foi feita a penhora de bens indicados pela ré. 29/11/2018: Vista às partes, fls. 1478-1479; 14/12/2018: Vistos. Tenho por fazer algumas ponderações em relação ao feito. A distribuição ocorreu no distante ano de 2003, ou seja, passados 15 (quinze) anos, pende de solução a demanda. Ocorre que, as partes apresentam cálculos divergentes e, apresentado os cálculos pela Contadoria aportou impugnação do devedor. Pois bem, apresentados cálculos pelas partes, bem como manifestações, além do cálculo apresentado pela Contadoria, tenho que é ora de decidir o feito, tendo em vista que, a continuar nesse ritmo, passarão mais 15 (quinze) anos sem que se tenha uma decisão. Feitos esses esclarecimentos, remetam-se os autos à Contadoria para retificar ou ratificar os cálculos apresentados, após, voltem para decisão, independentemente de vista às partes, uma vez que o feito encontra-se suficientemente instruído para decisão. Intimem-se. Dil. Legais. Remetidos os autos em diligência para contador.</p>
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 1037064-33.2014	
Juízo	39ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP
Instância	Inicial
Data da instauração	22/04/2014
Partes no processo	Mundial S/A Produtos de Consumo x Edison Scroback e Paulo Cesar Paes Scroback
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.800.000,00
Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Ordinária objetivando a declaração de nulidade parcial da sentença arbitral proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, uma vez que esta teria sido proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, ao fixar valor de condenação ilíquido. 04.12.2014 – Vistos. Fls. 589/596: Manifeste-se a autora sobre a alegação de insuficiência da caução ofertada. Sem prejuízo, manifestem-se as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência, sob pena de indeferimento. Digam ainda, se possuem interesse na realização de audiência de conciliação. 27/02/2015: Vistos. Esclareçam as partes, em 05 dias, sobre a relação destes autos com os autos nº 1069445-94.2014 e 1069517-81.2014, para análise de eventual necessidade de julgamento conjunto. INDEFIRO a juntada de novos documentos, com exceção das previsões legais. Após, tornem conclusos. 10/07/2015: Petições e documentos juntados. 24/07/2015: Vistos, em atenção às decisões proferidas em Segunda Instância (fls.572/583) e, em consonância com a decisão de fls.445/446, defiro a caução, porém, a ser ofertada por meio de Carta de Fiança Bancária ou de Seguro Garantia, tal como requerido a fls.450/453. Note que quanto aos bens relacionados a fls.559, diante da difícil liquidez e, ainda, dúvidas quanto ao real valor atribuído aos mesmos, não são idôneos a garantir o Juízo. Sendo assim, deverá o autor prestar a caução na forma acima determinada, no prazo de 10 dias, sob pena de revogação da tutela antecipada. Saliento que a decisão concessiva da tutela de emergência foi condicionada ao oferecimento de caução, ainda não apresentado nos autos, de modo que, por ora, não há que se cogitar em eventual descumprimento da medida ou imposição de multa. Int. 03/08/2015: Vistos. Fls. 625/629: defiro que o imóvel, objeto da matrícula nº 9.607, perante o 2º Ofício de Registro de Imóveis de Caxias do Sul, seja objeto de caução nos autos, pois o arrolamento ocorrido trata-se de mero ato administrativo “por meio do qual a autoridade fiscal realiza um levantamento dos bens do contribuinte, arrolando-os sempre que o valor dos débitos tributários de sua responsabilidade for superior a 30% de seu patrimônio conhecido. Saliento que tal ato não obsta constringões no imóvel, nem mesmo alienação. É o que se depreende da Lei 9.532/97, no seu artigo 64 que diz expressamente que a alienação ou oneração dos bens arrolados deve ser devidamente notificada à Delegacia da Receita Federal. Por estas razões, considero o bem oferecido como caução idônea. Assim, expeça-se o necessário. No mais, tendo em vista a prestação de caução, cumpra-se a tutela antecipada proferida nestes autos. Junte-se cópia desta decisão nos autos nº 1069517812014.17/12/2015: Conclusão para despacho. 30/06/2016: Conclusão para Sentença. 13/09/2016: Com urgência, expeça-se o necessário, conforme requerido. Após, tornem conclusos para sentença. 30/09/2016: Providencie a parte interessada a impressão da certidão de registro de caução expedido. 01/02/2017: Conclusos para sentença; 20/04/2017: Petição de Juntada (réu); 30/06/2017: Diante do exposto e de tudo mais que dos autos conta, julgo improcedente a ação intentada por mundial s/a - produtos de consumo contra edison scroback e paulo cesar paes barreto scroback, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Face à sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa.P.R.I. 25/07/2017: Peticionada Apelação,</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	requerendo que seja integralmente provido para reformar a r. sentença apelada, a fim de declarar a nulidade parcial do laudo arbitral, eis que extrapolou o termo arbitral ao não apurar o quantum debeatur, determinando ao fim que o tribunal arbitral realize liquidação do laudo arbitral, por meio de perícia contábil, aguardando a intimação dos réus para apresentar contrarrazões; 27/07/2017: Às contrarrazões, no prazo legal. Após, remetam-se ao Egrégio Tribunal com as nossas homenagens. 31/08/2017: Conclusos para o relator; 13/09/2017: Peticionada manifestação, informando que a Mundial S.A., se opõe á audiência; Aguarda-se o juízo de admissibilidade pelo Tribunal de Justiça do Recurso Especial e Extraordinário interpostos pela Mundial.
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.

Processo nº 0035512-04.2013.8.21.0010	
Juízo	Caxias do Sul – 3ª Vara Cível
Instância	Inicial
Data da instauração	28/06/2013
Partes no processo	Mundial S/A – Produtos de Consumo x Voges Metalúrgica Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 58.882.373,14 valores em discussão na Impugnação nº 0062167-76.2014.8.21.0010
Principais fatos	<p>Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado pela Voges Metalúrgica Ltda. e Outras, para que possa cumprir suas obrigações assumidas com os credores e, após, retornar ao mercado.</p> <p>02/12/2014: Nos termos do plano de recuperação aprovado pelos credores e homologados pelo juízo, designo audiência para do dia 17/03/2015, às 13h30min, para a abertura das propostas de aquisição da UPI MOTORES, de acordo com o procedimento estabelecido no plano de recuperação aprovado pelos credores, devendo a recuperanda providenciar as publicações dos editais pertinentes. No tocante à apreciação das propostas, deverá desde logo a autora e o administrador promoverem a realização da assembleia para apreciação das propostas. 17/07/2015: INTIMAÇÃO DOS TERCEIROS INTERESSADOS DA DECISÃO QUE ACOLHEU PARCIALMENTE OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM EFEITOS INFRINGENTES OPOSTOS PELA AUTORA. INTIMAÇÃO DO PRIMEIRO SUPLENTE NOMEADO, SPARTACO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO INTERESSE DE INTEGRAR O COMITÊ DE CREDORES E SOBRE OS INCIDENTES APRESENTADOS NO FEITO. 06/04/2016: Último despacho em 17/12/2015: vistos. Intime-se a recuperada para que atenda, com urgência, ao item 4 da manifestação de fl.4789, prestando as informações e encaminhando à empresa CCEE os documentos solicitados, o que deverá ser comprovado nos autos, no prazo de 05 dias. Ciente das penhoras no rosto dos autos determinadas pela Justiça Federal (fls. 4796, 4798, 4800), bem assim do pedido de reserva de valores requerido pela. 06/04/2016. Prestem as informações solicitadas pelo Superior Tribunal de Justiça às fls.4814, referente ao conflito de competência que lá tramita. Diante da manifestação da recuperada (fl.4811), defiro a reabertura de prazo para manifestação quanto à intimação constante na nota de expediente 1055/15, pelo prazo de 05 dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público, inclusive quanto à manifestação do Administrador</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Judicial (fl.4804), na qual infere ser indispensável a convocação de nova assembleia para tratar dos rumos da Recuperação Judicial, diante do descumprimento do plano aprovado em assembleia. Com a manifestação do Ministério Público, o administrador Judicial deverá convocar, de imediato, nova assembleia de credores. Os expedientes que se encontram na contracapa dos autos deverão ser entregues ao Administrador Judicial. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências legais. - CARGA MP. 16/05/2016: Último despacho em 02/05/2016: Vistos, etc. acolho a promoção do Sr. Administrador, lançada nas fls. 5.393, no que diz respeito ao pedido de vista às recuperadas, para encaminhamento ali sugerido e designação de nova assembleia, conforme há havia sido anteriormente determinado. A notícia de que as fábricas de motores e fundição apresentam no momento, não obstante a crise econômica do país, fase de prosperidade, recomendam que não se tome o caminho da decretação da quebra, porquanto se mostraria muito mais prejudicial aos credores o desmantelamento das unidades produtivas e sua venda em leilão do que a alienação das em operação. Assim, rejeito o pedido do Ministério Público no sentido da decretação da quebra, o que poderá ser oportunamente reavaliado. Já a questão relativa à competência para exame do pedido de suspensão de atos de alienação junto à Justiça do Trabalho já restou apreciado por este juízo, sendo decidido que não ser de sua alçada revisar decisões proferidas pela Justiça Especializada, o que há de ser atacado pelos interessados através do manejo de recursos próprios. Por fim, prestem-se as informações solicitadas pelo Egrégio STJ (fls. 5404) e pelo Tribunal de Justiça (fls. 5419), com urgência. Após, intimem-se o Ministério Público e dê-se vista às recuperadas. 22/08/2016: Petição manifestando que a Mundial não se opõe ao pedido do Administrador Judicial de tentar novamente alienar as unidades produtivas com vistas a cumprir o plano de recuperação judicial. 21/11/2016: Intimação das partes do despacho que: - Rechaçou o pedido de convolação da falência; - acolheu os embargos de declaração de fls. 5620 e seguintes e indeferiu o pedido formulado por Plata Securitizada a S.A. (fls.5618-5620), nos quais refere omissão do juízo quanto ao pedido de supressão judicial da assinatura da Voges para outorga da escritura pública, independentemente de realização de nova Assembleia. - Deferiu o pedido de venda dos veículos relacionados à fl.5616, avaliados em R\$ 1.055,474,00, a fim de que se paguem os credores trabalhistas. 06/04/2017: Intimação das partes da decisão que segue: "Vistos. 1) A fim de melhor manuseio dos autos, arquivem-se os volumes que excedam a 6(seis) em cartório, devidamente identificados. 2) A União, na petição de fl.5788, manifesta-se arguindo que, mesmo após quatro anos do deferimento da recuperação judicial, não obteve-se nenhum avanço das empresas a fim de adotar medidas concretas para equilibrar a sua situação econômica, gerando o débito que hoje ultrapassa 1 bilhão de reais, conforme atestam os documentos e manifestações dos demais credores da recuperada juntados aos autos e, quanto aos débitos fiscais, ultrapassam 600 milhões de reais, cujas execuções estão obstadas, pois todos os bens estão arrecadados pelo juízo da recuperação. Refere, ainda, acerca de matéria publicada no jornal pioneiro (24/02/2017), na qual é indicada a ocorrência de fraude em contratos pactuados pela empresa Competente com a Petrobras, criada de fachada para fraudar a existência de regularidade fiscal para a contratação com o setor Público, cuja ação civil pública tramita perante a vara federal (nº 5013032- 95.2016.404.7107). Além disso, aduz que em processo Administrativo instaurado pela Receita Federal fora constatada a reiterada prática dolosa da Voges em apurar e informar imposto inferior ao efetivamente devido, com o propósito de fraude e sonegação fiscal. Postula, por fim, a reconsideração da decisão.

Decisão que indeferiu o pedido de convolação em falência formulado pelo Ministério Público e da que determinou a realização de nova assembleia de credores. Ainda, requereu a intimação das recuperadas para que manifestem interesse na adesão aos parcelamentos indicados e a consideração dos débitos de FGTS na ordem de pagamento dos credores trabalhistas. 3) Ciente do ofício (fl.5822) acerca das habilitações de créditos trabalhistas, bem como das

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

habilitações oriundas da justiça federal, das quais deverá ter vista o administrador judicial. 4) A fl. 6048 foram interpostos Embargos Declaratórios pela credora Gestion sexta avenida, quanto ao despacho proferido às fls.5703 e 5704, que rejeitou o pedido de convocação de falência postulado pelo ministério público, sob a alegação de omissão, uma vez que a decisão não indicou os motivos pelo quais o pedido de convocação foi rejeitado ou explicitou os fundamentos jurídicos que levaram a tal decisão. 5) A recuperada, às fls.6093 e seguintes, requer a expedição de alvará judicial autorizando a venda e a transferência dos veículos de placas IAR6452 e IQS0110, diante da localização de compradores interessados na aquisição dos bens, que servirão para o pagamento dos créditos trabalhistas. 6) A credora delta fomento mercantil LTDA. - EPP, requereu a intimação da recuperada para que, no prazo de 72 horas, convoque nova assembleia de credores. É o relato. Passo à análise dos pedidos. Primeiramente, no tocante à manifestação da união (item 2), na qual refere a existência de ação civil pública perante a justiça federal em que se discute a fraude pactuada em contratos celebrados com a Petrobrás, determino o oficialmente ao ministério público federal, para que disponibilize cópias da petição inicial que deu início ao ajuizamento da referida ação, possibilitando, assim, melhor análise pelo juízo, a fim de analisar o pedido de convocação em falência, assim como da documentação que instruiu a ação civil pública intentada e decisão liminar proferida naquela demanda, dando-se vista à recuperada, ao administrador judicial e ao ministério público, pela ordem, com urgência. Por ora, determino a suspensão da ordem de realização de nova assembleia, diante de todos os fatos novos trazidos aos autos e que necessitam de melhor análise, a fim de verificar a viabilidade da convocação em falência. Ainda sobre a manifestação da união, intimem-se as recuperadas para que manifestem interesse na adesão aos parcelamentos indicados, quanto à inclusão dos débitos de FGTS no quadro de credores trabalhistas, entendo viável, diante da natureza dos créditos, que se revertem em benefício dos trabalhadores. No tocante aos embargos declaratórios (item 4) referentes à decisão que rejeitou o pedido do ministério público de convocação em falência, vão rejeitados, pois o que pretende o embargante é a reforma da decisão emanada pelo juízo, o que não pode ser feita por meio do recurso apresentado. No entanto, como referido acima, diante dos novos fatos e documentos colacionados aos autos, o pedido de convocação será reanalisado após a juntada da documentação solicitada. No que tange ao pedido de alvará de autorização (item 5) para venda dos veículos, embora anteriormente tenha sido deferido, suspendo, por ora, a ordem, diante das mesmas justificativas acima apresentadas. Quanto ao item 6, resta prejudicada a sua análise diante da suspensão da ordem de convocação de nova assembleia. Intimem-se. Cumpra-se com prioridade todos os atos. 02/05/2017: Vistos. O Banrisul opõe embargos declaratórios quanto ao despacho exarado às fls.6124-6125, alegando omissão, tendo em vista a não apreciação da sua manifestação de fls.5750-5779-verso, na qual postula a liberação dos valores depositados nos autos da ação 010/1.14.0018141-0, que tramita perante a 2ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública desta comarca. Efetivamente, por um lapso, não houve apreciação da referida manifestação, o que passo a fazer. Tendo em vista a argumentação dispendida na manifestação do Banrisul, na qual refere que há divergência na manifestação do administrador judicial e do Ministério Público em ambos os autos, sendo que naquele feito houve parecer favorável tanto do administrador quanto do órgão ministerial para a liberação dos valores em favor do banco, em razão de os créditos provenientes daquela demanda referirem-se aos imóveis desapropriados que estavam alienados fiduciariamente, preferindo, portanto, aos créditos trabalhistas, intimem-se o administrador Judicial e o Ministério Público para que se manifestem acerca desta questão, em especial da petição e documentos juntados às fls.5750 e seguintes. Das propostas de vendas dos diversos veículos em nome da empresa, deverão manifestar-se o Administrador Judicial e o Ministério Público, considerando que os bens, por encontrarem-se sem utilização, estão em constante desvalorização e depreciação, sendo a venda uma alternativa viável a fim de garantir o pagamento de eventuais créditos trabalhistas. Havendo parecer

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	favorável, será autorizada a venda dos bens aos interessados indicados, salientando que a liberação das restrições será determinada apenas após o efetivo depósito dos valores em juízo. Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.

Processo nº 583.00.2004.031553-2	
<i>Juízo</i>	37ª vara cível - foro central cível
<i>Instância</i>	2ª instância
<i>Data da instauração</i>	29/03/2004
<i>Partes no processo</i>	Crisel Presentes LTDA x Edson Scroback e Laboratório Avamiller de Cosméticos LTDA.
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 4. 471.607,79
<i>Principais fatos</i>	Crisel Presente ingressou com Ação Indenizatória por Perdas e Danos em face de Laboratório Avamiller e Edson Scroback, em 26/03/2004. Os fatos envolvem a negociação de um imóvel o qual teria sido objeto de venda pelos Demandados a Autora, mas tal bem estava constricto em processo movido pela Nossa Caixa. Alegando supostos prejuízos e despesas, alegando que ficou privada de utilizar o imóvel de sua propriedade (Dano Material + Lucros Cessantes). Requereu a apuração dos danos em perícia técnica e contábil. A Ação foi julgada parcialmente procedente, condenando os réus solidariamente ao pagamento de indenização equivalente ao aluguel da parte não ocupada no terreno (10.950,44 m²), observando-se o valor locativo unitário de R\$64,82/m² (válido para março/2007 - fls. 918) mais os valores dos IPTUs proporcionais à mesma área, desde a data da penhora (19.11.93) até a data da solução definitiva sobre o destino do imóvel). Sobre o principal serão acrescidos correção monetária desde a data em que devida cada prestação mensal e juros moratórios legais desde a data da citação. Em razão da sucumbência, os réus arcarão com custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação. P.R.I.C. São Paulo, 30 de setembro de 2.009.Houve Apelação das partes. Dado provimento ao Recurso dos Réus e negado provimento ao Recurso da Autora, para afastar a sentença de parcial procedência da demanda, julgar-se integralmente improcedentes os pedidos iniciais. Com o resultado, restou condenada a Autora ao pagamento das custas e despesas do processo além de honorários fixados em dez mil reais para o patrono de cada um dos corréus. Apresentados Embargos de Declaração pela Crisel Presentes, foram rejeitados. Apresentado Recurso Especial, ao qual foi negado seguimento. Apresentado Agravo, que não foi conhecido. Apresentado Agravo Regimental, foi negado provimento. Apresentados Embargos de Declaração onde está pendente de julgamento de recurso. 28/08/2017: Peticionado Cumprimento de Sentença Provisório; 27/09/2017: Peticionado Cumprimento de Sentença Provisório (Avamiller);
<i>Possibilidade de perda</i>	Remota
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 224.01.1991.004411-0	
<i>Juízo</i>	5ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP
<i>Instância</i>	2ª instância
<i>Data da instauração</i>	19/09/1991
<i>Partes no processo</i>	Nossa Caixa – Nosso Banco S/A. – Banco do Brasil S/A x Laboratório Avamiller de Cosméticos LTDA.
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 4.399.543,21
<i>Principais fatos</i>	Nossa Caixa – Nosso Banco S/A ingressou com ação de execução de título extrajudicial em face de Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA. Alegando ser credora da requerida em virtude de contrato de serviços bancários, representado pelo contrato de abertura de crédito rotativo em conta corrente. Julgado extinto a execução de título extrajudicial. Em apelação os devedores foram condenados as custas e despesas processuais afastando a fixação de honorários. Foram interpostos recurso especial pelo Laboratório Avamiller para discussão dos honorários advocatícios sucumbenciais. Apresentadas contrarrazões ao Recurso Especial. Proferido despacho pelo juízo a quo negando seguimento aos Recursos Especiais interpostos pela Crisel e Laboratório Avamiller. Sendo apresentado pela Crisel, agravo em face da decisão de inadmissibilidade do seu recurso especial, buscando o reconhecimento do seu direito de honorários advocatícios, no aguardo do julgamento desde 4/2015.
<i>Possibilidade de perda</i>	Remota
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

Processo nº 0811761-402006	
<i>Juízo</i>	Vara cível - foro cível da Comarca de Alto Petrópolis -POA
<i>Instância</i>	1ª instância
<i>Data da instauração</i>	18/04/2006
<i>Partes no processo</i>	Mundial S/A Produtos de Consumo x Raimpex Assessoria e Consultoria de Comércio Internacional Ltda
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 1.585.000,00
<i>Principais fatos</i>	Diante da publicação em 16/05/2014 de decisão de indeferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica da ré, peticionamos requerendo a suspensão do processo por 90 (noventa) dias, com determinação de nova intimação, após, para dar prosseguimento. 29/06/2015: Petição protocolada - apresentação de cálculo atualizado do débito, requerimento de BacenJud e Renaud e expedição de Ofício à Receita Federal. 11/08/2015: Juntada renúncias Suelen e Karla e nova procuração. 13/08/2015: VISTOS. INTIME-SE A PARTE AUTORA SOBRE O RESULTADO DA CONSULTA AO RENAJUD. 09/09/2015: Pet. Prot. Requer expedição de ofício ao titular da alienação fiduciária e 24ª VT POA - sobre informação restrição em veículos e reitera pedido BacenJud. 06/04/2016: Despacho: Vistos. 1. Defiro o bloqueio pelo Sistema Bacenjud. Todavia, conforme documento que segue, não foram encontrados valores em contas da parte executada, devendo a parte credora ser intimada para indicar outros bens à penhora. 2. Oficie-se à 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre para que informe a este juízo se persiste a restrição no veículo descrito à fl. 363. 3.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Informe a autora o nome e endereço do credor fiduciário, para fins de expedição do ofício. 4. Providencie o Sr. Escrivão na consulta à base de dados do sistema INFOJUD, realizando as diligências pertinentes junto à Receita Federal. Intime-se. - Aguardando intimação. 16/05/2016: Proferido Despacho em 22/02/2016: Vistos. 1. Defiro o bloqueio pelo Sistema Bacenjud. Todavia, conforme documento que segue, não foram encontrados valores em contas da parte executada, devendo a parte credora ser intimada para indicar outros bens à penhora. 2. Oficie-se à 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre para que informe a este juízo se persiste a restrição no veículo descrito à fl. 363. 3. Informe a autora o nome e endereço do credor fiduciário, para fins de expedição do ofício. 4. Providencie o Sr. Escrivão na consulta à base de dados do sistema INFOJUD, realizando as diligências pertinentes junto à Receita Federal. Intime-se. 20/05/2016: da pesquisa de endereço, intime-se a parte autora. 13/06/2016: diga o autor sobre o prosseguimento do feito. 21/06/2016: Apresentado manifestação s/ prosseguimento e pedido de instauração de incidente de descon sideração da personalidade jurídica. 27/07/2016: Despacho: Vistos. Primeiramente, oficie-se ao Banco Itaú para informe a este juízo sobre a situação do contrato de financiamento de alienação fiduciária, cujos dados constam no item 1 de fl. 378. Oficie-se à 24ª Vara do Trabalho para que informe a este juízo se ainda permanece a restrição judicial sobre os bens de fls. 362/364 (remeter cópia com o ofício). Após, voltem para apreciação do pedido descon sideração da personalidade jurídica, nos termos do que dispõem os arts. 133 e seguintes do NCPD. 30/09/2016: Aguarda resposta de Ofício. 01/12/2016: Vista às partes do retorno do ofício. 30/05/2017: Diga o autor sobre o retorno do AR negativo (AUSENTE 3 VEZES). 27/06/2017: Peticionada manifestação, referente ao retorno do AR negativo, requerendo a citação via oficial de justiça; 14/08/2017: providencie a parte autora o pagamento da condução junto a carta precatória expedida (008/11700141673); 24/08/17: Manifestação requirendo a juntada do comprovante de pagamento da condução junto à CP expedida; 04/09/2017: Intima-se a parte autora para que recolha as custas de distribuição da precatória, sob pena de devolução sem cumprimento. 26.09.2017: Diga a parte autora sobre a certidão negativa do oficial de justiça. 13/10/2017: Peticionada Manifestação requirendo a citação do sócio Rinaldo Lopes da Silva em outro endereço (informado pelo Oficial de Justiça);</p>
<i>Possibilidade de perda</i>	Possível
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

Processo nº 0185301-19.2009	
<i>Juízo</i>	4ª Vara Cível - Comarca de Caxias do Sul/RS
<i>Instância</i>	1ª instância
<i>Data da instauração</i>	18/05/2009
<i>Partes no processo</i>	Mundial S/A Produtos de Consumo x Associação Educacional Nossa Senhora de Caravaggio (FAI)
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 3.494.643,00
<i>Principais fatos</i>	Realizado acordo no processo para saída do inquilino em 31/12/2013 na execução provisória, cujo objeto é apenas o despejo. Acórdão publicado em 06/08/2014: Conforme se extrai do recurso de apelação, houve a abertura do inventário de Irma Trojan na data de 14/04/2012, devendo ser dispensada a citação de todos os herdeiros, porém, a citação deve ser dirigida ao inventariante nomeado – Sr. Nelson Cesa Sperotto. Assim, diante do exposto, tenho que a sentença de primeiro grau deve ser desconstituída, determinando que seja providenciada a

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

citação válida do Espólio de Irma Daros Trojan, na pessoa do inventariante nomeado, Sr. Nelson Cesa Sperotto. Peticionado em 17/11/2014, fornecendo o endereço para citação. 9/03/2015: INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA JUNTAR COPIA PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA RECOLHER UMA CONDUÇÃO DE 2,5 URC. 22/04/2015: VISTA À AUTORA ACERCA DA CONTESTAÇÃO RETRO. 25/05/2015: Juntada contestação. 04/08/2015: Apresentada manifestação da contestação. 10/11/2015: Designada audiência para tentativa de conciliação no dia 26/11/2015, às 10h00min, na sala de conciliação do CEJUSC - 3º andar deste Foro, a proceder-se pelo Centro Judiciário de Conflitos e Cidadania - CEJUSC desta Comarca, nos termos da Resolução 873/2011 - comag. 26/11/2015: realizada audiência não houve conciliação. 09/12/2015: audiência de tentativa de conciliação inexitosa. intimem-se as partes acerca do interesse e a necessidade de outras provas, justificando-as, inclusive o inventariante dativo. no silêncio, será examinada a possibilidade de julgamento antecipado. 15/03/2016: tenho que a perícia postulada se apresenta desnecessária ao deslinde do feito, pelo que a indefiro. intimem-se. decorrido o prazo para apresentação de recurso, voltem conclusos para sentença. 06/04/2016: Aguardando juntada de documentos. 6/05/2016: Último despacho em 10/05/2016: Vistos. Considerando a nova sistemática recursal, intime-se a parte ré para que observe as disposições do art. 1.009, § 1º, do CPC. Após, voltem para sentença. Aguardando intimação. 09/06/2016: a decisão de fls. 308/12, restou desconstituída (fls. 381) visto não ter sido providenciada a citação do espólio de irma daros trojan e alois trojan, na pessoa do inventariante nomeado, sr. nelson cesa sperotto, retornando os autos da instância superior, com a ressalva de que deve ser dispensada a citação de

todos os herdeiros, porém, tal citação deve ser dirigida ao inventariante nomeado, tal medida foi perfectibilizada, conforme certidão de fls. 396v, com manifestação apresentada pelo inventariante dativo (fls. 397-8), aderindo às contestações de fls. 119/122 e argumentos de fls. 322-334, bem como pedido de intimação da autora da atual proprietária do prédio. Abertura de prazo para nova dilação probatória, fl. 414. Pedido da parte autora de restrição sobre imóveis, em nome da parte ré, fl. 415. Opostos agravo retido e embargos de declaração pela parte ré, fls. 422-9 e fls. 432-7. passo ao exame dos embargos, recebendo-os e dando provimento na forma que segue: acolho os embargos de declaração e torno sem efeito a decisão de fls. 420 (indeferimento de perícia) e, defiro a realização da perícia, postulada pela parte ré, evitando que, em nova prefacial levantada em eventual recurso de apelação haja nova desconstituição da decisão por interpretação de cerceamento de defesa. as partes, inclusive o inventariante dativo, deverão apresentar os quesitos a serem submetidos ao perito judicial. a ação deve ser convertida em ação de cobrança. o período da cobrança dos locativos inadimplidos devem ser especificados pela parte autora, para que se estabeleça a correta discussão do objeto da cobrança, devendo dizer também sobre a necessidade de perícia contábil para tal desiderato. os pedidos formulados pelo inventariante dativo, restam prejudicados, em face da concordância da parte autora (fls. 401-2), com o que por ele foi afirmado na manifestação 397-98 (intimação da atual proprietária do imóvel e quitação parcial dos locativos a partir da aquisição do prédio: 2012). Defiro a expedição de ofício, nos termos postulados às fls. 415. intimem-se. 30/06/2016: ofício à disposição da parte autora. 30/09/2016: expedição de ofício. 15/12/2016: vista as partes acerca da manifestação do perito; 18/01/2017: petição de manifestação juntada; 07/04/2017: vista ao inventariante dativo, fls. 463-4. 21/06/2017: Ante a pretensão honorária do perito, bem como a informação prestada pelo inventariante dativo, intimem-se, para manifestações. Aguardando realização de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	perícia; 24/10/2017: Da manifestação juntada pela Associação Educacional às fls. 470/471, dê-se vista às partes. Após, com ou sem manifestação, dê-se vista ao perito.
<i>Possibilidade de perda</i>	Remota
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Processo trabalhista:

Processo nº 57745	
Juízo	Cidade de Buenos Aires
Instância	ABIERTO A PRUEBA
Data da Instauração	30/12/2011
Partes no Processo	A.G.J. (Diretor) X Mundial Argentina S/A
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos.	R\$ 4.252.282,88 - Trabalhista e Indenizatória.
Principais Fatos	Existen probabilidades de tener éxito probando que la causa del despido es justificada. En este sentido resulta fundamental la prueba a producirse, el resultado de la causa penal y la consideracion de la documental acompañada. Sin embargo aún acreditando la causal del despido al trabajador le corresponderían algunos rubros por haber intimado estando vigente la relacion laboral.
Chance de Perda	Possível
Análise do impacto em casos de perda no processo	Impacto financeiro no valor acima descrito.
Valor Provisionado	Não Há

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Companhia não possui valores mobiliários negociados fora do país de origem, portando não há regras para o investidor brasileiro em BDR.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso positivo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Enquanto não se tenha divulgada uma Política formal de gerenciamento de risco a Companhia e suas controladas registram em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Os membros do Conselho de Administração juntamente com a diretoria em reuniões mensais acompanham e monitoram todos os riscos em que a Companhia está exposta. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas.

O objetivo da Companhia continua sendo manter o crescimento, sustentação e a perpetuidade dos negócios, com o firme propósito de aprimorar cada vez mais as práticas de governança corporativa. Porém nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos no item 4.1 ou em razão da ocorrência de qualquer outros fatores não previstos por nós. Com isso o preço de mercado das Ações poderá cair, e o investidor poderá ser afetado e perder parte ou todo o investimento realizado nas Ações.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de risco

A Companhia não adotou uma política formal de gerenciamento de risco, mesmo assim, a administração busca acompanhar e monitorar todo e qualquer tipo de risco que possa de alguma forma negativa, prejudicar os objetivos traçados pelos administradores no atingimento de seus objetivos. A Companhia não utiliza instrumentos com objetivo de proteção contra riscos operacionais.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional de controles internos está adequada dentro dos parâmetros elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco de mercado, porém as operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração que tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura da gestão de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha através de reuniões mensais as práticas adotadas pelas áreas financeiras e controladoria, os critérios de seleção das instituições financeiras obedecendo sempre aos parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado, quando houver, incluindo:**

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção;

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos de mercado:

- Riscos das Taxas de Câmbio
- Riscos das taxas de juros
- Riscos de crédito

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge);

A Mundial registra em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados. Os instrumentos financeiros são contratados através de uma política de gerenciamentos de riscos relacionados a redução da exposição em moeda estrangeira e taxa de juros, bem como manter sua capacidade de investimentos e financiar seu crescimento.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Mundial em relação aos valores de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Valor justo por meio de resultado	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicação financeira	1.210	543	1.413	1.095
Títulos a receber	16.860	16.352	21.479	22.493
Direitos Creditórios	142.344	133.934	147.142	138.449
Outros créditos	24.146	19.350	35.789	27.863
Empréstimos e financiamentos	141.313	123.324	191.199	145.781
Custo amortizado				
Clientes	95.771	83.000	159.199	142.426
Créditos com partes relacionadas	53.285	62.817	20.914	15.661
Debêntures a receber	324.582	324.582	324.582	324.582
Fornecedores	36.488	24.056	57.553	40.106
Obrigações com partes relacionadas	166.970	139.871	-	1.409

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Consolidado

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Aplicação financeira	1.413	1.095	1.413	1.095
Títulos a receber	21.479	22.493	21.479	22.493
Direitos Creditórios	147.142	138.449	147.142	138.449
Outros créditos	35.789	27.863	35.789	27.863
Empréstimos e financiamentos	191.199	145.781	191.199	145.781
Custo amortizado				
Clientes	159.199	142.426	159.199	142.426
Créditos com partes relacionadas	20.914	15.661	20.914	15.661
Debêntures a receber	324.582	324.582	324.582	324.582
Fornecedores	57.553	40.106	57.553	40.106
Obrigações com partes relacionadas	-	1.409	-	1.409

Em 31 de dezembro de 2018, a Mundial S.A. e suas controladas mantêm aplicações em CDB, classificadas como ativos financeiros mantidos a valor justo, as quais estão atreladas aos empréstimos e financiamentos.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Com relação aos parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, deve-se destacar que os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas. Além disso, a Companhia verifica constantemente as movimentações de taxa de juros e variação cambial, avaliando a necessidade de proteção através de hedge. Porém, atualmente, a Companhia não tem utilizado nenhuma proteção de hedge e não opera com instrumentos derivativos.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivo diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

Com relação à utilização de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial, a Companhia informa que não utiliza nenhuma proteção de *hedge* e nem opera com instrumentos de derivativos.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não adota nenhuma estrutura organizacional e não possui nenhum sistema de controle interno voltado a verificação de gerenciamentos de risco. A área financeira realiza todas as operações financeiras com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

5.3 - Descrição dos controles internos

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providencias adotadas para corrigi-las.

Os controles internos da Companhia relativos à preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são processos que visam fornecer razoável segurança à respeito da confiabilidade dos relatórios financeiros e da elaboração dos relatórios de acordo com os princípios e normas contábeis geralmente aceitos.

A Companhia e suas controladas, com base nas melhores práticas e através de sua estrutura interna, buscam estabelecer e implementar as políticas e os procedimentos necessários à manutenção dos registros com detalhes razoáveis que refletem a exatidão as transações e disposições dos ativos. Tais controles também fornecem segurança razoável de que as transações registradas referem-se a recebimentos e gastos autorizados conforme os controles internos e são imprescindíveis para as operações da Companhia.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional envolvida no processo corresponde as áreas administrativas, tais como a Contabilidade e Controladoria.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A administração, a partir da revisão feita no sistema de controle interno e dos procedimentos contábeis efetuados pelos auditores independentes, analisará todas as recomendações apontadas e no decorrer do exercício atual providenciará as devidas correções e adequações.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Como resultado dos procedimentos presentes no relatório preparado e encaminhado pelo auditor independente sobre as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram identificadas deficiências de controle interno descritas nas partes I. Assuntos Contábeis e Administrativos, II. Assuntos Trabalhistas e III. Assuntos do Ambiente de Tecnologia da Informação. As recomendações e observações apresentadas têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis da Companhia, e foram previamente discutidas com a administração.

5.3 - Descrição dos controles internos

I. ASSUNTOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS

Os pontos a seguir destacados, foram previamente apresentados e debatidos com a Administração e seus responsáveis técnicos. Eventuais distorções foram no conjunto consideradas irrelevantes para o bom e correto entendimento e avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto por parte de seus usuários.

1. Pedidos sem vínculo automático com a requisição aprovada pelo responsável do setor requisitante.

Situação observada:

Observamos que as requisições de compras possuem alçadas e aprovações, porém os pedidos de compra não necessitam destas aprovações e podem ser emitidos sem uma vinculação a uma requisição de compra, gerando um risco de serem efetuadas compras sem as devidas aprovações dos gestores.

Recomendação:

Sugerimos que sejam implementadas travas no sistema para mitigar o risco de serem efetuadas compras desnecessárias ou em valores superiores aos estipulados nas alçadas.

Comentários da Administração:

Esse item será analisado com o objetivo de identificar se há possibilidade de realizar esse bloqueio, isso tanto por parte da área de negócio quanto pela área de tecnologia de informação. Com o objetivo de controle a Administração utiliza normas internas onde estão descritos os procedimentos do setor de compras desta forma sanando a falta de trava via sistema.

2. Baixa do saldo da conta de "Depósitos Não Identificados".

Situação observada:

Identificamos que consta a conta contábil no balancete da Companhia denominada "Depósitos Não Identificados", cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2018 perfazia o montante de R\$325.234, os quais trata-se de quantias recebidas, mas que não foi possível a correta identificação da origem do depositante. Constatamos depósitos efetuados e não identificados de longa data.

Recomendação:

Sugerimos, para fins de acertos contábeis, a baixa dos valores desta rubrica e reconhecimento no resultado como receita destes numerários, bem como que o mesmo seja oferecido a tributação conforme regra fiscal vigente.

Comentários da Administração:

A Administração efetuou conciliações e mantém controle do montante sendo que os valores ainda não identificados estão sendo tratados.

3. Provisão para Perda Estoques Obsoletos.

Situação observada:

5.3 - Descrição dos controles internos

Observamos que a prática adotada pela Companhia de constituição de provisão para perda de estoques dos produtos obsoletos, não é formalizada e que não existe conta contábil. Verificamos relatório de itens com lenta movimentação das empresas e discutimos com a Administração a necessidade de provisionamento de itens que não tem previsão de utilização, os quais não são avaliados para realização de contabilização.

Recomendação:

Sugerimos, para fins de acertos contábeis, seja realizada a avaliação trimestral dos itens com lenta movimentação a fim de avaliar saldos prováveis de perda para contabilização.

Comentários da Administração:

A Administração efetuará durante 2019 nova análise a fim de identificar possíveis perdas e tomará as medidas necessárias a fim de sanar os pontos levantados.

4. Conciliação de valores de importação em andamento.

Situação observada:

Observamos que a conciliação contábil não apresenta a mesma posição do controle do setor de comércio exterior, bem como a conciliação mantém um histórico de valores referente as importações sem apresentar um status por operação.

Recomendação:

Recomendamos que seja realizado o aprimoramento no que diz respeito ao controle interno, a fim de que essas situações de valores em aberto e ausência de status por operação sejam evitadas e regularizadas dentro do período da importação em aberto.

Comentários da Administração:

A Administração efetuará avaliação da recomendação para o exercício de 2019.

5. Adequação à Governança Corporativa.

Situação observada:

Verificamos que a Companhia está em fase de adequação sobre as premissas de Governança Corporativa. No entanto, ainda não foi implantado um canal de denúncias e políticas em atendimento a ética e conflito de interesses, conforme Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. Ressaltamos a importância da avaliação total do Código requerido por meio de OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 3/2019 de 28 de janeiro de 2019 e Instrução CVM 586 de 08 de junho 2017 para adequação em 2019.

Recomendação:

Realizar adequação conforme Código Brasileiro de Governança Corporativa atendendo ao Ofício Circular CVM/SEP e Instrução CVM conforme requerido para 2019.

Comentários da Administração:

A Administração efetuará avaliação da recomendação para o exercício de 2019.

5.3 - Descrição dos controles internos

II. ASSUNTOS TRABALHISTAS

1. Necessidade de contratação de funcionários portadores de deficiência física – PCD.

Situação observada:

A companhia não possui em seu quadro de funcionários o número suficiente de PCD - Portadores com Deficiência, conforme artigo 93 da Lei 8.213 de 24/07/91, a qual obrigada a companhia ter de 2% a 5% do seu total de funcionários, considerando que todas as empresas brasileiras com mais de 99 funcionários, independente do ramo de atividades, devem contratar pessoas com deficiência para compor o seu quadro de colaboradores.

Recomendação:

Indicamos que a Companhia realize a contratação de 18 com PCD's - Pessoa Com Deficiência para atender o número mínimo para atender a legislação, conforme orientação da DRT.

Comentários da Administração:

A Mundial está trabalhando atualmente com o Programa de Inclusão de PcD's, conforme Termo de Acordo com o Ministério do Trabalho, onde ficou combinado que no prazo máximo de 2 (dois) anos a empresa precisa estar atendendo a cota definida pela legislação. Enquanto isso, trabalhamos em conjunto com o SENAI com Aprendizes PcD's, dentro de nossas instalações, Curso de Auxiliar de Linha de Produção, onde é contemplada a Teoria e Prática na Área Fabril. Em Gravataí e Caxias temos o total de 28 jovens nessa situação, que terão a oportunidade de tornarem-se funcionários efetivos ao final do Curso. Além disso, a empresa já vem priorizando a contratação de PcD's sempre que há vagas para novos funcionários, em todas as áreas.

2. Necessidade de contratação de funcionários na condição de menores aprendizes.

Situação observada:

A Companhia possui 04 estabelecimentos Porto Alegre, Caxias do Sul, Gravataí e São Paulo. Identificamos que os estabelecimentos não possuem o número mínimo de aprendizes que exige a legislação conforme Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, Art. 429.

Recomendação:

Sugerimos que a Companhia avalie a necessidade de contratação para atender a cota mínima prevista na legislação, que é prevista por estabelecimento.

Comentários da Administração:

A Mundial ficou com 2 Aprendizes abaixo da cota por motivo de desistência desses alunos do Curso, mas já estamos providenciando a substituição dos mesmos para admissão no mês de junho desse ano.

3. Conciliação e revisão dos parâmetros do sistema da folha.

Situação observada:

Verificamos que a Companhia tem saldos não conciliados de INSS sobre a provisão de férias e décimo terceiro (desonerado) de aproximadamente R\$ 100 mil. Observamos que os parâmetros estão calculando o INSS sobre a provisão de 13º Salário e sobre férias de forma integral.

5.3 - Descrição dos controles internos

Recomendação:

Sugerimos que a Companhia realize a conciliação dos saldos e revisão dos parâmetros para devida contabilização dos saldos contábeis.

Comentários da Administração:

A diferença levantada ocorre em função do cálculo de desoneração só acontecer após a identificação do faturamento dos itens desonerados da folha, essa diferença é solucionada quando ocorre o pagamento das férias.

5.3 - Descrição dos controles internos

III. ASSUNTOS DO AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Inexistência de comunicado à TI de funcionários em afastamento temporário.

Situação observada

Foi identificado que a empresa não conta com um procedimento para bloqueio das contas de seus funcionários que estão em afastamento temporário, seja por motivo de férias, saúde ou licença maternidade. Considerando que a área de TI não é comunicada destes afastamentos, as contas de funcionários ausentes por algum dos motivos citados acima não são bloqueadas.

A não desativação temporária de contas, incentiva colaboradores que vão sair de férias ou estão de licença saúde a compartilhar seus acessos com colegas. Estes podem vir a ter seus trabalhos feitos sem a devida informação ao gestor da área ou até mesmo a TI, acarretando grave problema de segurança de informação. A empresa também corre o risco de uma possível ação trabalhista caso o funcionário comprove que acessou e-mails ou sistemas no período que esteve de licença temporária.

Recomendações

Criação de processo interno de bloqueio temporário de contas de usuários na rede, sistemas e e-mail, em caso de afastamento temporário do colaborador.

Comentários da Administração:

Será implantado em 2019 a integração entre os implantação de sistemas de RH e TI para que seja realizada baixa automática.

2. Atualização de Sistemas Operacionais Servidor de arquivos sem trilha de auditoria.

Situação observada

Evidenciou-se in-loco que a empresa, não conta com um sistema que forneça trilhas de auditoria de acessos e exclusões de documentos armazenados no servidor de arquivos.

As trilhas de auditoria do servidor de arquivos são importantes para que a TI possa rastrear acessos, alterações e exclusão de pastas e documentos armazenados no servidor de arquivos.

Riscos e/ou Possíveis Consequências:

- Impossibilidade de rastrear alterações ou exclusões de arquivos salvos na rede.

Recomendações

Ativar Event Viewer ou adquirir um sistema que forneça trilhas de auditoria para todos as pastas e documentos compartilhados pelo servidor de arquivos da empresa.

Comentários da Administração:

O hardware atual não tem capacidade para operar com o event viewer ativo. Foi aprovado investimento em 2019 para que o hardware seja melhorado.

3. Política de senhas nos sistemas.

Situação observada

Analisamos as políticas de senhas dos principais sistemas utilizados pela empresa e constatamos que o critério de complexibilidade do Active Directory está inativo. Já o sistema Oracle EBS apesar de exigir 8 caracteres, o mesmo não exige que o usuário cadastre senhas alfanuméricas, letras maiúsculas ou

5.3 - Descrição dos controles internos

caracteres especiais. Possibilitando que usuário cadastre somente números de 1 a 8 ou data de nascimento.

A definição de um nível aceitável de complexidade de senha impõe um nível a mais de segurança, dificultando acessos indevidos.

Uma boa regra de senhas leva em consideração:

- Uso de letras maiúsculas e minúsculas;
- Números;
- Caracteres especiais;
- Devem expirar de tempo em tempos não podendo repetir a última senha utilizada.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Acesso indevido a informações cruciais da empresa;
- Uso de senhas que podem ser descobertas após longo período de uso;
- Comprometimento da segurança de informações internas.

Recomendações

Ativar o critério de complexibilidade na política de segurança do Active Directory. Ativar no sistema Oracle EBS a utilização de senha alfanuméricas e letras maiúsculas e minúsculas ao menos, caso não tenha as opções analisar a possibilidade de implantar uma política de senhas no sistema.

Comentários da Administração:

Atualmente a versão do ERP utilizada não permite a configuração de complexidade alta de senhas com maiúsculas e minúsculas e alfanuméricos, possuindo somente a configuração de número de caracteres (8) e tempo de expiração (60 dias).

A complexidade de senhas para o ERP e para o Active Directory será ativada no projeto de migração de versão do ERP, a ser realizado dentro das possibilidades de investimento da Companhia, não foi estipulado um prazo para realização da migração.

4. Gestão de Risco.

Situação observada

Foi identificado o documento Tecnologia da Informação, contendo linhas gerais do desenvolvimento do processo relacionado à análise de riscos em uma fase inicial.

O processo de gestão de riscos tem o objetivo de identificar as ameaças às quais a organização está exposta, as vulnerabilidades existentes passíveis de exploração por estas ameaças, bem como os impactos decorrentes desta exploração. Risco é a relação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento adverso e suas consequências.

Recomendações

É recomendada a implementação do processo. Para tanto, é necessário determinar uma metodologia que se adeque às necessidades da organização. O processo de gestão de riscos deve conter as seguintes atividades:

- Definição de contexto;
- Análise/Avaliação de riscos;
- Tratamento.

5.3 - Descrição dos controles internos

Comentários da Administração:

documento de Gestão de Riscos apresentado é utilizado pela empresa para atender à norma ISO 9001:2015. De toda forma, acatamos a recomendação e faremos em 2019 uma versão mais aprofundada do tema.

5. Gestão de Continuidade de Negócios

Situação observada

Foi apresentado o documento Plano de Continuidade, além da documentação complementar abaixo, identificando que o processo de continuidade de negócios está em desenvolvimento, porém ainda se encontra em uma fase incipiente: item

- Manual de Recuperação do Ambiente ERP;
- Manual de Recuperação do Controlador de Domínio;
- Manual de Recuperação do Exchange Server;
- Manual de Recuperação para Windows Server 2008 R2 SP1 64bits.

Evidenciou-se que a empresa possui um ponto central de processamento de dados, porém não há um ambiente de contingência.

Recomendações

Recomendamos que seja avaliado a criação de um Plano de contingência sobre a continuidade dos negócios.

Comentários da Administração:

Conforme a recomendação, vamos elaborar um documento de continuidade mais aprofundado.

6. Segurança de Redes.

Situação observada

Verificou-se que não existe processo de *hardening* para servidores ou equipamentos de rede. O processo de *hardening* diminui a superfície de ataque aos ativos da rede, uma vez que é destinado a eliminar serviços e configurações desnecessárias ao funcionamento de determinado ativo.

Recomendações

Recomenda-se a determinação de guias de *hardening* para diferentes tecnologias (Servidores Windows, Linux, ativos de rede, etc.), considerando servidores, rede e middleware.

Comentários da Administração:

Será analisada a criação de uma documentação para demonstrar a realização deste processo em 2019.

7. Segurança Física do Data Center – Sala de Equipamentos.

Situação observada

Verificamos que a sala de equipamentos é formada de divisórias que fazem o limite para o ambiente interno, considerando as melhores práticas de segurança física de ambientes de processamento de dados, a sala deveria ser totalmente enclausurada com alvenaria, tendo na entrada uma porta corta-fogo e controle de acesso biométrico.

5.3 - Descrição dos controles internos

Recomendações

Recomendamos que a sala seja totalmente enclausurada com alvenaria, tendo na entrada uma porta corta-fogo e controle de acesso biométrico.

Além disso, é importante manter o sistema de câmeras de monitoramento (CFTV), disponibilizando imagens para a Portaria, de forma a alertar a ocorrência de algum evento dentro da sala, principalmente fora do horário comercial (à noite ou finais de semana), quando não há colaboradores no local. recomendamos que a sala seja totalmente enclausurada com alvenaria, tendo na entrada uma porta corta-fogo e controle de acesso biométrico.

Comentários da Administração:

Um projeto para reforma do Datacenter foi aprovado pela empresa e será realizado em 2019.

8. Necessidade de gerador e falta de procedimentos formais de inspeção ou testes periódicos nos equipamentos de energia

Situação observada

Foi constatada a realização de inspeções no equipamento de energia (No break) em Caxias do Sul. No entanto, não foi observado um processo formal de inspeção ou testes periódicos neste equipamento.

Além disso, não foi identificada a existência de um gerador para atender a instalação.

Com isso, na ocorrência de uma queda de energia prolongada, existe os riscos de os sistemas saírem abruptamente do ar depois que as baterias do no break se esgotarem, especialmente quando este evento ocorrer à noite ou em finais de semana, quando não há pessoal de TI na empresa.

Recomendações

Recomendamos a instalação de um gerador com capacidade de atender a demanda de energia dos equipamentos de TI e a definição de um procedimento formal de inspeção e testes periódicos dos equipamentos de energia.

Comentários da Administração:

Um gerador está previsto no projeto de reforma do Datacenter, previsto para 2019.

5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: *i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema; as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A Companhia possui Procedimentos Administrativos, denominados PA's, são Procedimentos internos criados para orientar os seus colaboradores na gestão de processos voltados a qualidade dos produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Para mantermos um bom relacionamento, tanto no ambiente de trabalho como com nossos clientes, consumidores, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios e sindicatos e órgãos públicos, é importante que se respeite a integridade, as expectativas e a privacidade de cada um, cumprindo a legislação, as normas e os regulamentos, internos ou externos, em todas as suas instâncias.

A observação e o cumprimento das leis são deveres de todos. Cada funcionário tem a obrigação de obedecer à legislação e às regras, no desenvolvimento, atuação e execução de todas as suas atividades, assim como respeitar as normas, políticas e procedimentos internos da Companhia, bem como os regulamentos, políticas e normas conforme a legislação das Companhias abertas. As áreas Contábil e Controladoria são responsáveis na prevenção e detecção de atos que possam afetar negativamente a Companhia perante aos órgãos públicos, cabe as áreas zelar pela:

5.4 - Programa de Integridade

- Registrar todas as transações financeiras contábil ou fiscal, obedecendo sempre os princípios contábeis;
- Divulgar e registrar, quaisquer transações, informações financeiras ocorridas na empresa, tais como: vendas, rentabilidade, resultados, novos produtos ou qualquer assunto que tenham ou possam vir a ter influência sobre os funcionários, a empresa e os valores mobiliários emitidos por esta;
- Cooperar plenamente com auditores internos ou externos, informando-os sobre registros e controles solicitados, de forma clara, objetiva e transparente, sem quaisquer omissões ou manipulações;

Além dos procedimentos mencionados acima a Companhia utiliza um sistema integrado ERP da Oracle e seus sub-sistemas de gestão que obrigam ao registro de toda e qualquer transação da mesma

Desde 2012, a administração da Companhia pratica e multiplica o seu Código de Conduta entre todos envolvidos nos negócios da Mundial, sempre na defesa de uma postura responsável, ética, transparente e de respeito mútuo.

O Código se aplica aos administradores, diretores, conselheiros, funcionários, suas controladas e coligadas e extensivo aos fornecedores de bens, serviços e materiais, seus parceiros de negócios, produtores integrados, clientes e demais partes envolvidas e/ou interessadas nos negócios da Companhia.

O acesso ao Código está disponível de forma digital, na internet e divulgado no site da Companhia: www.mundial.com, e cópias impressas estão disponíveis no setor de RH.

Quaisquer dúvidas quanto às práticas e interpretações do Código devem ser tratadas diretamente com a gerência ou diretoria imediata. O descumprimento de alguma das normas do Código configura-se como indisciplina e está sujeitas às penalidades previstas conforme consolidação da Lei Trabalhista (CLT).

Diante dos mecanismos de prevenção em vigor, a Companhia entende que os mecanismos e procedimentos internos de prevenção ou para detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, aliados à auditoria externa são suficientes.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia não possui canal de denúncia externo. A direção da Companhia é a responsável a receber denúncias internas ou de terceiros a respeito de qualquer descumprimento as regras e políticas da Companhia.

A violação das regras poderá ser punível criminal e civilmente pela legislação em vigor. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância da denúncia o Diretor imediato deverá ser contatado a fim de sanar a dúvida.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

No caso de fusões, aquisições e reestruturação societárias a Companhia segue todas as orientações de acordo com a legislação das Sociedades anônimas em vigor, com transparência e equidade. A Companhia não adota procedimentos formais para identificar a vulnerabilidade ou riscos de práticas de empresas envolvidas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A direção acredita que os Processos e procedimentos internos adotados podem prevenir e detectar qualquer desvio de práticas ilícitas, posto que a administração da Companhia procura acompanhar e controlar todas as ações praticadas pelos seus funcionários e seus parceiros envolvidos nos negócios, além de ter suas demonstrações contábeis auditada por empresas renomadas de auditoria independente.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social em 31/12/2018 não houve alterações significativas que possa ter afetado as operações normais da Companhia, o que pode ser destacado para o ano de 2018 foi que a Companhia efetuou uma readequação do passivo tributário estadual (ICMS) do Rio Grande do Sul, ao aderir ao Programa Compensa RS, instituído pela Lei nº 15.038/2017, que permitiu a quitação dos débitos de ICMS com a utilização de precatórios estaduais.

A Companhia segue seu objetivo de manter o crescimento, a sustentação e a perpetuidade dos negócios, apesar das condições do país não serem favoráveis, com objetivo de manter o crescimento a Administração está viabilizando novas linhas de produto e oportunidades de negócios, a partir de 2018 a Companhia assumirá a gestão e comercialização das marcas Hercules e Mundial no segmento Gourmet/Creative. Com a gestão e o reposicionamento dessas marcas no mercado, com inovação e produtos de alta qualidade a Companhia acredita que poderá ter um importante vetor de crescimento nas vendas para o próximo exercício. Por conseguinte, o resultado das vendas dependerá da nossa habilidade de prever, identificar e responder com rapidez às tendências de mercado e das preferências dos consumidores, oferecendo mercadorias atrativas e desejáveis, a preços competitivos.

Por outro lado, mesmo reconhecendo as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, a Administração da Companhia não tem dúvidas quanto à continuidade operacional dos negócios e atreladas as negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

Porém nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos no item 4.1 ou em razão da ocorrência de qualquer outro fator não previstos por nós.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes que a Companhia julgue informar nesta seção.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/04/1896
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/12/1979

6.3 - Breve histórico

ANO	BREVE HISTÓRICO DOS EVENTOS RELEVANTES
2018	<ul style="list-style-type: none">➤ No ano de 2018, a Companhia encerrou suas atividades com a subsidiária Mundial Personal Care. O fechamento desta subsidiária se deu pelo fato de que não apresentava mais nenhum resultado para Companhia.➤ Em abril foi adquirida 100% das ações da empresa MAMSTAR S.A, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), localizada na rua Guatemala s/n, Porto Livre, Porto de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, passou a ser denominada MUNDIAL CONSUMER PRODUCTS INTERNATIONAL SOCIEDAD ANÓNIMA. Essa unidade entrará em operação ao longo de 2019 e terá o objetivo de importação, exportação e distribuição dos produtos com as marcas HERCULES, MUNDIAL e IMPALA.
2017	<ul style="list-style-type: none">➤ Em novembro de 2017, a Companhia e suas controladas efetuaram uma readequação do passivo tributário, culminando na transferência de parte dos débitos antes indicados nos parcelamentos instituídos pelas Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, para Parcelamento nos termos da Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. O parcelamento, intitulado PERT, abrange os débitos de natureza tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, permitindo quitar débitos com prejuízo fiscal e base negativa acumulados até dezembro de 2015, próprios e de empresas do grupo.➤ Em agosto a Companhia formalizou com sua Coligada Hercules S.A – Fábrica de Talheres um acordo de licenciamento e distribuição mantido com empresa Etilux Comercio e Industria Ltda no que diz respeito aos produtos do segmento de cutelaria (tesouras domésticas e para costura bem como facas profissionais). A importação e comercialização destes produtos passou a ser feita diretamente pela Companhia que passará a contabilizar incremento importante de receita já no segundo semestre de 2018.➤ em Janeiro, a Companhia alienou os investimentos indiretos, subsidiárias Mundial INC e Mundial Ásia, através de sua controlada direta Eberle Equipamentos e Processos S.A.
2016	

6.3 - Breve histórico

- Em 29 de agosto, conforme Ata do Conselho de Administração da Companhia foi aprovado a integralização do aumento de capital na coligada Eberle Equipamentos e Processos, através da transferência do investimento na empresa Mundial INC.

2015

- No início do ano a Companhia encerrou suas atividades com a subsidiária Mundial Europa. O fechamento desta subsidiária se deu pelo fato de que não apresentava mais nenhum resultado para Companhia.

2014

- Em janeiro, a Companhia firmou aditamento com a empresa Etilux Indústria e Comércio Ltda., através do qual reassume a gestão comercial e de distribuição da Divisão Personal Care, abrangendo as marcas Mundial e Impala, bem como o processo de importação de itens até hoje chamados de licenciados.

2013

- No primeiro semestre, a Mundial lança 3 novas linhas de alicate que vai do uso profissionais ao de uso pessoal. O alicate de uso pessoal tem cores exclusivas, e modernas para agregar saúde, qualidade e modernidade. Em aço carbono, vem afiado e em quatro cores diferentes - azul, amarelo, roxo e rosa. Esta linha surge com o propósito de ressaltar a importância do uso individual do seu alicate de uma maneira divertida e moderna. Na linha de alicates profissionais, surge um novo alicate em aço inoxidável e fabricado no Brasil de maneira automatizada, o que contribui para uma maior simetria nas lâminas e corte mais preciso. Apresenta um design moderno com cabo anatômico que se ajusta facilmente à mão, trazendo mais conforto no manuseio. São dois kits para a consumidora escolher: **778-E** kit composto por alicate e empurrador: instrumentos para o cuidado completo da cutícula. **778-EP** kit composto por alicate, empurrador e palito: instrumentos para o cuidado completo da cutícula e esmaltação.
- Para celebrar os 50 anos de alicate, a Mundial lança uma edição comemorativa à data. O alicate em aço carbono niquelado tem cabo ergonômico com textura diferenciada que proporciona maior conforto e precisão no manuseio do produto. O lançamento acompanha um pingente de coração com o símbolo de um alicate em forma de presente e agradecimento pela confiança da consumidora. Este alicate vem em embalagem especial e comemorativa.
- Os acionistas da Companhia aprovaram a reforma do Estatuto Social da Companhia para readaptá-lo ao mercado tradicional, onde as ações da Companhia são negociadas sob o *ticker* MNDL3, uma vez

6.3 - Breve histórico

que a Companhia não migrou para o segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.

2012-2013

- Em dezembro, o segmento Fashion lançou o *Customeasy*, um produto exclusivo que possibilita a personalização de roupas e acessórios de uma maneira fácil, divertida e segura. A linha de produtos *Customeasy* contém um aplicador manual de tachinhas que facilita a aplicação em diversos tecidos. O produto é prático, fácil de manusear e transportar, além de viabilizar uma forma segura de customização. O lançamento chega ao consumidor em um kit contendo o aplicador e as tachinhas, e o refil vem com ainda mais tachinhas, disponível em quatro modelos: Spike, Abaulado, Pirâmide e Cristal e nas cores dourado, prateado, cobre e ouro envelhecido.
- Em setembro de 2012, a Companhia lançou no mercado com a marca IMPALA, acessórios para *make up*, como apontador, lenços removedores de maquiagem, kits com pincéis e modeladores de cílios. Em maio de 2013, para complementar sua primeira linha de maquiagem, lançou uma linha completa com 95 itens de seleção de produtos para a face, olhos, boca desenhada com base nas tendências nacionais e internacionais de beleza.

2012

- A Companhia lança no mercado com a marca IMPALA, sua primeira linha de unhas artísticas, a mais completa do mercado. A linha é composta por mais de 50 itens, com qualidade superior, divididos em três categorias – decoração, acessórios e unhas artificiais – que exploram o universo colorido e diferente da customização de unhas.
- Em Janeiro, os acionistas da Companhia aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias e a alteração do Estatuto Social de acordo com as regras do segmento Novo Mercado.

2011

- A companhia anunciou a intenção de ingressar no Novo Mercado da BM&FBovespa e tomou as primeiras medidas para implementar esta decisão. Em julho deste ano, anunciou a celebração de um acordo de aporte de capital (SEDA – Stand-by Equity Distribution Agreement) no montante de US\$ 50 milhões a ser implementado em 2 anos.

2010

- A Companhia iniciou operações de varejo no mercado norte-americano, estabelecendo, inicialmente, no sul da Florida, uma rede

6.3 - Breve histórico

de 5 quiosques para venda dos produtos da divisão de Personal Care, instalados nos principais shopping centers de Miami e Fort Lauderdale.

- Iniciou no final de dezembro, operações pela Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo, com sede no Rio de Janeiro, que atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion, motores e demais itens de beleza pessoal.

2009

- A companhia adquiriu a participação integral em 2009, no Laboratório Avamiller Ltda. (Avamiller), com sede em Guarulhos – SP, atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal, e também a participação integral na Mundial Inc., com sede em Walpole, Massachusetts – EUA, que atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion.

2008

- Em 28 de março de 2008, a Mundial S.A. assinou contrato de aquisição da marca de esmaltes Impala, do Laboratório Avamiller de Cosméticos. O negócio incluiu além de esmaltes, batons e produtos para cabelo e corpo.

2006

- Em setembro de 2006 a Companhia iniciou a operação Asiática da Mundial S/A, através de uma “joint-venture” Mundial Co Ltd, da qual a Mundial S/A detém indiretamente 70%. Esta operação tem como missão precípua a identificação e gerenciamento de parceiros fornecedores bem como a distribuição de produtos com as nossas marcas tanto no mercado asiático quanto nos demais mercados em que atuamos.

2005

- Em dezembro de 2005 a Companhia alienou sua participação na distribuidora norte-americana Mundial Inc.

2004

- O fato marcante e que merece destaque na condução dos negócios da Mundial S.A, foi a venda da unidade de motores elétricos para a Metalcorte Inox Ltda. com isto a Mundial S.A consolida a fase de desmobilização de negócios que não estavam vinculados as estratégias de longo prazo, focada em negócios ligados a produtos de consumo.

2003

6.3 - Breve histórico

- Concluiu-se mais uma etapa importante do processo de reestruturação da Eberle S.A. a companhia realizou a reavaliação de seus ativos, passou pelo processo de capitalização e finalizou alterando sua estrutura societária, incorporando a Zivi S.A. – Cutelaria, alterando sua razão social para Mundial S.A. – Produtos de Consumo a partir de 2004.
- Com o surgimento da Mundial S.A. pode-se concluir o processo de redefinição dos negócios da empresa, para tanto era necessário ter-se uma marca corporativa que respaldasse cada unidade de negócio sem perder a visão de grupo portanto cada negócio passou a ter sua marca e respectivos objetivos estratégicos e operacionais

1991

- A Eberle S.A. desativa todas as linhas de produção de consumo (tesouras, talheres, máquinas de uso doméstico, artigos sacros, artigos para montaria, pertences para mesa, etc...) assumidas parcialmente pela controladora Zivi - Hercules.
- A Eberle S.A. é a indústria metalúrgica mais antiga desta região, nasceu praticamente com Caxias do Sul, cresceu e ajudou a cidade a crescer, sempre foi a empresa que mais proporcionou empregos no município chegou a ter um quadro de 5.680 funcionários. Ao longo de sua história, centenas de profissionais deixaram a Eberle S.A. para se estabelecer por conta própria, hoje titulares de prósperas empresas que enriquecem o parque fabril desta cidade e do Rio Grande do Sul.
- A Companhia passou a atender intensamente a dois segmentos de mercado operando com duas unidades independentes:
 - Eletroacionamentos – fabricação de motores para condicionamento de ar, motores da linha tubo, motores da linha industrial, motores da linha coifa e produtos sinérgicos (eletrobombas, conversores de frequência, tineres, etc...)
 - Componentes de Fixação - fabricação de botões, rebites, ilhóses e estampados de precisão para a indústria de vestuário, do calçado, de autopeças e eletroeletrônica.

1989

- Construída mais uma unidade industrial para a produção de motores elétricos fracionários com área de 6.000 m².

1988

- Construção da fábrica de fios de cobre esmaltados para a produção de motores elétricos.

1985

6.3 - Breve histórico

- Em 14/07/85 a Companhia Zivi-Hercules com sede em Porto Alegre assume o controle acionário da Eberle S.A..

1982

- Implantada a mecânica de estamperia de precisão para a indústria eletroeletrônica de comunicação, automobilística e informática, neste mesmo a razão social foi alterada pra Eberle S.A.

1974

- Inauguração da fábrica destinada exclusivamente à produção componentes metálicos (botões, ilhoses, rebites, fivelas, argolas e outros) com área de 25.000 m2.

1968

- Inauguração da fábrica destinada exclusivamente à produção de motores elétricos com área construída de 30.000 m2.

1966

- A Eberle transformou-se em empresa de capital aberto e inicia a construção do parque industrial de São Ciro, em Caxias do Sul, num terreno com área de 427 mil m2.

1947

- Início da fundição de ferro e da produção de tesouras, facas, espadas, máquinas de uso domésticas e estampados convencionais.

1940

- A empresa começa a fabricar motores elétricos para seu uso e para terceiro.

1928

- Início da produção de botões de pressão e rebites destinados à indústria de vestuário e do calçado.

1920

- Começa a fabricação de artigos sacros com grande sucesso por longos anos.

1918

- Início da fabricação de talheres, cutelaria e pertences para mesa e cozinha.

1907

- Início da fabricação de artigos para montaria.

6.3 - Breve histórico

1896

- Fundação da empresa por Abramo Eberle em 02/04/1896. chamava-se: Abramo Eberle & Cia (pequena funilaria) e mais tarde: metalúrgica Abramo Eberle Ltda.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial emitida pela Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que a Companhia julgue informar nesta secção.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia tem sede, foro e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, pode criar e manter filiais, escritórios e quaisquer departamentos ou depósitos em todas as partes do território nacional e exterior, a critério da Diretoria “ad referendum” do Conselho de Administração.

A Companhia tem por objetivo:

- a) Indústria e comércio: 1) motores, máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos para fins industriais e para uso doméstico; 2) pertences metálicos e artigos para mesa, artigos de cutelaria, adorno, higiene e beleza; 3) artigos e componentes metálicos e plásticos para indústria de calçados, couro, plástico, confecções e eletro-eletrônicos; 4) fundição de metais ferrosos e não ferrosos; 5) peças metálicas para máquinas agrícolas, móveis, material escolar, de escritório e profissional em geral; 6) matrizes para estamperia e para injeção plástica ou metálica.
- b) Atividades agro-pastoris e reflorestamento, inclusive a comercialização de seus produtos.
- c) Importação, exportação e comercialização de equipamentos, produtos e matérias primas relacionados com os objetivos sociais retro transcritos.
- d) Participação em outras sociedades, como acionista, quotista ou sócia.

Segmentos de negócios:

Fashion

Industrializa e comercializa componentes metálicos para indústrias de confecção e calçados, destinados ao fechamento, reforço, adorno, customização e diferenciação dos mais diversos segmentos do vestuário, calçados e acessórios.

Personal Care

A Divisão de Negócio de **Personal Care** é composta pelas marcas MUNDIAL e IMPALA. São produtos direcionados para a linha de cuidados pessoais e higiene e beleza, tanto de uso profissional quanto doméstico, como: tesouras, alicates para cutículas e unhas, cortadores, pinças, esmaltes e cremes. Os dois últimos itens são comercializados sob a marca Impala, marca que vem se destacando no segmento de esmaltes.

Craft:

São produtos, de fabricação própria e de terceiros e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

Gourmet:

São produtos para culinária profissional e doméstica, tais como facas, talheres, baixelas, chaira e utensílios de uso geral, importação e exportação destes produtos. Além destas linhas, a divisão também é responsável pela produção e distribuição de facas profissionais para frigoríficos e açougues.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Divisão Syllent

O segmento de bombas compreende a produção das bombas Syllent, a primeira moto bomba silenciosa do mundo. São linhas de bombas para movimentação de água com aplicação em banheiras de hidromassagens/spas, pressurização de rede hidráulica e centrífuga residencial.

A Companhia, ainda atua nos segmentos em conjunto com suas controladas:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., com sede em Guarulhos – SP, que atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent).

Através das controladas diretas, **Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda.**, com sede no Rio de Janeiro, **Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.** com sede em Manaus, **Mundial Argentina S.A.**, com sede na Argentina, atuam na comercialização e distribuição dos produtos de Personal Care, Fashion, Gourmet e Craft.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica a Companhia, pois não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em relação a cada segmento operacional da Companhia indicar as seguintes informações:

(a) produtos e serviços comercializados; (b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor; (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.

Os segmentos operacionais da Mundial estão divididos nos seguintes grupos: Personal Care, Gourmet, Craft, Fashion e Syllent e Outras Empresas.

Personal Care: tem por objeto a fabricação, comercialização de artigos de manicure de beleza pessoal, importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Gourmet: tem por objetivo a fabricação, comercialização de facas profissionais, talheres, utensílios de uso geral, importação e exportação destes produtos;

Craft: tem por objetivo a fabricação, comercialização de artigos de uso profissional como tesouras, artigos para trabalhos manuais, importação e exportação destes produtos.

A Mundial, em conjunto com suas controladas, (denominadas como “a Companhia”), ainda atua nos seguintes segmentos:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., com sede em Guarulhos – SP, que atua na produção do segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent).

Através das controladas diretas, Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro, Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. com sede em Manaus, Mundial Argentina S.A., com sede na Argentina, e Mundial Personal Care com sede nos EUA atuam na comercialização e distribuição dos produtos de Personal Care, Impala, Fashion, Gourmet e Craft.

As ações da Mundial S.A. – Produtos de Consumo são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.

Apresentação do resultado por divisão:

2018

	Fashion	Personal Care	Gourmet e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado 2018
Saldo em 2018							
Receita líquida	144.444	247.848	52.834	19.998	4.825	-	469.949
(-) CPV	(121.729)	(134.174)	(36.462)	(14.766)	(2.191)	-	(309.322)
Margem bruta	22.715	113.674	16.372	5.232	2.634	-	160.627
Despesas com vendas	(23.275)	(53.232)	(8.806)	(4.646)	(1.991)	-	(91.950)
Despesas administrativas/outras	(13.040)	(14.116)	(3.980)	(500)	(1.323)	20.254	(12.705)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(51.545)	(51.545)
Impostos sobre o lucro corrente e diferido	-	-	-	-	-	(1.364)	(1.364)
Resultado	(13.600)	46.326	3.586	86	(680)	(32.655)	3.063

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado
Saldo em 2017							
Receita líquida	147.999	224.442	41.846	18.834	4.002	-	437.123
(-) CPV	(121.589)	(115.392)	(34.640)	(14.464)	(293)	-	(286.378)
Margem bruta	26.410	109.050	7.206	4.370	3.709	-	150.745
Despesas com vendas	(24.480)	(56.051)	(7.890)	(4.071)	(1.787)	-	(94.279)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	(28.047)	(28.047)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(159.363)	(159.363)
Impostos sobre o lucro corrente e diferido	-	-	-	-	-	51.786	51.786
Resultado	1.930	52.999	(684)	299	1.922	(135.624)	(79.158)

	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado
Saldo em 2016							
Receita líquida	142.219	196.967	39.502	18.306	24.208	-	421.202
(-) CPV	(122.214)	(106.040)	(31.704)	(14.950)	(8.903)	-	(283.811)
Margem bruta	20.005	90.927	7.798	3.356	15.305	-	137.391
Despesas com vendas	(25.318)	(46.858)	(9.570)	(3.618)	(7.754)	-	(93.118)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	3.203	3.203
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(89.567)	(89.567)
Impostos sobre o lucro corrente e diferido	-	-	-	-	-	827	827
Resultado	(5.313)	44.069	(1.772)	(262)	7.551	(85.537)	(41.264)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Divisão Gourmet / Creative

São produtos, de fabricação própria e de terceiros, no País e exterior, que compreendem culinária profissional e doméstica, tais como facas, talheres, baixelas, chairas e utensílios domésticos. Além destas linhas, a divisão também é responsável pela produção e distribuição de facas profissionais para frigoríficos e açougues.

a. características do processo de produção

Para o processo produtivo, tanto no segmento Gourmet como no Creative, os mesmos possuem características semelhantes, onde são utilizados aços forjados ou estampados, com tratamento térmico, utilizando-se de injeção de cabos ou não. Todos os produtos passam por corte do aço, laminação, vazamento, tratamento, afiação e embalagem.

b. características do processo de distribuição

Para o segmento Gourmet, utilizam-se diferentes vias de distribuição:

- Diretamente aos Frigoríficos;
- Através de Distribuidores Homologados pela Mundial que trabalham direcionados no segmento de Frigoríficos e Açougues;
- Através da Mundial Distribuidora, que opera em toda a cadeia de varejo e pequenos distribuidores em todo território nacional;
- Exportação.

No segmento Creative, atuamos:

- Através da Mundial Distribuidora, que opera em toda a cadeia de varejo e pequenos distribuidores em todo território nacional;
- Exportação.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Para o Segmento Gourmet, entendemos que possuímos aproximadamente 70% de Market Share dentro dos Frigoríficos e açougues. No segmento doméstico, nossa participação é menor devido aos produtos serem de menor valor agregado e neste segmento, não é exigido performance (foco maior é custo x benefício), como ocorre no segmento profissional.

Para o segmento Creative, entendemos que participamos entre 50% e 60% para a categoria de tesouras forjadas e entre 30% e 40% para os modelos estampados com cabos plásticos.

ii. condições de competição nos mercados

Devido a “enxurrada” de produtos chineses no mercado, com o visual muito similar, conseguimos manter a participação nos mercados profissionais, que reconhecem nossa marca e qualidade, porém no segmento doméstico a competição se torna mais acirrada, pois os preços dos produtos encontrados, com qualidade muito abaixo, porém com um visual agradável, dificulta a competição.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d. eventual sazonalidade

As duas categorias possuem sazonalidade, são elas:

- Para o segmento Gourmet, a sazonalidade está ligada aos maiores períodos de abates nos frigoríficos e os momentos de exportação de carnes.
- Para o segmento Creative, a sazonalidade está relacionada ao momento de abertura escolar, onde os varejos e distribuidores começam a se preparar de setembro a novembro, para o momento das vendas, que ocorre de dezembro a março.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As relações são constantes e duradouras, pois em alguns casos os insumos e matérias primas são desenvolvidos juntos aos fornecedores. Os mesmos não são sujeitos à regulamentação governamental.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Sim, devido ao desenvolvimento das matérias primas, conforme especificações reduz o número de fornecedores e alternativas, como no caso do aço inox com total dependência da ARCELOR MITTAL / APERAM.

- iii. eventual volatilidade em seus preços

A maioria das matérias primas são commodities e com seus preços atrelados ao mercado internacional que utiliza o dólar como moeda, portanto podemos dizer que os mesmos são voláteis a variação cambial.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Divisão Personal Care

A Divisão de Negócio **Personal Care** é composta por duas unidades fabris que são, Mundial S.A, situada no Município de Gravataí – RS, (**MUNDIAL**) e o Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda. situado no Município de Guarulhos – SP, (**IMPALA**).

O foco desta Unidade de Negócios está voltado para a linha de cuidados pessoais, em especial de mãos e pés. Para nós a questão dos cuidados pessoais vai muito além de disponibilizar produtos de qualidade que garantam segurança e assepsia ao se retirar a cutículas e pintar as unhas. O nosso objetivo é fazer com que a mulher se sinta cada vez mais bonita com suas mãos e pés bem cuidados, utilizando nossos produtos. É por conta disso que **MUNDIAL** e a **IMPALA** não param de investir em novos produtos em novas cores, efeitos e implementos para deixar as unhas cada vez mais bonitas e alinhadas com a moda.

Para responder as questões abaixo é necessário levar em consideração que a Unidade de Negócios **Personal Care**, conta com duas fábricas próprias, com processos industriais distintos. Portanto as respostas serão direcionadas com base na realidade de cada uma das Unidades Industriais.

Unidade Industrial de Gravataí (MUNDIAL), fábrica especializada na produção de alicates de cutículas e implementos para o preparo das unhas. A fábrica tem seu foco na indústria metal-mecânica. Sua vocação industrial é o processo de conformação de aços. Fica localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Gravataí. Conta com aproximadamente 900 (novecentos) funcionários, numa área fabril de aproximadamente dez mil metros quadrados.

Unidade Industrial de Guarulhos (IMPALA), fábrica especializada na produção esmaltes e produtos afins para a limpeza, pintura e acabamento das unhas. A fábrica tem seu foco na indústria química. Sua vocação industrial é o processo químico de coloração, regido dentro dos conceitos farmacêuticos, sendo inclusive auditada pela ANVISA, órgão responsável por este setor industrial. Fica localizada no Estado de São Paulo, no município de Guarulhos. Conta com aproximadamente 300 (trezentos) funcionários, numa área fabril de aproximadamente quatro mil metros quadrados.

a. características do processo de produção

Unidade Industrial de Gravataí (MUNDIAL) – Processo industrial metal-mecânico. Focado na conformação de aço carbono e aço inox. Possui forte domínio técnico em niquelação, pintura e conformação de aços. Possui também uma área de ferramentaria própria que desenvolve todas as ferramentas necessários ao processo produtivo.

Unidade Industrial de Guarulhos (IMPALA) - Processo industrial químico. Focado na produção de base e coloração de esmaltes e afins. Possui forte domínio técnico em desenvolvimento de cores e efeitos para esmaltes. Possui uma área de pesquisa e desenvolvimento própria, que desenvolvem todos os produtos industrializados na fábrica. A partir de 2018 Laboratório Avamiller passou a vender uma linha infantil de shampoos e condicionadores licenciados com a Disney (Princesas e Avengers), bem como uma linha completa de itens de maquiagem. Ambos são produzidos por terceiros sob gestão e supervisão do Laboratório Avamiller.

b. características do processo de distribuição

A distribuição dos produtos industrializados nas unidades Mundial e Impala é realizada tanto no mercado nacional como também no mercado internacional, da seguinte forma:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mercado Nacional - A distribuição dos produtos é realizada através da Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo, um Centro de Distribuição (CD) instalado em Minas Gerais na cidade de Extrema, localizada a 100 km de São Paulo. O CD conta com mais de seis mil metros quadrados e tem capacidade para armazenar toda linha de produtos da Divisão. Os produtos são vendidos para grandes distribuidores nacionais, redes de varejo especializados e perfumarias. Estes, por sua vez, distribuem nossos produtos até os consumidores finais. Atualmente não existe venda direta da MUNDIAL aos consumidores finais.

Mercado Internacional - No mercado externo, a distribuição é feita para mais de 80 (oitenta) países. Os produtos são vendidos através de representantes e em alguns casos para Distribuidores especializados. Assim como no mercado interno, no externo também não são feitas vendas diretas da MUNDIAL aos consumidores finais.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

MUNDIAL – Apesar de não haver uma pesquisa específica para o nosso segmento para alicates de cutículas e implementos de manicure. Hoje acreditamos sermos líderes na América do Sul em termos de participação de mercado. Especificamente no Brasil, estimamos possuir algo entre 50 a 60% de participação. Somos hoje a única fabricante nacional de alicates de cutícula em aço. Nossos concorrentes atuais são todas marcas que concorrem conosco com alicates importados, basicamente da China e Paquistão. Por termos a produção próprio conseguimos disponibilizar produtos que atendam às exigências das manicures e mulheres brasileira. Outro fator importante é a facilidade da afiação dos nossos produtos. Os afiadores especializados recomendam nossos produtos em função da qualidade dos nossos aços e a possibilidade de várias afiações, gerando maior retorno para os profissionais e consumidores.

IMPALA – Na venda aos consumidores através dos canais que participamos (que não inclui a venda porta a porta e por catálogos) ocupamos a terceira posição em participação no mercado brasileiro. Os nossos produtos são encontrados em todo o território nacional nos canais de vendas deste segmento. Esta posição vem se mantendo ao longo dos últimos anos, porém a distância em relação aos líderes vem reduzindo a cada ano. Acreditamos ter hoje algo entre 16 e 18% de participação no mercado brasileiro. No mercado externo ainda não é expressiva nossa participação, mas a Companhia segue empreendendo esforços para rapidamente internacionalizar a marca IMPALA condições de competição nos mercados

MUNDIAL – O mercado brasileiro no segmento de alicates de cutículas e implementos de manicures tem a sua competição fortemente baseada em qualidade e preço. Por ser uma ferramenta de uso profissional e também doméstico, os respectivos consumidores destes produtos exigem qualidade, mas tem no fator preço um fator determinante na compra. Principalmente as manicures que consomem o produto em grandes quantidades e precisam levar em consideração o custo benefício desta ferramenta no seu dia a dia. Como hoje a invasão de alicates importados é muito grande, os preços dos importados em relação aos nossos produtos fabricados no Brasil são muito baixos. Esta concorrência, quase que desleal, vem prejudicando a competição neste segmento.

IMPALA – O mercado brasileiro no segmento de esmaltes e adereços para unhas tem sua competição baseada nos fatores de inovação (tanto em cor como em efeitos), qualidade do produto e preço. A mulher brasileira está atualmente bastante receptiva a novidades, tanto a utilizar cores mais ousadas, como também a efeitos que deem mais destaque as suas unhas. Pode-se dizer que as unhas pintadas passaram a ser um item importante no “look” das mulheres. Como os esmaltes

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

no Brasil possuem preços historicamente baixos, o fator preço ainda é um dos determinantes na compra dos esmaltes, porém percebe-se que aos poucos produtos que apresentam inovação e mais qualidade podem ser vendidos a preços acima da média atual.

d. eventual sazonalidade

MUNDIAL e IMPALA – Para ambas as marcas o impacto de sazonalidade é a mesma. Por serem produtos ligados aos cuidados de pés e mãos percebe-se que as estações do ano de maior calor o consumo é maior. No período entre maio a agosto, período considerado como de chuvas ou inverno em algumas regiões do Brasil, as vendas são menores. No período que vai de setembro a março, as vendas são maiores. O melhor período de vendas ocorre no último trimestre do ano com a chegada do verão e período de festas de final do ano.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

MUNDIAL – os principais insumos e matérias primas são adquiridos de fornecedores nacionais, não sujeitos a regulamentação governamental. São basicamente aços carbono e inox. Apesar de serem adquiridos de indústrias nacionais, percebe-se que as variações do dólar acabam impactando indiretamente nos custos destas matérias primas.

IMPALA – os insumos e matérias primas são adquiridos de fornecedores nacionais e internacionais. A fabricação dos esmaltes utiliza componentes sujeitos a controle e regulamentação governamental dos seguintes órgãos, Ministério do Exército, Polícia Federal, Polícia Civil e ANVISA.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

MUNDIAL – Essa unidade tem como o principal fornecedor de aço inox, a empresa nacional Villares Metals S.A. Existem alguns fornecedores internacionais, porém por conta de alguns custos de importação, muitas vezes se torna inviável a compra de matérias primas destes fornecedores.

IMPALA – De modo geral, não há dependência de fornecedores exclusivos, exceto no caso da matéria prima nitrocelulose que só possui um único fornecedor no Brasil, que é a Nitroquímica.

- iii. eventual volatilidade em seus preços

MUNDIAL - Apesar dos principais insumos e matérias primas serem adquiridos de indústrias nacionais, percebe-se que a variação do dólar acaba impactando diretamente nos custos destas matérias primas. Outro fator que impacta os preços é o clico de inflação no Brasil, fortemente impactado pelos dissídios.

IMPALA – A volatilidade dos preços segue basicamente o clico de inflação no Brasil. Normalmente a correção dos custos está relacionada aos dissídios salariais e inflação do período. Muitas matérias primas são atreladas a variação cambial independente se são adquiridas no Brasil ou no exterior.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Divisão Fashion

Este segmento é responsável pela industrialização e comercialização de componentes metálicos para indústrias de confecção e calçados, destinados ao fechamento, reforço, adorno, customização e diferenciação dos mais diversos segmentos do vestuário, calçados e acessórios. A estratégia de lançar coleções mais frequentes, segmentando-as para os diversos perfis dentro do mercado de moda tem obtido sucesso e foram muito bem aceitas pelos clientes.

a. características do processo de produção

A unidade Eberle tem início da sua produção nos setores de estamparia ou injeção de zamac. Na seqüência os produtos são enviados para banhos galvânicos e posteriormente para a montagem final e embalagem.

b. características do processo de distribuição

A venda é feita por equipe de vendedores e representantes atendendo diretamente a indústria e os revendedores especializados.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

- i. participação em cada um dos mercados => a empresa tem sua venda por mercado da seguinte forma: indústria do vestuário (65%), revendas (17%), indústria de calçados e acessórios (8%) e demais mercados (10%).
- iii. condições de competição nos mercados => os principais mercados de atuação possuem diversos competidores, porém a empresa os supera oferecendo soluções alinhadas com as tendências, o maior portfólio de produtos e acabamentos, bem como serviços especializados voltados para aplicação de seus produtos.

d. eventual sazonalidade

Por atuar fortemente em setores ligados à moda existe sazonalidade nas trocas de coleções que acompanham as temporadas de Primavera/Verão e Outono/Inverno.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável => A empresa mantém uma longa e sólida relação junto aos seus fornecedores. Os principais insumos utilizados são o latão, aço e zamac e não estão sujeitos ao controle governamental.
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores => o fato de haver poucas opções de fornecimento em determinadas matéria primas não afeta a produção, pois não há falta de abastecimento.
- iii. eventual volatilidade em seus preços => os preços das principais matérias primas acompanham o mercado internacional de commodities juntamente com a variação cambial.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Divisão Syllent

O segmento de bombas centrífugas compreende a produção das bombas Syllent, a primeira moto bomba silenciosa do mundo. São linhas de bombas para movimentação de água com aplicação em banheiras de hidromassagens/spas, com pré-filtro para piscina, pressurização e circulação de rede hidráulica, centrífuga residencial e centrífuga para aplicação náutica.

a. Características do processo de produção

A divisão Syllent produz bombas e pressurizadores através de operações de resinagem, usinagem, pintura, ligação elétrica, montagem e testes de qualidade.

b. Características do processo de distribuição

A venda é realizada de forma direta, através de distribuidor e equipe de representantes atendendo diretamente as indústrias, home centers e as revendas especializadas.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. Participação em cada um dos mercados

Os principais mercados de atuação e suas respectivas participações são: bombas para banheira de hidromassagem e spas (60%), pressurizadores (20%), bombas residenciais (15%) e com pré-filtro para piscina (8,0 %).

As bombas centrífugas para aplicação náutica já se encontram em produção e disponível para atender o mercado de lojas do segmento e fabricantes de embarcações.

Eventual sazonalidade

Esse segmento apresenta pouca sazonalidade (Janeiro, Fevereiro e Dezembro são os meses de menores vendas).

d. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

=> A empresa mantém uma longa e sólida relação junto aos seus fornecedores. Os principais insumos utilizados são peças plásticas, motores elétricos, resina, tinta e componentes eletrônicos, e não estão sujeitos ao controle governamental.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

=> Os insumos utilizados são desenvolvidos para projetos específicos e dessa forma é natural a dependência de poucas opções de fornecimento, mas sem risco de afetar o abastecimento.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

⇒ Os preços das principais matérias primas não apresentam volatilidade. Os mesmos acompanham a inflação interna, e algumas matérias-primas dependem da variação cambial.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. Montante total de receitas provenientes do Cliente**

Descrição do Cliente	Valor Líquido	%
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	R\$ 80.218.432,06	28,92

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Segmento Personal Care

Nos demais segmentos de negócio não há clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Companhia em todas as suas unidades necessita de autorizações de Órgãos Governamentais para a realização de atividades industriais. Entre esses órgãos estão o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental no Estado de São Paulo, ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Polícia Federal e Bombeiros. Para as atividades no segmento Fashion estão os órgãos de Licença de operação da FEPAM; Alvará de funcionamento (Prefeitura Municipal) ; PPCI (Bombeiros); Polícia Federal (Produtos Químicos Controlados) e Secretaria de Vigilância Sanitária (Prefeitura Municipal).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental;

A Política Ambiental da Companhia toma como prioridade aplicar melhoria continua nos produtos e processos, através do SGA - Sistema de Gestão Ambiental, priorizando a redução ou eliminação dos impactos ambientais, de acordo com a Legislação vigente.

Custos incorridos no Ano de 2018, para o cumprimento da regulação ambiental (Insumos para Tratamento de Efluentes Industriais e Cloacais, Destinação e Transporte de Resíduos, Salário de profissionais que fazem parte do corpo técnico interno de Meio Ambiente, Valor gasto em Taxas de Licenças Ambientais):

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Unidade	Custo dos Insumos (produtos utilizados) para Tratamento de Efluentes	Custo de Destinação e Transporte de Resíduos	Valor dos Salários de profissionais internos	Valor gasto para obtenção/manutenção das Licenças Ambientais
Gravataí (2018)	R\$ 253.384,43	R\$ 471.279,84	R\$ 232.193,20	R\$ 127.030,00
Caxias do Sul (2018)	R\$ 2.103.781,18	R\$ 378.970,64	R\$ 348.781,16	R\$ 265.738,18
Dimi – Extrema (2018)	NA	R\$ 14.850,00	NA	R\$ 660,00
Guarulhos Matriz (2018)	NA	R\$ 67.776,14	NA	R\$ 20.628,13
Guarulhos Filial (2018)	NA	R\$ 22.2280,28	NA	R\$ 5.727,05

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Conforme informado no item 9.1. do presente formulário de referência (listagem completa contendo todas as marcas e patentes de titularidade da Companhia), a Companhia informa que possui diversos ativos não-circulantes relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

Ainda, a Companhia informa que atua fortemente na gestão de suas marcas e patentes, eis que a marca MUNDIAL é notoriamente conhecida por destacar artigos de cutelaria, alicates de cutícula e produtos para o cuidado pessoal de alta qualidade. Além do que, as patentes de titularidade da Companhia, informadas neste relatório, foram legalmente consideradas inovadoras.

Dependência de Licenças: A Mundial S.A Produtos de Consumo depende da liberação das Licenças dos Órgãos Ambientais Estaduais e Federais, entre eles Licenças de Operação para as unidades fabris; bem como liberação de Órgãos Fiscalizadores, entre eles Prefeituras (Alvará de Funcionamento), Secretarias Municipais e Estaduais (Licenças), Polícia Federal (Produtos Químicos Controlados), Bombeiros (Alvará de Proteção e Combate a Incêndio, entre outros.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;

CLIENTE	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA
MUNDIAL INC	3%
MUNDIAL CO LIMITED	1%
MUNDIAL ARGENTINA S.A.	1%
COML E DISTRIBUIDORA MODOLO LTDA	1%
IMPORTACIONES HUGUITO EIRL	1%
DISTRIBUIDORA DARCOTEX LTDA	0%
SHELDON AND HAMMOND PTY LTD	0%
COLLEGE SEWING MACHINE PARTS LTD	0%
MULTI-IMPORT S.A DE C.V	0%
DISTRIBUIDORA LEBRON, C.X.A	0%
IMPORTADORA BABUL LIMITADA RUT	0%
ELITE IMPORTACIONES SAS	0%
GUSTAVO SANCHEZ S.A.C.RUC N.	0%
ZIPPER ARGENTINA SRL.CUIT	0%
WEST POINT SAS	0%
Outros	4%

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;

CLIENTE/PAÍS	PARTICIPAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL
Estados Unidos	
Mundial INC	2,7%
Hong Kong	
Mundial CO Limited	0,9%
Argentina	
Mundial Argentina	0,7%
Peru	
Importaciones Huguito	0,5%
Chile	
DISTRIBUIDORA DARCOTEX LTDA	0,4%
Austrália	
SHELDON AND HAMMOND PTY LTD	0,3%
Reino Unido	
COLLEGE SEWING MACHINE PARTS LTD	0,3%
México	
MULTI-IMPORT S.A DE C.V	0,3%
República Dominicana	
DISTRIBUIDORA LEBRON, C.X.A	0,2%
Colômbia	
ELITE IMPORTACIONES SAS	0,2%
Bolívia	
CARVER S.R.L	0,2%
Emirados Árabes Unidos	
STYLO TRADERS LLC DISTRUBUTORS	0,2%
Outros	4,8%

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- c. Receita proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

CLIENTE	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL	
Estados Unidos	7.436.019	2,7%
Argentina	4.209.521	1,5%
Hong Kong	2.584.694	0,9%
Brasil	2.392.174	0,9%
Chile	2.350.374	0,8%
Peru	2.227.884	0,8%
Colômbia	1.708.871	0,6%
Bolívia	1.440.138	0,5%
República Dominicana	1.048.233	0,4%
Uruguai	1.020.225	0,4%
Reino Unido	943.822	0,3%
Austrália	936.752	0,3%
Paraguai	870.159	0,3%
México	832.472	0,3%
África do Sul	611.888	0,2%
Equador	507.451	0,2%
Emirados Árabes Unidos	446.256	0,2%
Tailândia	444.739	0,2%
Outros	4.434.698	1,6%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia atua no mercado externo, América Latina, América do Norte, Ásia e Europa, através de suas subsidiárias e clientes terceiros, para os negócios da Companhia não há regulação que possa afetar substancialmente suas atividades.

7.8 - Políticas socioambientais

1. Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia não Publica Relatório de Sustentabilidade, mas possui Balanço Socioambiental, onde são apresentados os resultados e um panorama das práticas adotadas nas áreas social e ambiental de todas as unidades da Companhia referentes ao ano anterior. Nesse documento fica clara a Política de Saúde e Segurança e Política Ambiental da empresa, destacando o compromisso da empresa com todas as questões Socioambientais.

O documento não é auditado por terceiros.

O Balanço Socioambiental fica disponível através do link: <http://mundial.com>

2. Tem Política de Responsabilidade Socioambiental ?

A Política de Responsabilidade Socioambiental está intrínseca no mesmo documento Balanço Socioambiental.

O Balanço Socioambiental fica disponível através do link: <http://mundial.com>

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as atividades do emissor já foram descritas nos itens anteriores deste formulário, não possuindo outras informações relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

Exercício 2018

Não houve aquisição ou alienação de ativo relevante, que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Exercício 2017

Não houve aquisição ou alienação de ativo relevante, que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Exercício 2016

Em 29 de setembro de 2016, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária a alienação das subsidiárias Mundial INC e Mundial Ásia ambas controladas diretamente pela Eberle Equipamentos e Processos S.A, conforme proposta de aquisição apresentada à Companhia pela ZHEPAR Participações Ltda.

O Acionista Hercules S.A – Fábrica de Talheres, por força de decisão judicial do Juízo da 16 Vara de Porto Alegre/RS, alienou o total de 258.750 ações ordinárias (BM&FBovespa: MNDL3) de emissão da MUNDIAL S/A – PRODUTOS DE CONSUMO, correspondentes à 10,43% das ações ordinárias e, portanto, do capital total. A alienação foi efetivada no pregão da BM&FBOVESPA, em leilões realizados em 09/03/2016 e 17/03/2016.

Em fevereiro de 2016, a subsidiária Mundial Ásia adquiriu 30% da participação pertencente a Joint Best Holdings Limited na Mundial Co, tornando-se a única controladora da Mundial Co.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Contratos relevantes celebrados pela Companhia, suas coligadas ou controladas que não são diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

CONTRATADA	CONTRATANTE	OBJETO	DATA
WS Consultoria Empresarial	Mundial S/A Produtos de Consumo, Hercules S/A Fábrica de Talheres, Eberle Equipamentos e Processos S/A, Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda, Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	Prestação de Serviços - Revisão Tributária	24/05/2013
WS Consultoria Empresarial	Mundial S/A Produtos de Consumo, Hercules S/A Fábrica de Talheres, Eberle Equipamentos e Processos S/A, Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda, Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços - Revisão Tributária	02/12/2013
Agro Industrial São Gonçalo S/A	Mundial S/A Produtos de Consumo	Cessão de Direitos Creditórios	27/11/2014
CPFL - Comercialização S/A	Mundial S/A Produtos de Consumo	Comercialização de Energia Eólica	21/10/2014
ABE - Assessoria Brasileira de Empresas Ltda.	Mundial S/A Produtos de Consumo	Prestação de Serviços de Cobrança	08/04/2015
Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	Mundial S/A Produtos de Consumo	Prestação de Serviços de Suporte Técnico	26/05/2015

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta secção já foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
FÁBRICA MUNDIAL - Rua Paul Zivi, 501 - Distrito Industrial - Gravataí	Brasil	RS	Gravataí	Própria
FÁBRICA MUNDIAL - FASHION - Rod. BR 116 KM 145 nº 5000	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações referentes aos ativos Patentes, Marcas e Licenças da Companhia estão relacionadas o quadro 9.1 desta seção.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Cia Florestal S.A	87.041.851/0001-60	-	Coligada	Brasil	RS	Porto Alegre	A Companhia tem por objetivo a exploração agropecuária e atividades conexas. Atualmente, as atividades da Companhia estão suspensas.	99,740000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-1.285.741,26		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
Eberle Agropastoril S/A	88.889.910/0001-18	-	Coligada	Brasil	RS	Caxias do Sul	A Companhia tem por objeto o desenvolvimento de atividades de florestamento, reflorestamento e a exploração de florestas nativas e reflorestamentos em formação ou crescimento, elaboração e execução de projetos de florestamento e reflorestamento, podendo na implantação das florestas fazer uso de incentivos fiscais previstos no Decreto Lei 1134/70, na forma estabelecida pelo Decreto Lei 1376/74.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	2.419.699,87		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mecado								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Eberle Equipamentos e Processos S/A	90.770.413/0001-48	-	Coligada	Brasil	RS	Caxias do Sul	A Companhia tem por objetivo social a indústria e o comércio de máquinas e equipamentos industriais, processos de manufatura industrial e de tratamento de efluentes, produtos eletrônicos, acionamentos variáveis, projetos de pesquisas, desenvolvimentos industriais, matrizes e dispositivos industriais, importação e exportação dos produtos acima, bem como de seus componentes e matérias-primas relacionadas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	13.610.360,72		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	62.823.752/0001-00	-	Coligada	Brasil	SP	Guarulhos	Segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-98.759.239,48		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
No segmento de consumo, a divisão Personal Care fabrica produtos voltados para a linha de cuidados pessoais de uso profissional e doméstico, como tesouras, alicates para cutículas e unhas, cortadores e pinças. Além disso, faz parte desta divisão o Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., produtor de esmaltes e cremes da marca Impala, adquirido pela Mundial S.A. em uma operação que teve início em 2008.								
Monte Magre S/A	89.820.765/0001-81	-	Coligada	Brasil	RS	Caxias do Sul	A Companhia tem por objetivo a administração, compra e venda de bens imóveis e participações em outras empresas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	39.886.044,91		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
MUNDIAL ARGENTINA	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Argentina			Comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashcion	99,790000
Valor mercado								
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-7.318.668,51		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	12.744.404/0001-79	-	Coligada	Brasil	RJ	Itatiaia	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	99,000000
Valor mercado								
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	65.982.215,19		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Melhorar pontos de distribuição.								
Mundial Norte Distr. de Produtos de Consumo Ltda	17.586.037/0001-46	-	Coligada	Brasil	AM	Manaus	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	99,000000
Valor mercado								
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	1.061.917,31		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Melhorar pontos de distribuição.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a companhia julgue relevante informar para esta seção.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração da Mundial S.A. – Produtos de Consumo (“Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados em reais, e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos, orientações, interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2017, exceto quando especificado.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Desempenho da Companhia em 2018

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras para fazer frente a suas obrigações de curto e longo prazo. O ano de 2018 foi marcado pela volatilidade e incertezas impostas pelo processo eleitoral, mesmo diante deste cenário a receita líquida da companhia no total de R\$ 469,9 milhões apresentou crescimento de 7,5% em relação a 2017 a EBTDA somou R\$ 83,9 milhões o que evidencia crescimento de 3,9% ante 2017.

O endividamento líquido (dívida bancária total reduzida das aplicações financeiras) somava R\$ 188,3 milhões, 31,1% acima do montante verificado 12 meses antes, R\$ 143,7 milhões.

O aumento do endividamento se explica em parte pela aquisição de precatórios estaduais (adesão da Companhia no programa “Compensa RS” e os investimentos necessários ao retorno das operações da linha Gourmet que voltaram a ser geridas pela Companhia.

Com 97,7% do endividamento bruto concentrado no curto prazo, a Companhia vem estudando opções para melhor adequar sua estrutura de capital, buscando opções para alongamento e redução de seu custo. As perspectivas de melhoria da conjuntura econômica, com redução da taxa média de juros (Selic) e possibilidade de o mercado de crédito tornar-se menos restritivo, pode abrir oportunidades para a Companhia atuar nesse sentido.

Desempenho da Companhia em 2017

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras para fazer frente a suas obrigações de curto e longo prazo. Mesmo diante do cenário econômico desafiador a receita líquida da companhia apresentou um crescimento de 4% a EBTDA de 62,3% em relação a 2016, manteve os investimentos com finalidade de manutenção e melhorias das plantas fabris. A melhora no lucro bruto de 9,7% e nas despesas financeiras de 19,9% em relação a 2016. A partir de 2018 com a retomada da gestão e comercialização das marcas Hercules e Mundial no segmento Gourmet/Creative, cuja exploração estava à cargo de um parceiro comercial que possuía exclusividade, ponto importante para alavancar as receitas da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desempenho da Companhia em 2016

O ano de 2016 foi marcado pelas incertezas econômicas e políticas que afetaram sobremaneira a atividade econômica.

Não obstante os efeitos econômicos negativos, a Mundial apresentou receita líquida de R\$ 421,2 milhões, o que indica aumento de 4,2% em relação ao ano anterior. Os principais fatores desse crescimento foram: a) o desempenho da divisão Personal Care que, mesmo num ambiente de contração de mercado, conseguiu evoluir 13,5% em relação a 2015, principalmente em função do crescimento das vendas do esmalte Impala face ao aumento do seu market share (atualmente a Impala é a segunda marca do mercado); b) e, em menor escala, a receita da divisão Gourmet, com crescimento de 6,8% em relação a 2015, com destaque para o desempenho das exportações.

Na divisão Fashion onde são produzidos e comercializados itens de acabamento para indústrias de confecção e de calçados, como botões e ilhoses, com linhas voltadas para o segmento de moda, foi diretamente afetada pela significativa contração de demanda do setor de confecção que, por sua vez, se viu obrigado a produzir itens de menor valor agregado, com a utilização de materiais mais baratos. Em outras palavras, apesar da Divisão ter aumentado o volume de produção e vendas, o preço médio foi inferior, influenciando negativamente a receita e os resultados.

O resultado líquido da Companhia melhorou em relação a 2015, tanto em valor como em termos de margem, apesar de ainda se manter negativo. Em 2016, o resultado líquido foi negativo em R\$ 41,3 milhões, comparado a R\$ 52,0 milhões negativo no ano anterior, com margem líquida negativa de 9,8%, o que representa recuperação de 3,1 pontos percentuais ante à margem de -12,9% em 2015.

Dada a recuperação da margem operacional, a margem líquida poderia ter apresentado resultado melhor em 2016, não houvesse o impacto negativo do prejuízo financeiro líquido, que atingiu R\$ 89,5 milhões (R\$ 55 milhões em 2015), conforme anteriormente detalhado nos comentários sobre o Resultado Financeiro.

b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta total da Companhia, era de R\$191.2 milhões, dos quais 97,7% no curto prazo (R\$186,7) e 2,3% no longo prazo (R\$4.5). O Custo médio da dívida dividido em 0,42% (R\$ 0,8 mil) atualizados pela variação cambial mais 0,78% ao mês e 99,58% (R\$190,4 milhões) atualizados pela CDI mais taxa média 0,66% a.m. com prazo médio de pagamento de 5 meses.

A estrutura de capital da companhia medida pelo indicador dívida bruta (empréstimos e financiamentos) em relação ao capital social (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2018, demonstra saldo negativo em função da Companhia apresentar patrimônio líquido a descoberto.

Não há no momento a possibilidade da Companhia propor o resgate de suas ações.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a Administração tem plena capacidade de honrar com os compromissos financeiros assumidos para o próximo ano.

O endividamento líquido aumentou de R\$ 143,7 para R\$ 188,3 com a finalidade de financiar suas atividades operacionais, o nível de exposição em relação a geração de caixa, demonstrada pela relação endividamento líquido/EBITDA aumentou de 3,8 vezes em 2017 para 3,98 vezes em 2018.

O aumento do endividamento se explica em parte pela aquisição de precatórios estaduais (adesão da Companhia no programa "Compensa RS" e os investimentos necessários ao retorno das operações da linha Gourmet que voltaram a ser geridas pela Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de financiamento de capital de giro os empréstimos e financiamentos captados no mercado. Referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia se utiliza da grande liquidez de seus recebíveis para lastrear a maioria de suas operações financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Demonstração do endividamento financeira da Companhia e suas características

R\$ (milhões)	31/12/2018	31/12/2017	Variação % 2017/2018
Endividamento - curto prazo	186.770	139.668	33,70%
Endividamento - longo prazo	4.429	6.113	-27,50%
Total	191.199	145.781	31,20%
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	2.890	2.089	38,40%
Endividamento líquido	188.309	143.691	31,10%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos consolidados, captados no mercado referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

Modalidade	Taxa média do contrato	Taxa	Prazo de até	2018	2017
		efetiva % a.m *			
Capital de giro	CDI + 0,70% a.m.	1,22	18 m.	83.000	61.994
Adiantamento de câmbio - ACC/ACE	VC + 0,78% a.m.	2,32	4 m.	814	3.540
Desconto de duplicatas/fomento	CDI + 0,63% a.m.	1,15	-	106.557	79.679
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	CDI + 0,70% a.m.	1,22	51 m.	828	568
				191.199	145.781
Passivo circulante				186.770	139.668
Passivo não circulante				4.429	6.113
				191.199	145.781

A variação cambial de janeiro a dezembro de 2018 foi de 1,54%.

Os descontos de duplicatas/fomentos estão garantidos por NP, aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	(Consolidado
2020	4.127
2021 em diante	302
	4.429

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Evolução dos Financiamentos - Consolidado	2018	2017	2016
Valor Inicial Contratado	1.201	1.023	4.365
Saldo devedor atualizado	828	567	1.110
Valores em percentuais já utilizados	68,94%	55,43%	25,43%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Mundial S.A. - Produtos de Consumo

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	31/12/18	Análise Vertical 2018	31/12/17	Análise Vertical 2017	31/12/16	Análise Vertical 2016	Análise horizontal 2018x2017	Análise horizontal 2017x2016
Ativo circulante								
Disponibilidades	1.477	0,14%	994	0,10%	4.590	0,48%	48,60%	-78,34%
Aplicações financeiras	1.413	0,14%	1.095	0,11%	286	0,03%	29,04%	283,04%
Clientes	159.199	15,57%	142.426	14,56%	133.592	14,03%	11,78%	6,61%
Provisão para perda estimada	(8.015)	-0,78%	(10.638)	-1,09%	(10.508)	-1,10%	-24,66%	1,24%
Estoques	61.021	5,97%	52.754	5,39%	56.656	5,95%	15,67%	-6,89%
Impostos a recuperar	6.481	0,63%	5.501	0,56%	5.515	0,58%	17,82%	-0,26%
Títulos a receber	5.776	0,56%	6.790	0,69%	4.428	0,47%	-14,94%	53,34%
Debêntures a receber	-	0,00%	-	0,00%	960	0,10%	0,00%	-100,00%
Outras contas a receber	20.466	2,00%	14.346	1,47%	15.146	1,59%	42,66%	-5,28%
Total ativo circulante	247.818	24,24%	213.268	21,81%	210.665	22,13%	16,20%	1,24%
Ativo não circulante								
Títulos a receber	15.703	1,54%	15.703	1,61%	17.342	1,82%	0,00%	-9,45%
Partes relacionadas	20.914	2,05%	15.661	1,60%	8.951	0,94%	33,54%	74,97%
Impostos a recuperar	19.893	1,95%	18.227	1,86%	16.248	1,71%	9,14%	12,18%
Outras contas a receber	15.323	1,50%	13.517	1,38%	13.073	1,37%	13,37%	3,39%
Direitos creditórios	147.142	14,39%	138.449	14,16%	132.278	13,89%	6,28%	4,67%
Debêntures a receber	324.582	31,74%	324.582	33,19%	303.678	31,89%	0,00%	6,88%
Propriedades para investimentos	63.509	6,21%	63.509	6,49%	63.509	6,67%	0,00%	0,00%
Outros investimentos								
Imobilizado	135.397	13,24%	140.824	14,40%	150.129	15,77%	-3,85%	-6,20%
Intangível	32.212	3,15%	34.149	3,49%	35.648	3,74%	-5,67%	-4,21%
Total ativo não circulante	774.675	75,76%	764.621	78,19%	741.479	77,87%	1,31%	3,12%
Total do Ativo	1.022.493	100,00%	977.889	100,00%	952.144	100,00%	4,56%	2,70%
	Consolidado							
Passivo	31/12/18	Análise Vertical 2018	31/12/17	Análise Vertical 2017	31/12/16	Análise Vertical 2016	Análise horizontal 2018x2017	Análise horizontal 2017x2016
Passivo circulante								
Fornecedores	57.553	5,63%	40.106	4,10%	35.857	3,77%	43,50%	11,85%
Impostos e contribuições sociais	594.013	58,09%	562.310	57,50%	311.036	32,67%	5,64%	80,79%
Empréstimos e financiamentos	186.770	18,27%	139.668	14,28%	119.641	12,57%	33,72%	16,74%
Salários e ordenados	17.265	1,69%	16.555	1,69%	15.223	1,60%	4,29%	8,75%
Outras contas a pagar	22.947	2,24%	28.416	2,91%	36.801	3,87%	-19,24%	-22,79%
Total passivo circulante	878.548	85,92%	787.055	80,49%	518.558	54,46%	11,62%	51,78%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.429	0,43%	6.113	0,63%	3.716	0,39%	-27,54%	64,50%
Impostos e contribuições sociais	214.410	20,97%	269.026	27,51%	428.428	45,00%	-20,30%	-37,21%
Partes relacionadas	-	0,00%	1.409	0,14%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Provisões para contingências	4.855	0,47%	1.673	0,17%	1.813	0,19%	190,17%	-7,73%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.144	4,81%	48.735	4,98%	51.329	5,39%	0,84%	-5,05%
Outras contas a pagar	5.782	0,57%	3.087	0,32%	8.770	0,92%	87,31%	-64,80%
Total passivo não circulante	278.620	27,25%	330.043	33,75%	494.056	51,89%	-15,58%	-33,20%
Patrimônio líquido								
Capital social	43.794	4,28%	43.794	4,48%	43.794	4,60%	0,00%	0,00%
(-) Ações em Tesouraria	(36)	0,00%	(36)	0,00%	(36)	0,00%	0,00%	1,35%
Reservas de reavaliação	23.661	2,31%	24.520	2,51%	25.402	2,67%	-3,50%	-3,47%
Resultados acumulados	(242.610)	-23,73%	(246.532)	-25,21%	(168.256)	-17,67%	-1,59%	46,52%
Ajustes de avaliação patrimonial	36.969	3,62%	36.969	3,78%	36.969	3,88%	0,00%	0,00%
Ajuste acumulado de conversão	3.540	0,35%	2.069	0,21%	1.648	0,17%	71,09%	25,52%
Total do patrimônio líquido dos controladores	(134.682)	-13,17%	(139.216)	-14,24%	(60.479)	-6,35%	-3,26%	130,19%
Participações dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	9	0,00%	0,00%	-22,22%
Total do patrimônio líquido	(134.675)	-13,17%	(139.209)	-14,24%	(60.470)	-6,35%	-3,26%	130,21%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.022.493	100,00%	977.889	100,00%	952.144	100,00%	4,56%	2,70%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise do Balanço Patrimonial (2018-2017)

Ativo

Clientes

A Contas a Receber de Clientes apresentou variação de 11,78% em relação a 2017, que pode ser explicado em parte pelo aumento das vendas na linha de importados e também na variação cambial com clientes mercado externo.

Estoques:

Os estoques variaram em relação a 2017 em 6,89% a rubrica estoques de mercadorias importadas foi a que apresentou o maior aumento, essa variação é em função da reestruturação ocorrida em 2018 onde a Companhia através de sua Controlada Mundial Distribuidora reassumiu a distribuição dos produtos da linha Gourmet.

Direitos creditórios:

A Variação de 6,28% quando comparada com 2017 na conta direitos creditórios corresponde a atualização do saldo.

Outras contas a receber de curto e longo prazo:

A variação no grupo de contas a receber de curto e longo prazo de 8,8% em relação a 2017 corresponde em parte a adiantamento as contas de fornecedor.

Passivo

Impostos e contribuições sociais de curto e longo prazo:

A redução de 2,76% em comparação a 2017, pode ser explicado em parte em função da adesão ao programa especial Compensa-RS, que permitiu pagamento de R\$ 49.245 milhões, com descontos e precatório estaduais.

Provisões para contingências,

A rubrica provisões de contingência variou em valor absoluto no montante de R\$ 3.182 em relação a 2017, a variação corresponde ao reconhecimento de processos cíveis e trabalhistas antigos que durante a ano tiveram decisões contrarias e Companhia.

Outras contas a pagar curto e longo prazo,

A variação do grupo de contas a pagar pode ser explicada em partes pelo reconhecimento da multa por distrato comercial já trazido a valor presente do montante de R\$ 4,8 milhões.

Análise das demonstrações de resultado (2017 – 2016)

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos recursos de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários, os quais são registro pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. No conjunto destas duas linhas, a redução absoluta de 3.6 milhões de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017 foi decorrente, principalmente, de amortizações de dívidas de capital de giro.

Clientes

Na linha de Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 6,6% em relação a 2016 essa variação positiva e justificada principalmente pelo aumento das vendas no último trimestre.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Direitos creditórios

A conta Direitos Creditórios, corresponde a creditórios oriundos de processo judicial, adquiriram, por meio de contrato de cessão, direitos creditórios oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas. Esses direitos foram adquiridos pela Companhia nos anos de 2014 e 2016. O saldo dos créditos são atualizados pelo IPCA + 0,5% am. A variação de 7,3% em relação a 2016 ocorreu em função de atualização.

Debêntures a receber

A conta Debêntures a Receber corresponde a aquisição realizada em dezembro de 2013. As debêntures são perpétuas e não atualizada e somente ocorrerá o seu vencimento e quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir quaisquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

Em novembro de 2014 a Companhia recebeu da Hercules S.A o valor R\$ 84.369, através de transferência de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para utilização no parcelamento da Lei nº. 13.043/2014, sendo utilizado a título de amortização de parte do saldo das debêntures.

A variação apresentada em 2017 se deu em função da adesão da Companhia ao parcelamento Lei nº. 13.496/2017, o que resultou na reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa utilizados para a amortização das debêntures, conforme mencionado no parágrafo anterior, no montante de R\$ 19.944.

Passivo

Impostos e Contribuições Social - Circulante e Não Circulante

A rubrica Impostos e contribuições social apresentou um aumento de 12,4% em relação a 2016, esse aumento está justificado abaixo:

Em novembro de 2017 a Companhia e suas controladas efetuaram uma readequação do passivo tributário, culminando na transferência de parte dos débitos antes indicados nos parcelamentos instituídos pelas Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, para Parcelamento nos termos da Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

O parcelamento, intitulado PERT, abrange os débitos de natureza tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, permitindo quitar débitos com prejuízo fiscal e base negativa acumulados até dezembro de 2015, próprios e de empresas do grupo.

Em novembro de 2017, a Administração da Companhia optou por excluir parte de dos débitos anteriormente indicados nos parcelamentos Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, tendo em vista a evolução do trabalho de revisão do passivo tributário, bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia e suas controladas para quitação de eventual passivo em aberto.

Empréstimos e financiamentos

A rubrica Empréstimos e financiamentos apresentou um aumento 20,9% em relação a 2016, passando de R\$ 121.268 para R\$ 143.691 em 2017. Esse aumento se deu pela maior necessidade de capital de giro para financiar as atividades operacionais da Companhia, tais como, financiamento de clientes e estoque, pagamento das rescisões e a Adesão ao novo parcelamento tributário, denominado PERT.

Outras contas a pagar Circulante e Não Circulante

Na rubrica outras contas a pagar o item mais expressivo que justificou a redução de 30,9% em relação a 2016, foram os pagamentos do fornecedor dos direitos creditório. Em 2014 e 2016 a Mundial S.A e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda. adquiriram, por meio de contrato de cessão, direitos creditórios. O montante foi parcelado e sofre atualizadas pelo índice IPCA-15.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A conta Imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 5,05% em relação a 2016, a redução se deu em função do valor oferecido a tributação.

Mundial S.A. - Produtos de Consumo

Demonstrações de resultados
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	31/12/18	Análise Vertical 2018	31/12/17	Análise Vertical 2017	31/12/16	Análise Vertical 2016	Análise horizontal 2018x2017	Análise horizontal 2017x2016
Receita líquida de vendas e serviços	469.949	100,00%	437.123	100,00%	421.202	100,00%	7,51%	3,78%
Custos de vendas e serviços	(309.322)	-65,82%	(286.378)	-65,51%	(283.811)	-67,38%	8,01%	0,90%
Lucro bruto	160.627	34,18%	150.745	34,49%	137.391	32,62%	6,56%	9,72%
Despesas operacionais								
Com vendas	(91.950)	-19,57%	(94.279)	-21,57%	(93.118)	-22,11%	-2,47%	1,25%
Gerais e administrativas	(30.171)	-6,42%	(27.538)	-6,30%	(31.025)	-7,37%	9,56%	-11,24%
Remuneração dos administradores	(2.787)	-0,59%	(2.694)	-0,62%	(2.556)	-0,61%	3,45%	5,40%
Outras receitas e despesas operacionais	20.253	4,31%	2.183	0,50%	36.784	8,73%	827,76%	-94,07%
	(104.655)	-22,27%	(122.328)	-27,98%	(89.915)	-21,35%	-14,45%	36,05%
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	55.972	11,91%	28.417	6,50%	47.476	11,27%	96,97%	-40,14%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	29.842	6,35%	9.775	2,24%	11.692	2,78%	205,29%	-16,40%
Despesas financeiras-giro	(47.314)	-10,07%	(46.591)	-10,66%	(58.208)	-13,82%	1,55%	-19,96%
Outras despesas financeiras	(34.073)	-7,25%	(122.547)	-28,03%	(43.051)	-10,22%	-72,20%	184,66%
	(51.545)	-10,97%	(159.363)	-36,46%	(89.567)	-21,26%	-67,66%	77,93%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	4.427	0,94%	(130.946)	-29,96%	(42.091)	-9,99%	-103,38%	211,10%
Imposto de renda e contribuição social	(1.364)	-0,29%	51.786	11,85%	827	0,20%	-102,63%	6164,70%
Participação dos minoritários	-	0,00%	2	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Lucro (prejuízo) líquido do período	3.063	0,65%	(79.158)	-18,11%	(41.264)	-9,80%	-103,87%	91,83%

Análise das demonstrações de resultado (2018 – 2017)

Receita líquida de vendas e serviços:

Receita líquida de vendas e serviços apresentou melhora em relação a 2018 de 7,5% com destaque para o desempenho dos segmentos Personal Care (+10,4%) e Gourmet (+26,3%).

Outras receitas e despesas operacionais:

A variação absoluta de R\$ 18.070 milhões em relação a 2017 no grupo de receitas e despesas operacionais, corresponde basicamente ao registrado a título de créditos extemporâneos no montante R\$ 26,1, milhões.

Receitas financeiras:

A grupo de contas sob a rubrica receitas financeiras variou em R\$ 20,1, milhões quando comparado com 2017, a variação pode ser explicada pelo reconhecimento de R\$ 23,4 milhões a título de deságio na aquisição de precatórios estaduais utilizados para pagamento de Parcelamento Compensa RS.

Outras despesas financeiras:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Grupo outra despesa financeira apresenta redução em valor absoluto de R\$ 88.474 quando comparado com 2017, o impacto negativo de 2017 se deu em função da adesão ao Parcelamento Especial – PERT em valor aproximado de R\$ 87,3 milhões ocorrido em 2017.

Imposto de renda e contribuição social diferido:

A variação em relação ao ano de 2017 se explica em função da ativação de prejuízo fiscal e base negativa utilizado para quitar parte dos valores indicados no Parcelamento Federal PERT, realizada em 2017.

Análise das demonstrações de resultado (2017 – 2016)

Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida da Companhia apresentou uma melhora de 3,8% em relação a 2016, todos os segmentos da Companhia apresentarem crescimento, mas o maior aumento foi observado no segmento Personal Care, 13,9%, segmento que possui maior rentabilidade

Lucro bruto

Em 2017 o lucro bruto apresentou um incremento de 9,7% em relação a 2016 essa melhora pode ser explicada por aumento na receita venda e também pelas medidas adotadas para a redução de custos.

Despesas gerais e administrativas

Além dos custos, a Companhia também direcionou esforços para ajustes em sua estrutura de despesas, principalmente administrativas. Com isso, as despesas administrativas em 2016, somaram R\$ 27,5 milhões, ante a R\$ 31,0 milhões em 2015, o que representa redução de 11,2%.

Outras receitas e despesas operacionais

A variação negativa apresentada a rubrica “Outras receitas e despesas operacional” corresponde basicamente ao reconhecimento em 2016 da aquisição de direitos creditórios no valor líquido de R\$ 40,2 milhões.

Resultado financeiro

Despesas financeiras-giro

Despesas financeiras de giro (empréstimos e financiamentos) totalizou R\$ 46,6 milhões em 2017, 20% inferior aos R\$ 58,2 milhões em 2016. Contribuiu para a redução a continuidade do movimento de redução das taxas de juros ao longo do ano de 2017, uma vez que a taxa básica de juros iniciou o ano em 13% a.a. e encerrou em 7% a.a. somada à melhor gestão de matérias primas, dentro do programa de aumento da eficiência.

Outras despesas financeiras

Outras despesas financeiras que passaram de R\$ 43,0 milhões em 2016 para R\$ 122,6 milhões. Essa variação se deu em função da readequação do passivo tributário e à adesão da Companhia ao parcelamento -PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), que levou ao reconhecimento de despesas tributárias não recorrentes que até então vinham sendo contestadas judicialmente e que poderão eventualmente ser revertidas no futuro

Imposto de renda e contribuição social - Diferido

A variação positiva na rubrica imposto de renda e contribuição social diferido que passou de R\$ 827 mil para R\$ 51,788 milhões e justificada ativação do prejuízo fiscal e base negativa utilizado para quitar conforme previsto em Lei, débitos tributários indicados ao parcelamento -PERT (Programa Especial de Regularização Tributária),

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise das demonstrações de resultado (2016 – 2015)

Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida da Companhia apresentou uma melhora de 4,22% em relação a 2015 esse desempenho e observado nas unidades Personal Care principalmente em razão do desempenho positivo da linha de esmalte com a marca Impala.

Outras receitas e despesas operacionais

A variação positiva apresentada a rubrica “Outras receitas e despesas operacional” corresponde basicamente ao reconhecimento em 2016 da aquisição de direitos creditórios no valor líquido de R\$ 40,2 milhões.

Resultado financeiro

Em 2016, a Companhia registrou despesa líquida de R\$ 89,6, milhões no resultado financeiro, 62,8% superior à despesa financeira líquida apresentada em 2015 que foi de R\$ 55,4 milhões.

Receitas financeiras

As “receitas financeiras” no montante de R\$ 11,6, estão relacionadas ao valor registrado a título Ajuste a valor presente de clientes.

Despesas financeiras-giro

O aumento de 17,0% nas despesas financeiras de giro da Companhia apresentado em 2016 pode ser explicado em grande parte pela variação cambial dos recebíveis que apresentou forte redução na taxa de dólar em relação a 2015.

Outras despesas financeiras

O aumento de R\$ 28,7 milhões apresentado em 2016 na rubrica foi basicamente em razão da atualização de impostos e também influenciou o desempenho a baixa de impostos compensados por prescrição, no valor de R\$ 22,0 milhões em 2016, ante a R\$ 45,0 milhões em 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Exercício 2018

A receita líquida somou R\$ 469,9 milhões em 2018, o que evidencia evolução de 7,5% quando comparado com os R\$ 437,1 milhões registrados em 2017. Todas as divisões apresentaram crescimento, com exceção de Fashion – que registrou redução de 2,4% nas vendas. O melhor desempenho no ano foi verificado na divisão Gourmet/Craft que apresentou crescimento de 26,3%. Tal segmento voltou a ser gerido pela Companhia em janeiro de 2018, sendo que ao longo do ano foi executada uma nova estratégia comercial e produtiva, com maior foco no segmento profissional (refrigeradores). Destaca-se também o desempenho da divisão Personal Care que evoluiu 10,4% em relação a 2017, beneficiado pelos lançamentos mais constantes e que tiveram grande aceitação no mercado, destaque para a coleção “nudes” que foi sucesso absoluto. Ainda que o consumo das famílias tenha sido um inibidor para o crescimento mais acentuado, a estratégia de reduzir a vida útil das coleções e aumentar a periodicidade de lançamentos, além de parcerias com marcas como a Disney, tem contribuído para o desempenho da Divisão.

Exercício 2017

Em 2017 a Companhia obteve excelente ano operacional que deve ser ainda mais valorizado dado o cenário econômico e político mencionado. Elevamos a receita líquida consolidada em quase 4% quando comparado com o ano anterior, somando R\$ 437,1 milhões. Além de todos os segmentos apresentarem crescimento, o maior aumento foi observado no segmento Personal Care, 13,9%, segmento que possui maior rentabilidade. Porém, a busca pela eficiência na operação foi o nosso maior destaque. Tomamos duras e difíceis decisões, mas que precisavam ser tomadas, como a grande reestruturação realizada durante o ano e que resultou na redução de mais de 11% das despesas administrativas. Também revisitamos processos, investimos em automação e renegociamos contratos que proporcionaram a redução da participação dos custos do produto vendido sobre a receita de 67,4% em 2016 para 65,5% em 2017. Com isso, apuramos um EBITDA Ajustado – melhor indicador para medir nosso desempenho operacional, devido a eventos não recorrentes –, de R\$ 66,4 milhões, resultado 62,3% maior do que o obtido em 2016.

Exercício 2016

Mesmo diante da situação econômica e política negativa do país, a Companhia apresentou receita líquida de R\$ 421,2 milhões, o que indica aumento de 4,2% em relação ao ano anterior. Os principais fatores desse crescimento foram: a) o desempenho da divisão Personal Care que, mesmo num ambiente de contração de mercado, conseguiu evoluir 13,5% em relação a 2015, principalmente em função do crescimento das vendas do esmalte Impala face ao aumento do seu market share (atualmente a Impala é a segunda marca do mercado); b) e, em menor escala, a receita da divisão Gourmet, com crescimento de 6,8% em relação a 2015, com destaque para o desempenho das exportações.

A performance da receita foi limitada pela redução do segmento Fashion, diretamente afetado pela significativa contração do setor de confecção, que levou ao aumento das vendas dos produtos de massa em detrimento aos do segmento de moda. Em outras palavras, o segmento Fashion aumentou o volume de produção, mas, em contra partida, com menor preço e margem. Apesar da diminuição de vendas do segmento Fashion ter sido percentualmente reduzida (2,9%), a sua participação nas

10.2 - Resultado operacional e financeiro

vendas consolidadas é relevante (33,8%) e, portanto, com efeito monetário expressivo no total consolidado.

CPV - Custos dos Produtos Vendidos

Exercício 2018

Durante todos o período no qual o País atravessou uma crise macroeconômica sem precedentes, a Companhia tem se dedicado na busca de eficiência visando readequar a estrutura administrativa e financeira à realidade macroeconômica e setorial. Foram adotadas diversas iniciativas, como a revisão de processos, contratos com fornecedores, busca de novos fornecedores, inovação em processos produtivos e outsourcing. Como resultado, a Mundial hoje é uma empresa muito mais preparada, enxuta e eficiente, pronta para atender eventual retomada do mercado com produtos duráveis, de qualidade e de forma mais rentável.

Em 2018 o custo dos produtos vendidos somou R\$ 309,3 milhões, 8,0% acima do custo registrado em 2017 e praticamente com a mesma participação na receita líquida, mesmo considerando um ambiente inflacionário de 3,75% no período.

Exercício 2017

O principal destaque nos resultados da Companhia, em 2017, foi o grande esforço direcionado para a busca de eficiência. Foram revisitados processos, realizados investimentos em automação, renegociados contratos com fornecedores e realizado uma grande reestruturação de pessoal. Com isso, a Mundial encerrou o ano com uma estrutura produtiva mais eficiente.

O custo dos produtos vendidos em 2017 totalizou R\$ 286,4 milhões, apenas R\$ 2,6 milhões acima dos R\$ 283,8 milhões verificados em 2016. Com isso, a participação na receita líquida que foi de 67,4% em 2016 passou para 65,5% em 2017, ou seja, ganho de 1,9% na lucratividade bruta.

Exercício 2016

A Companhia manteve os esforços no sentido de controlar os custos, negociando com seus fornecedores em termos de valores e condições de pagamento, além de reforçar a gestão de estoque de produtos e matérias primas.

Apesar do ligeiro aumento do custo dos produtos vendidos em 2016 para R\$ 283,8 milhões (R\$ 272,1 milhões em 2015), sua participação na receita líquida permaneceu praticamente no mesmo nível em ambos períodos, em cerca de 67%, ou seja, margem bruta de 32,6%.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Exercício 2018

O lucro bruto foi de R\$ 160,6 milhões, 6,6% maior do que os R\$ 150,7 milhões obtidos no ano anterior. A margem bruta, ficou praticamente estável de um ano para o outro, passando de 34,5% para 34,2%. O único segmento que registrou ganho de margem foi o de Gourmet/Craft, que desde janeiro de 2018 voltou a ser integralmente gerido pela Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício 2017

O lucro bruto foi de R\$ 150,7 milhões, 9,7% maior do que os R\$ 137,4 milhões obtidos no ano anterior. A margem bruta, acompanhou o ganho de eficiência, passou de 32,6% para 34,5%. As medidas adotadas para a redução de custos foram estruturais e acabaram por se disseminar por praticamente todas as Divisões da Companhia. Com exceção da divisão Gourmet, impactada pelo preço do aço que, em média, foi 5,7% maior em 2017 do que em 2016, todas as demais Divisões apresentaram ganho de margem.

Exercício 2016

O lucro bruto foi de R\$ 137,4 milhões, o que indica redução de 4,0% em relação ao exercício anterior. A estabilidade da margem bruta, que ficou em 32,6% em 2016, reflete a evolução das principais divisões de negócios da Companhia. Enquanto Personal Care e Gourmet registraram ganho de margem em 2016 comparado ao desempenho de 2015, a Divisão Fashion teve desempenho inverso, com perda de 2 pontos percentuais em sua margem bruta. Com o ganho de representatividade de Personal Care no total da receita e simultânea redução da participação de Fashion, o desempenho consolidado se manteve estável.

Despesas Operacionais

Exercício 2018

As despesas administrativas em 2018, somaram R\$ 30,2 milhões, ante a R\$ 27,5 milhões em 2017, o que representa crescimento de 9,6%, o aumento reflete as despesas extras incorridas no processo de reestruturação, em especial na divisão Fashion. Já nas despesas operacionais como um todo, houve queda de 14,5%, registrando R\$ 104,7 milhões no ano, ante R\$ 122,3 milhões em 2017. Além da redução das despesas com vendas de 2,5%, contribui para a redução o registro de créditos extemporâneos como outras receitas operacionais, R\$ 20,2 milhões.

Exercício 2017

Além dos custos, a Mundial também direcionou esforços para ajustes em sua estrutura de despesas, principalmente administrativas. Com isso, as despesas administrativas em 2016, somaram R\$ 27,5 milhões, ante a R\$ 31,0 milhões em 2015, o que representa redução de 11,2%. As despesas operacionais como um todo, não reflete tal esforço devido a um evento não recorrente em 2016 que gerou receita de R\$ 37,8 milhões, o que contamina a comparação. Assim, as despesas operacionais foram de R\$ 122,4 milhões em 2017 ante R\$ 89,9 milhões.

O evento não recorrente em 2016 ocorreu em razão do registro de valor positivo de um item considerado como "Outras receitas/despesas operacionais" formado pelo reconhecimento do deságio na aquisição de direitos creditórios, no valor de R\$ 40,2 milhões em 2016.

Exercício 2016

A Mundial apresentou redução de 24,8% nas suas despesas operacionais em 2016, totalizando R\$ 89,9 milhões, ante a R\$ 119,6 milhões (em 2015).

Essa contração de despesas ocorreu em razão do registro de valor positivo de um item considerado como "Outras receitas/despesas operacionais", formado pelo reconhecimento do deságio na aquisição de direitos creditórios, no valor de R\$ 40,2 milhões em 2016.

O fato ocorreu originalmente em dezembro de 2014 quando a Mundial S/A. e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., adquiriram direitos creditórios. Em agosto de 2016, a

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Mundial S/A adquiriu nova parcela de direitos creditórios no valor de R\$ 60 milhões que acabaram gerando um efeito líquido no resultado de R\$ 40,2 milhões.

As demais despesas operacionais mantiveram-se nos mesmos níveis do exercício anterior, graças ao rígido controle que a Mundial vem realizando na gestão dos negócios.

EBITDA

Exercício 2018

EBIT - EBITDA - Consolidado	Acumulado 2018	Acumulado 2017
Receita Líquida	469.949	437.123
Lucro Operacional Bruto	160.627	150.745
Despesas Operacionais	(104.655)	(122.328)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	55.972	28.417
EBIT	55.972	28.417
Depreciação e amortização	13.452	13.537
EBITDA	69.424	41.954
Reconciliação do EBITDA	14.540	38.840
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)	4.069	3.969
*Ajuste a valor presente de ativos e passivos	4.710	7.256
*Multa rescisão contrato comercial	4.816	6.080
*Créditos extemporâneos	(2.548)	14.434
*Rescisões por redução de quadro	2.111	7.851
*Ganho por venda de subsidiárias exterior	-	(2.389)
*Impairment	1.382	1.639
EBITDA - ajustada	83.964	80.794
Margem EBITDA - ajustada	17,87%	18,48%

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia é ajustado considerando a exclusão dos eventos não recorrentes e alcançou R\$ 83,9 milhões em 2018 ante R\$ 80,8 milhões em 2017.

A margem EBITDA Ajustada em 2018 foi de 17,9%, 0,9 p.p. inferior do que a margem apurada em 2017, 18,5%. A margem EBITDA reflete os desafios enfrentados pela divisão Fashion que registrou EBITDA negativo de R\$ 0,7 milhão em 2018 ante R\$ 7,9 milhões positivo em 2017, parcialmente compensado pelos esforços de busca de eficiência.

Exercício 2017

A margem EBITDA Ajustada em 2017 foi de 15,1%, 5,5% maior do que a margem apurada em 2016, 9,71%. O esforço na busca pelo aumento de eficiência dispendido pela Mundial ao longo de 2017, trabalhando a estrutura de custos e despesas operacionais conforme mencionado anteriormente, associado com o crescimento da receita, possibilitou o incremento na margem.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício 2016

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia é ajustado considerando o resultado de sua adesão ao programa de recuperação fiscal (Refis), ajuste a valor presente de vendas e custos, e outras despesas receitas e despesas operacionais como, aquisição de direitos creditórios no montante de R\$ 40,2, redução de valor recuperável no montante de R\$1,7, baixa de créditos fiscais no montante de R\$ 2,1, e realização da variação cambial na baixa de investimento no montante de R\$ 1,4 resultado no valor líquido de R\$ 37.8.

A margem EBITDA em 2016 (8,59%) diminuiu em 1 ponto percentual em relação ao período anterior (9,63%), dado o fato que a Mundial conseguiu administrar seus custos e despesas

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício 2018

A Companhia reverteu o prejuízo líquido de R\$ 79,2 milhões em 2017 para lucro líquido de R\$ 3,1 milhões em 2018. Contudo, ressalta-se que tal desempenho foi positivamente afetado pelo reconhecimento de créditos extemporâneos e deságio na aquisição de precatórios. Excluindo tal efeito, o resultado líquido em 2018 negativo teria sido de R\$ 52,6 milhões.

Exercício 2017

Os fatores que influenciaram negativamente no resultado da Companhia em 2017 correspondem a, *Outras despesas financeiras* que passaram de R\$ 43,0 milhões em 2016 para R\$ 122,6 milhões. Essa variação se deu em função da readequação do passivo tributário e à adesão da Companhia ao parcelamento -PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), que levou ao reconhecimento de despesas tributárias não recorrentes que até então vinham sendo contestadas judicialmente e que poderão eventualmente ser revertidas no futuro

Exercício 2016

Os fatores que influenciaram negativamente no resultado da Companhia estão destacados abaixo e para melhor entendimento demonstra com as seguintes aberturas, (i) “despesas financeiras de giro”, relacionadas ao pagamento de remuneração ao capital de terceiros, representadas basicamente por juros sobre empréstimos tomados; e (ii) “outras despesas financeiras”, relativas às despesas originárias do passivo tributário.

O sub-item Despesas financeiras de giro (empréstimos e financiamentos) totalizou R\$ 46,5 milhões em 2016, o que indica redução de 10,7% comparado aos R\$ 52,1 milhões registrados no ano anterior, face à tendência de redução das taxas de juros ao longo do período e à melhor adequação dos financiamentos de giro às necessidades da Companhia. Esse efeito positivo, entretanto, foi anulado pela variação cambial advinda dos recebíveis, dada a desvalorização da taxa do dólar frente ao real no período, que totalizou R\$ 11,7 milhões no exercício, ante R\$ 2,4 milhões em 2015. Com isso, o total das despesas financeiras relacionadas ao pagamento de juros sob capital de giro aumentou em 17,0% em 2016, totalizando R\$ 58,2 milhões.

Da mesma forma, observou-se aumento no sub-item “Outras despesas financeiras” - de R\$ 14,3 milhões em 2015 para R\$ 43,0 milhões em 2016 -, basicamente em razão da atualização de impostos

10.2 - Resultado operacional e financeiro

durante o exercício, também influenciou o desempenho a baixa de impostos compensados por prescrição, no valor de R\$ 22,0 milhões em 2016, ante a R\$ 45,0 milhões em 2015.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2018

Os desempenhos das nossas divisões possuem grande correlação com o consumo das famílias. Face ao complicado cenário político, macroeconômico e setorial ao longo do ano de 2018, tivemos por mais um ano desafios que exigiram medidas duras, mais necessárias, para compensar a retração da demanda. Centramos nos esforços na busca da eficiência, revendo processos e adaptando nossa estrutura administrativa e produtiva à realidade atual dos mercados em que atuamos. Com isso, as despesas operacionais recuaram 14,5% entre 2018 e 2017 (considerando receitas não operacionais) enquanto a participação do custo na receita líquida ficou praticamente em linha em um ambiente inflacionário de 3,75%. A receita líquida foi 7,5% maior na comparação com 2017, R\$ 469,9 milhões com destaque para o desempenho dos segmentos Personal Care (+10,4%) e Gourmet (+26,3%). O Ebitda ajustado, desconsiderando o impacto de eventos não recorrentes, somou R\$ 83,9 milhões o que evidencia crescimento de 3,9% ante 2017.

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2017

Em 2017 a receita bruta apresentou 4% de crescimento em relação a 2016, o aumento de volume e preço também influenciaram no crescimento da receita, mas o maior aumento foi observado no segmento Personal Care, 13,9%, segmento que possui maior rentabilidade. Porém, a busca pela eficiência na operação foi o maior destaque.

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2016

A Divisão Personal Care atua na linha de cuidados pessoais e higiene e beleza, tanto de uso profissional quanto doméstico. Suas marcas são tradicionais e reconhecidas em todo o mercado nacional. A marca Mundial é referência no mercado de tesouras e alicates para cutículas e unhas, principalmente pela qualidade do produto. A Divisão inclui, também, a marca Impala, bastante conhecida pelos esmaltes.

Desse modo, a divisão Personal Care obteve ganho de 13,5% na sua receita líquida em 2016, atingindo R\$ 196,9 milhões, comparado a R\$ 173,4 milhões em 2015. Tanto o mercado interno (crescimento de 13,5%) quanto o externo (aumento de 14,9%) contribuíram para esse desempenho. Conseqüentemente, o resultado bruto (R\$ 90,9 milhões) apresentou evolução semelhante, com crescimento de 11,6% em relação a 2015 (R\$ 81,4 milhões).

Na Divisão Fashion são produzidos e comercializados itens de acabamento para indústrias de confecção e de calçados, como botões e ilhoses, com linhas voltadas para o segmento de moda – produtos mais elaborados de preço médio mais alto - e para o segmento de massa – produtos com preços mais acessíveis.

Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) apontam que em 2016 houve queda de 6,5% na produção têxtil e de 8,7% na de confecção, quando comparado a 2015. No varejo, os números são ainda mais pessimistas. Conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(CNC), aproximadamente 100 mil lojas de confecção encerraram atividade em todo o País até dezembro/2016.

Desse modo, na tentativa de atenuar os efeitos da retração do mercado, o setor de confecções efetuou a troca de perfil dos produtos, buscando redução de custos para oferecer preços mais competitivos. Da mesma forma, para seguir a demanda do mercado, a Divisão Fashion aumentou o volume de produção de itens do segmento de massa.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Exercício 2018

As variações de preços nos principais insumos e produtos, de câmbio e taxas de juros não impactaram de forma relevante o resultado operacional e financeiro da Companhia no exercício.

Exercício 2017

A Divisão Gourmet corresponde a produtos de fabricação própria e de terceiros, produzidos no País e no exterior, que compreendem preparação de alimentos profissional e doméstica, tais como facas, talheres, panelas, baixelas, chairas e utensílios domésticos, sofreu com a variação do preço do aço.

O segmento foi o único em que os efeitos da busca de eficiência ainda não foram sentidos, uma vez que sua principal matéria prima (aço) possui preço atrelado ao dólar norte-americano. Com isso, o lucro bruto foi 7,6% menor, R\$ 7,2 milhões em 2017 ante R\$ 7,8 milhões no ano anterior.

Exercício 2016

O efeito econômico e político em 2016 resultou num ambiente recessivo histórico, com alto nível de desemprego, baixíssima atividade industrial e reduzida demanda no mercado. Entretanto, apesar do desempenho econômico ter sido totalmente desfavorável, houve alguns fatores positivos oriundos desse cenário. A inflação cedeu mais do que o esperado e surpreendeu o mercado. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2016 com alta de 6,29%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e ficou abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 6,5%. A desaceleração só não foi mais acentuada devido ao aumento dos preços com saúde e cuidados pessoais, que subiram, em média 11,05% em 2016. Em dezembro, o IPCA avançou 0,30%, a menor variação para o mês desde 2008.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Exercício 2018

Em 2018 seguindo as estratégias da Administração da Companhia, foi aprovado o encerramento das atividades nos Estados Unidos a empresa Mundial Personal Care.

A Companhia adquiriu 100% das ações da empresa Mamstar S.A. empresa com sede no Uruguai no valor de R\$ 20 mil reais. A Razão social já alterada para Mundial Consumer Products International SA., essa unidade entrara em operação ao longo de 2019 e terá o objetivo de importação e exportação de produtos com a marca Hercules e Mundial nos segmentos Gourmet/Creative

Exercício 2017

Conforme contrato assinado em 23 de janeiro de 2017 a Mundial S.A através de sua controlada Eberle Equipamentos e Processos S.A efetuou a venda dos investimentos indiretos Mundial Ásia e Mundial INC a Zhepar Participações Ltda.

Exercício 2016

Em 2016 não correu alienação de seguimentos operacionais.

constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Eventos subsequentes a 2018

Não ocorreu operações ou eventos não usuais

Eventos subsequentes a 2017

Não ocorreu operações ou eventos não usuais

Eventos subsequentes a 2016

Em 23 de janeiro de 2017 a Mundial S.A através de sua controlada Eberle Equipamentos e Processos S.A efetuou a venda dos investimentos indiretos Mundial Ásia e Mundial INC a Zhepar Participações Ltda.

b. eventos ou operações não usuais

Exercício 2018

Não ocorreu operações ou eventos não usuais

Exercício 2017

Não ocorreu operações ou eventos não usuais

Exercício 2016

Não ocorreu operações ou eventos não usuais

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Para as Demonstrações Financeiras encerradas em 2018, 2017 e 2016 a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis relevantes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, com alterações pela Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09, pronunciamentos, orientações, interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, e afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia informa que para as Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 2018, 2017 e 2016 que não houveram alterações significativas de práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalvas ou ênfases em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2018.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Exercício 2018

Na avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, propriedade para investimento, imposto de renda e contribuição social diferido, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, expectativa de aumento dos salários, crescimento dos negócios da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. O resultado das revisões das estimativas é reconhecido prospectivamente.

Exercício 2017

Na avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, propriedade para investimento, imposto de renda e contribuição social diferido, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, expectativa de aumento dos salários, crescimento dos negócios da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. O resultado das revisões das estimativas é reconhecido prospectivamente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Mundial e suas controladas ou coligadas não possuem operações relevantes, tais como obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia continua seu processo de investimento focado na manutenção preventiva, considerando as limitações de caixa do período e o foco na readequação de seu perfil financeiro, dedicando esforços no sentido de direcionar recursos para manter as atividades operacionais e para o equacionamento do passivo, principalmente fiscal.

Em termos operacionais, na contínua busca pelo ganho de produtividade, estão entre os objetivos da Companhia a introdução de novos e mais eficientes processos produtivos e a ampliação do grau de automação.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca viabilizar através das instituições financeiras parceiras, linhas de crédito através de leasing, consórcios ou empréstimos de capital de giro para financiar seus investimentos à medida que os mesmos sejam necessários.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam ter influenciado materialmente a capacidade produtiva da companhia no último exercício.

c. novos produtos e serviços, indicando: i. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;* ii. *montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;* iii. *projetos em desenvolvimento já divulgados;* iv. *montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não houve novos produtos e ou serviços em desenvolvimentos no último exercício.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que tenham influenciados de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não é prática da Companhia divulgar projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não é prática da Companhia divulgar projeções sobre a evolução de seus indicadores.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

- i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados*

Conselho de Administração, além dos poderes e atribuições que a lei lhe confere, terá os seguintes: a) estabelecer as normas gerais a serem observadas pela Diretoria relativas às operações da sociedade, política comercial, administração do pessoal, compras, investimentos e contabilidade; b) criar e abolir, quando julgar necessário, grupos de trabalhos para seu assessoramento e designando suas funções e fixando a remuneração de seus membros; c) aprovar os orçamentos de operação, de capital e financeiros; d) aprovar novos empreendimentos ou a expansão dos já pendentes; e) atribuir e distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma remuneração mensal ou anual, global ou individual, até o montante que for estabelecido pela Assembleia Geral, bem como a participação estatutária a que se refere o artigo 27; f) aprovar previamente: I. aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; II. aquisição de bens para o ativo fixo e alienação ou oneração de bens que o integram, bem como aquisição, alienação ou oneração de bens fora do curso normal dos negócios, quando o valor dos bens exceder R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). III. aquisição, alienação ou oneração de participações no capital de outras empresas, inclusive os investimentos decorrentes de incentivos fiscais; IV. recebimento ou concessão de empréstimos, cujo prazo seja superior a 1 (um) ano; V. prestação de garantias, de qualquer natureza, exceto se em favor das sociedades controladas ou coligadas; e VI. celebração de quaisquer contratos com membro da Diretoria, do Conselho de Administração, ou ainda com partes relacionadas. g) deliberar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações, bem como debêntures não conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no art. 7º deste Estatuto, podendo ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei; h) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures; i) eleger, destituir ou substituir os auditores independentes, depois da emissão de parecer do Conselho Fiscal, se instalado; e j) Aprovar plano de outorga de opções para aquisição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas físicas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

que prestam serviços à Companhia, ou às sociedades sob seu controle, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76.

Não há nenhum regimento interno para este órgão.

- ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto*

Não há comitê de auditoria estatutário.

- iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Não há contratação de serviços extra-auditoria. O Conselho baseia suas opiniões e toma suas decisões baseado nas informações prestadas pela auditoria e pelos demais membros da Administração.

- b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria estatutária terá os poderes e atribuições que a lei e o Estatuto Social da Companhia lhe conferem, para assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração na forma da legislação em vigor ou do Estatuto Social da Companhia.

As atribuições dos Diretores serão estabelecidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia será representada, em juízo, ativa e passivamente, por 2 (dois) Diretores.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Obtida a manifestação prévia favorável do Conselho de Administração quanto às matérias especificadas na letra "f" do artigo 13 do Estatuto Social, a sociedade obrigar-se-á validamente: I. pela assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, em contratos, procurações "ad negotia" e "ad judicia" e na movimentação de contas bancárias, assinatura de cheques, ordens de pagamento, emissão, aceites e endosso de notas promissórias, letras de câmbio, e títulos de crédito de interesse e relacionados com o objetivo social, na compra, permuta, venda e oneração de bens móveis e imóveis, cessão de direitos e créditos, assinatura de escrituras e documentos pertinentes. II. Pela assinatura de um Diretor conjuntamente com um procurador, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. III. Pela assinatura de dois procuradores, em conjunto, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. IV. Pela assinatura de um Diretor e um procurador, individualmente, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem, ficando estabelecido, todavia, que a constituição de procuradores com poderes individuais, nas condições deste inciso IV, será limitada nos atos de representação da sociedade em juízo, inclusive a Justiça do Trabalho, Previdência Social e Sindicatos, órgãos da Secretaria da Receita Federal, repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., CACEX, Concessionárias de Serviços Públicos, bem como a assinatura de correspondência, inclusive a dirigida aos Bancos e o endosso de duplicatas para desconto, caução ou cobrança, protesto de títulos e duplicatas, recebimento e quitação de crédito da sociedade.

As procurações "ad negotia" terão o prazo determinado não excedente a um ano. As procurações outorgadas a empregados extinguir-se-ão com o término da relação de trabalho ou de cargo do outorgado, se este fato ocorrer antes do prazo estabelecido no mandato. Se porventura omissas quanto ao prazo de validade, as procurações "ad negotia" serão consideradas automaticamente expiradas no final do exercício em que forem outorgadas.

É vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria prestar avais, fianças ou qualquer outra obrigação do tipo das denominadas "de favor", salvo se o for no exclusivo interesse da Companhia

Não há nenhum regimento interno para este órgão.

- c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente terão as funções e deveres obedecido o que a lei determina e será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Não há nenhum regimento interno para este órgão.

- d. **se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**
- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros*
 - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação*
 - iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e*
 - iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos*

A Companhia não adota nenhum mecanismo de avaliação de desempenho para o órgão do Conselho de Administração, ou individual. Cada membro do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais, tendo em vista o valor global fixado pela Assembleia Geral, e resguardadas as disposições legais próprias.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externo que se reportem para este órgão.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Regras, políticas e práticas relativos às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada ao previsto na legislação societária.

As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e realizadas para os fins e na forma prevista em lei, mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, sendo o prazo de antecedência da primeira convocação de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação, de 8 (oito) dias, salvo em caso do atendimento do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

b. Competências à Assembleia Geral:

a) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou pelo Estatuto Social da Companhia;

b) deliberar sobre o aumento do capital social por subscrição de novas ações e sobre a emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, na hipótese do parágrafo 1º, do art. 7º e quando o limite do capital autorizado estiver esgotado, observadas as disposições legais estatutárias;

c) decidir sobre o cancelamento do Registro de Companhia Aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os documentos relativos à assembléia geral são colocados a disposição dos acionistas em meio físico no endereço da sede da Companhia, na Rua Paraíso, 148, conj. 142, São Paulo - SP e por meio eletrônico nos endereços: www.mundial.com/investidores; www.cvm.gov.br e www.b3.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses.

A identificação e administração de conflitos de interesse nas assembleias da Companhia observam os termos da legislação em vigor, conforme a Lei das Sociedades Anônimas Art. 115, o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 1º o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia-geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

§ 2º Se todos os subscritores forem condôminos de bem com que concorreram para a formação do capital social, poderão aprovar o laudo, sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6º do artigo 8º.

§ 3º o acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.

§ 4º A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Adicionalmente, os acionistas ou representantes dos acionistas da MUNDIAL nas Assembleias Gerais devem observar os seguintes procedimentos nos casos de conflito de interesses:

I. o acionista ou representante do acionista deve manifestar, imediatamente, seu interesse particular conflitante. Caso não o faça, outra pessoa poderá manifestar o conflito;

II. tão logo identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, o acionista ou representante do acionista da Mundial envolvido terá acesso apenas aos documentos ou informações sobre a matéria divulgados ao mercado, nos termos da legislação em vigor, e deverá afastar-se, inclusive fisicamente, das discussões em Assembleia Geral, sem descuidar dos seus deveres legais. A manifestação de conflito de interesses, a abstenção e o afastamento temporário deverão ser registrados em ata.

Caso solicitado pelo Presidente da Mesa, os acionistas ou representantes dos acionistas envolvidos em situação de conflito de interesses poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a Transação com Parte Relacionada objeto de deliberação. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão.

Não há cláusula compromissória no Estatuto da Companhia para resoluções de conflitos de interesse entre os acionistas por meio de arbitragem.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A solicitação de procurações pela administração observa os termos da legislação em vigor. Os representantes por procurador devem observar: (a) Procuração emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; e (b) Documento de identidade do Procurador. Procuраções outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia solicita que a documentação acima seja enviada com até 3 (três) dias de antecedência da realização das Assembleias para o endereço da sede social:

f. formalidades necessárias para aceitação de procuраções outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procuраções outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Procuраções outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia solicita que a documentação acima seja enviada com até 3 (três) dias de antecedência da realização das Assembleias para o endereço da sede social:

A Companhia não adota o procedimento de outorga de procuраção por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariização e consularização

A partir de 2018, a Companhia passou a aceitar o voto por meio do Boletim de voto a distância (Boletim) nos termos da regulamentação conforme previsto nos artigos 21-A da Instrução CVM 481/2009, e nas hipóteses previstas para as Assembleias Gerais nas quais a Companhia de forma discricionária opte pela adoção do Boletim (conforme previsto em Proposta da Administração de cada assembleia), suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio do Boletim que estará anexo a Proposta.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, através do e-mail acionistas@mundial.com devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos digitalizados: (i) O presente Boletim, devidamente preenchido, assinado e com todas as páginas rubricadas; (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas:

- documento válido de identidade com foto e número do CPF;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- no caso de procurador (constituído a menos de um ano da data da AGO), enviar procuração;
- no caso de procurador (constituído a mais de um ano da data da AGO), enviar procuração com firma reconhecida e a identidade do procurador.

(b) para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal dos acionistas;
- CNPJ; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

(c) para fundos de investimento:

- último regulamento consolidado do fundo com CNPJ;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documento societário que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de sua aceitação ou necessidade de retificação, nos termos da Instrução CVM nº481/09.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser **protocolados na e Companhia em até 07 (sete dias) antes da data da Assembleia Geral**. Eventuais boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Endereço para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia:

Rua Paraíso, 148, 14º andar, conj. 142
Bairro do Paraíso
São Paulo – SP, CEP 04.103-000
E-mail: acionistas@mundial.com

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Caso seja necessário, recomenda-se, para evitar que a instrução de voto possa ser considerada conflitante, que o acionista encaminhe sua eventual nova instrução de voto para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado, assim, caso o acionista decida reenviar seu Boletim, solicita-se que seja utilizado o mesmo fluxo escolhido primeiramente.

Além disso, para que o Boletim seja considerado válido e os votos proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

(i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos, de acordo com a classe de ações do acionista;

(ii) todas as páginas deverão ser rubricadas; e

(iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Conforme Instrução CVM 481/2009, artigos 21-A, os acionistas poderão enviar o voto em assembleias gerais, formalizado no Boletim de Voto a Distância, disponibilizado no site da Companhia: www.mundial.com. pelo endereço eletrônico: acionistas@mundial.com.br e deverão protocolar Boletim devidamente assinado e demais documentos comprobatórios **na sede da Companhia em até 07 (sete dias) antes da data da Assembleia Geral.**

Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

A Companhia não disponibiliza a participação de acionistas à distância em assembleias gerais.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

De acordo com o artigo 21-L, I da Instrução CVM 481/2009, o acionista titular de, no mínimo, 0,5% de determinada espécie de ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidos pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia no Boletim.

Adicionalmente, em consonância com o inciso II do referido artigo, o acionista titular de, no mínimo, 1,0% de determinada espécie de ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidos pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de propostas de deliberação no Boletim disponibilizado por ocasião de assembleia geral ordinária da Companhia.

Caso o acionista que cumpra o requisito exposto no parágrafo anterior queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no Boletim deverá apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço disposto no item 12.2. g. acima, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico acionistas@mundial.com, nos prazos e demais condições estabelecidos pela regulamentação vigente.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia não disponibiliza a participação de acionistas em fóruns e não possui páginas na rede mundial de computadores para compartilhar comentários sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Orientações e instruções de entrega diretamente ao escriturador ou ao Agente de Custódia:

Agente de Custódia

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do Boletim poderá também preenchê-lo observadas às orientações e enviar para seu Agente de Custódia. O acionista deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras determinadas pelo respectivo Agente de Custódia, o qual encaminhará as referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus respectivos Agentes de Custódia a fim de verificarem os devidos procedimentos e prazos.

Escriturador

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do prestador de serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e, no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto. O agente Escriturador receberá o Boletim de Voto dos acionistas da Companhia em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, observados os procedimentos por ele estabelecidos.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. numero de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre números de reuniões ordinárias e extraordinárias.

O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente, nos locais e nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado no último mês do ano imediatamente anterior e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a primeira convocação, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, em que se deverá observar a antecedência mínima de 2 (dois) dias para a convocação. Deverão, nesses prazos, serem encaminhadas, a cada conselheiro, a agenda da reunião e os documentos de suporte para as deliberações a serem tomadas.

<u>Exercício de 2018</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Extraordinárias</u>
Reunião do Conselho de Administração	12	6

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Não há acordo de acionistas.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras relativas à identificação e administração de conflitos de interesses estão previstas no Código de Conduta da Companhia. O Código de Conduta apresenta um capítulo unicamente para tratar de conflitos de interesses, onde instrui os seus colaboradores a buscar orientações internamente sobre as situações de possíveis conflitos e impõe diretrizes que devem ser constantemente observadas de modo a evitar tais situações de conflitos. Aborda de forma clara e objetiva alguns casos que geram conflitos:

Não é permitido aos acionistas controladores, administradores (Conselheiros e Diretores) e membros do Conselho Fiscal e Consultivo ou ainda por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na empresa, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante a negociação de valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da empresa, é vedada as negociações com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciadas, pela própria empresa aberta;
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados;

- Idêntica vedação se aplica também aos administradores que se afastem da administração da empresa antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento;
- Transacionar qualquer valor mobiliário de emissão da empresa ou a eles referenciado no período de 15 (quinze) dias que antecede a divulgação das informações trimestrais e anuais.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
- ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Companhia não possui política formalmente aprovada para indicação de membros do conselho de administração.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não há cláusula compromissória no Estatuto da Companhia para resoluções de conflitos de interesse entre os acionistas por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marcelo de Fagundes de Freitas	16/03/1968	Pertence apenas à Diretoria	29/04/2019	Um ano	10
526.944.020-20	Contador	19 - Outros Diretores	29/04/2019	Sim	0.00%
Não há,		Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A e Hercules S/A			
Julio Cesar Camara	08/05/1965	Pertence apenas à Diretoria	29/04/2019	Um ano	19
438.373.870-20	Contador	19 - Outros Diretores	29/04/2019	Sim	0.00%
Não há.		Diretor Estatutário da Companhia e Diretor Geral de Personal Care da empresa Mundial S/A.			
Adolpho Vaz de Arruda Neto	27/08/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Um ano	5
074.416.798-18	Adm. de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2019	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos ou exerce outras funções.					
Wilson Vieira de Britto	11/06/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	um ano	0
015.768.016-91	Contador e Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2019	Sim	0.00%
Não há.					
Michael Lenn Ceitlin	30/06/1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2019	Um ano	22
295.996.600-72	Engenheiro	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	29/04/2019	Sim	100.00%
Diretor de Relacionamento com Investidores.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Marcelo de Fagundes de Freitas - 526.944.020-20					

Iniciou suas atividades na empresa Zivi S/A – Cutelaria no setor de Contas a receber, foi Analista Contábil, Chefe da Contabilidade, Gerente de Controladoria, Gerente de Controladoria e Finanças. Eleito como diretor estatutário desde 2007 na Companhia, hoje é Diretor Administrativo e Financeiro e exerce o mesmo cargo na Hercules S/A – Fábrica de Talheres, diretor nas empresas Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo LTDA, Eberle Equipamentos e Processos S/A e Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA, empresas que integram o mesmo grupo econômico do ramo Industrial e comercial. Não ocupa cargos em sociedades ou organizações do terceiro setor. Não há condenação. PAS CVM nº RJ2013/6224 (Processo CRSFN nº 10372.000719/2016-41). Multa de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Impetrado mandado de segurança (nº 1009243-72.2017.4.01.3400, SJDF), pendente de decisão final. PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.10339/2018-78). Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Recurso pendente de julgamento no CRSFN. Não há condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Julio Cesar Camara - 438.373.870-20

Iniciou suas atividades no grupo Eberle Mundial em 1996, como consultor Empresarial pela Galeazzi & Associados. Em 1998 foi eleito Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial, das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A. Em 2007, passou a exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Controle. Atualmente é Diretor Geral Personal Care da Companhia e Diretor da Hercules S/A – Fábrica de Talheres, e diretor nas empresas Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo LTDA, Eberle Equipamentos e Processos S/A e Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA. Empresas que integram o mesmo grupo econômico do ramo Industrial e comercial. Não ocupa cargos em sociedades ou organizações do terceiro setor. Não há condenação. PAS CVM nº RJ2013/6224 (Processo CRSFN nº 10372.000719/2016-41). Multa de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Impetrado mandado de segurança (nº 1009243-72.2017.4.01.3400, SJDF), pendente de decisão final. PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.10339/2018-78). Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Recurso pendente de julgamento no CRSFN. Não há condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adolpho Vaz de Arruda Neto - 074.416.798-18

Eleito pelo acionista controlador em 2012, como membro do Conselho de Administração da Companhia. Em 2015 eleito para o Conselho de Administração da empresa Hercules S/A – Fábrica de Talheres, empresa que integra o mesmo grupo econômico. Empresas do ramo Industrial e comercial. Não ocupa cargos em sociedades ou organizações do terceiro setor nos últimos 5 anos. Não há condenação. PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.10339/2018-78). Multa de R\$ 300.000,00. Recurso pendente de julgamento no CRSFN. Não há condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Wilson Vieira de Britto - 015.768.016-91

Consultor no Brasil e no exterior, realiza trabalhos de marketing, vendas, planejamento estratégico, gestão empresarial e formação de lideranças em nível de diretoria e gerências nas organizações. Ex professor da Universidade Católica de Minas Gerais, SEBRAE, Fundação Dom Cabral e Una (Pós-Graduação Comércio Exterior).

Atualmente é sócio consultor da empresa Britto Terra Pura; membro do Conselho de Gestão Estratégica da Associação Comercial de Minas; coordenador do Conselho Fiscal e membro do Conselho de Administração e o Conselho da Família do Grupo Canopus formado por inúmeras empresas que atuam em diversos Estados do Brasil como concessionárias Toyota, Honda, BMW; Sócio diretor do instituto Wilson Britto. Não ocupa cargo em outras empresas do grupo do emissor. Não ocupa cargos em sociedades ou organizações do terceiro setor nos últimos 5 anos. Não há condenação ocorridas nos últimos 5 anos. Não há condenação em processo administrativo da CVM. Não há existência de qualquer condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Michael Lenn Ceitlin - 295.996.600-72

Desde 1995 é Presidente do Conselho de Administração, Diretor Estatutário e Diretor de Relações com Investidores da Companhia e Presidente do Conselho de Administração, Diretor Superintendente e DRI da Hercules S/A, - Fábrica de Talheres, e diretor nas empresas Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo LTDA, Eberle Equipamentos e Processos S/A e Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA. Empresas que integram o mesmo grupo econômico do ramo Industrial e comercial. Não ocupa cargos em sociedades ou organizações do terceiro setor. Ação penal nº 5067096-18.2012.4.04.7100, em trâmite perante a 7ª Vara Federal de Porto Alegre/RS. Prolatada sentença penal condenatória em 07/11/2016. Interposta apelação, pende de julgamento pelo Eg. TRF4, desde 07/11/2018. PAS CVM nº RJ2013/6224 (Processo CRSFN nº 10372.000719/2016-41). Multa de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Impetrado mandado de segurança (nº 1009243-72.2017.4.01.3400, SJDF), pendente de decisão final. PAS CVM nº RJ2014/13353 (Processo CRSFN nº 10372.100295/2018-86). Inabilitação temporária por dois anos para o exercício de cargo de administrador em companhia aberta. Recurso pendente de julgamento perante o CRSFN. PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.10339/2018-78). Inabilitação temporária por cinco anos para o exercício de cargo de administrador, ou de conselheiro de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição, ou de outras entidades que dependam de autorização, ou de registro na CVM; Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Recurso pendente de julgamento no CRSFN. Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Marcelo de Fagundes de Freitas - 526.944.020-20

N/A

Julio Cesar Camara - 438.373.870-20

N/A

Adolpho Vaz de Arruda Neto - 074.416.798-18

N/A

Wilson Vieira de Britto - 015.768.016-91

N/A

Michael Lenn Ceitlin - 295.996.600-72

N/A

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários, de auditoria, de riscos, financeiros e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com nenhum dos administradores da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas ou sociedades controladoras diretas e indiretas.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Michael Lenn Ceitlin Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	295.996.600-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. Sócio Diretor	86.816.527/0001-04		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo de Fagundes de Freitas Diretor Estatutário	526.944.020-20	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MS Freitas Adm e Planej Estrat Ltda Sócio Diretor	14.539.730/0001-70		
<u>Observação</u>			
Presta Serviço a empresa ligada do Emisor			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Cesar Camara Diretor Estatutário	438.373.870-20	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ESTRATPLAN ASSESSORIA ESTRAT PLANEL LTDA Sócio Diretor	01.403.082/0001-88		
<u>Observação</u>			
Presta Serviços a empresa ligada do emissor.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Michael Lenn Ceitlin Diretor presidente, Presidente do Conselho e Diretor de RI	295.996.600-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. Sócio Diretor	86.816.527/0001-04		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo de Fagundes de Freitas Diretor Estatutário	526.944.020-20	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MS Freitas Adm e Planej Estrat Ltda Sócio Diretor	14.539.730/0001-70		
<u>Observação</u>			
Presta Serviço a empresa ligada do Emissor.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Cesar Camara Diretor Estatutário	438.373.870-20	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ESTRATPLAN ASSESSORIA ESTRAT PLANEL LTDA Sócio Diretor	01.403.082/0001-88		
<u>Observação</u>			
Presta Serviços a empresa ligada do emissor.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo contratou apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para os seus administradores (D&O), junto à renomada empresa do segmento Chubb Leaders. Na apólice estão incluídas suas subsidiárias que são quaisquer sociedades que a Companhia detenha o controle, direto ou indireto, mediante: (i) a titularidade da maioria dos direitos de voto; ou (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração (caso existente) ou da Diretoria.

Já bastante difundido nos Estados Unidos e Europa, o Seguro D&O garante à Companhia proteção financeira e também tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade. Seguem, abaixo os dados gerais da apólice:

Seguradora: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS

Vigência: 21/08/2018 a 21/08/2019

Limite Máximo de Garantia: R\$ 16.500.000,00

Prêmio Líquido: R\$ 178.125,00

Veja alguns riscos protegidos pelo D&O:

- Processos movidos contra os Administradores, em qualquer esfera da Justiça, incluindo a criminal;
- Investigação contra os Administradores;
- Custos de defesa;
- Indenizações pecuniárias;
- Responsabilidade estatutária;
- Danos ambientais;
- Danos corporais e morais;
- Indisponibilidade e bloqueios de bens;
- Penhoras;
- Ações movidas pelo tomador (quem contrata a apólice) contra o segurado;
- Responsabilidade por erros e omissões na qualidade do serviço prestado;
- Despesas de publicidade e proteção da imagem;
- Responsabilidades Estatutárias (Trabalhista, Tributária e Previdenciária);
- Riscos Regulatórios (Inquérito, processos Administrativos e Investigações).

Objetivos do Seguro de D&O

- Indenizar as pessoas seguradas por perdas e danos resultantes de quaisquer reclamações contra elas apresentadas, durante o período contratual, com fundamento em atos danosos praticados exclusivamente pelo segurado no exercício de suas funções ou cargos como Conselheiros, Diretores e/ou Administradores da Sociedade.

12.12 - Outras informações relevantes

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 maio 2019, o conselheiro Sr. Fernando Augusto Becker eleito pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2019, renunciou ao cargo de Conselheiro.

EXERCÍCIO SOCIAL 2018			
Evento	Data Realização	Convocação	Quorum de instalação
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2018	primeira	75,6143% das ações ordinárias
EXERCÍCIO SOCIAL 2017			
Evento	Data Realização	Convocação	Quorum de instalação
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2017	primeira	68,0905% das ações ordinárias
EXERCÍCIO SOCIAL 2016			
Evento	Data Realização	Convocação	Quorum de instalação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/05/2016	primeira	53,23% das ações ordinárias
Assembleia Geral Extraordinária	29/09/2016	primeira	68,76% das ações ordinárias

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- a. **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia ainda não implementou uma Política formal de remuneração para os administradores.

A prática de remuneração dos administradores está prevista em seu Estatuto Social, e através das pesquisas elaboradas pela sua gestão referente a remuneração aplicada no mercado, a Companhia acredita na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível.

Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja até 10% do resultado líquido.

No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º (terceiro) quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

ii. em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para Administradores 100% fixo, a exceção da distribuição de 10% do resultado se houver. Para executivos 60% fixo e 40% variável sobre metas operacionais.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos da política.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não há membros não remunerados pela Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No planejamento estratégico realizado a cada 3 (três) anos são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobradas por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia. A remuneração está estruturada de tal forma que parte importante é composta pela parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional - são os que a Companhia entende que melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos para nenhum membro da Administração da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor:

Não há remuneração ou qualquer benefício vinculado à ocorrência de eventos societários para nenhum membro da Administração da Companhia. A remuneração dos Administradores está atrelada somente aos limites estabelecidos pelo Estatuto Social.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há comitês que participam do processo decisório além do Conselho de administração.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A remuneração do Conselho é sempre fixada através da aprovação na assembleia geral ordinária, obedecendo aos dispostos legais e estatutários vigentes. Na assembleia será deliberado o reajuste aplicado na remuneração global mensal para os administradores de

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

acordo com os índices de inflação. Não há uma distinção na remuneração individual dos membros do Conselho de Administração.

A remuneração da Diretoria executiva é definida em reunião do Conselho de administração levando em conta a função exercida pelo executivo. A Companhia acredita na capacidade de atrair e reter seus executivos através de uma remuneração justa de acordo com as práticas de mercado e associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados, através da realização e superação de metas desafiadoras. A Companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há uma política de remuneração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	464.611,57	2.565.446,27		3.030.057,84
Benefícios direto e indireto	0,00	264.055,21		264.055,21
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	464.611,57	2.829.501,48		3.294.113,05

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	359.997,38	2.427.114,90		2.787.112,28
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.		
Total da remuneração	359.997,38	2.427.114,90		2.787.112,28

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	315.824,58	2.387.938,56		2.703.763,14
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		O diretor presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.		
Total da remuneração	315.824,58	2.387.938,56		2.703.763,14

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	246.808,00	2.309.037,12		2.555.845,12
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	246.808,00	2.309.037,12		2.555.845,12

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

a. numero de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre números de reuniões ordinárias e extraordinárias.

O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente, nos locais e nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado no último mês do ano imediatamente anterior e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a primeira convocação, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, em que se deverá observar a antecedência mínima de 2 (dois) dias para a convocação. Deverão, nesses prazos, serem encaminhadas, a cada conselheiro, a agenda da reunião e os documentos de suporte para as deliberações a serem tomadas.

<u>Exercício de 2018</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Extraordinárias</u>
Reunião do Conselho de Administração	12	6

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Não há acordo de acionistas.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras relativas à identificação e administração de conflitos de interesses estão previstas no Código de Conduta da Companhia. O Código de Conduta apresenta um capítulo unicamente para tratar de conflitos de interesses, onde instrui os seus colaboradores a buscar orientações internamente sobre as situações de possíveis conflitos e impõe diretrizes que devem ser constantemente observadas de modo a evitar tais situações de conflitos. Aborda de forma clara e objetiva alguns casos que geram conflitos:

Não é permitido aos acionistas controladores, administradores (Conselheiros e Diretores) e membros do Conselho Fiscal e Consultivo ou ainda por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na empresa, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante a negociação de valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da empresa, é vedada as negociações com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciadas, pela própria empresa aberta;
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados;

- Idêntica vedação se aplica também aos administradores que se afastem da administração da empresa antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento;
- Transacionar qualquer valor mobiliário de emissão da empresa ou a eles referenciado no período de 15 (quinze) dias que antecede a divulgação das informações trimestrais e anuais.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
- ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Companhia não possui política formalmente aprovada para indicação de membros do conselho de administração.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 20/03/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Sociedades Controladas
Ações (MNDL3)	754.459	57.690	1.000

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor a nenhum dos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.398.198,90	1.363.930,56	1.278.960,48	180.147,74	157.912,29	122.455,00
Valor da menor remuneração(Reais)	499.194,00	496.740,00	494.820,00	179.849,64	157.912,29	122.455,00
Valor médio da remuneração(Reais)	809.038,30	795.979,52	766.376,16	179.998,69	157.912,29	122.455,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui qualquer outro mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo contratou apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para os seus administradores (D&O), junto à renomada empresa do segmento Chubb Leaders. Na apólice estão incluídas suas subsidiárias que são quaisquer sociedades que a Companhia detenha o controle, direto ou indireto, mediante: (i) a titularidade da maioria dos direitos de voto; ou (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração (caso existente) ou da Diretoria.

Já bastante difundido nos Estados Unidos e Europa, o Seguro D&O garante à Companhia proteção financeira e também tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade. Seguem, abaixo os dados gerais da apólice:

Seguradora: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS

Vigência: 21/08/2018 a 21/08/2019

Limite Máximo de Garantia: R\$ 16.500.000,00

Prêmio Líquido: R\$ 178.125,00

Veja alguns riscos protegidos pelo D&O:

- Processos movidos contra os Administradores, em qualquer esfera da Justiça, incluindo a criminal;
- Investigação contra os Administradores;
- Custos de defesa;
- Indenizações pecuniárias;
- Responsabilidade estatutária;
- Danos ambientais;
- Danos corporais e morais;
- Indisponibilidade e bloqueios de bens;
- Penhoras;
- Ações movidas pelo tomador (quem contrata a apólice) contra o segurado;
- Responsabilidade por erros e omissões na qualidade do serviço prestado;
- Despesas de publicidade e proteção da imagem;
- Responsabilidades Estatutárias (Trabalhista, Tributária e Previdenciária);
- Riscos Regulatórios (Inquérito, processos Administrativos e Investigações).

Objetivos do Seguro de D&O

- Indenizar as pessoas seguradas por perdas e danos resultantes de quaisquer reclamações contra elas apresentadas, durante o período contratual, com fundamento em atos danosos praticados exclusivamente pelo segurado no exercício de suas funções ou cargos como Conselheiros, Diretores e/ou Administradores da Sociedade.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da remuneração total de cada órgão nos 3 últimos Exercícios Sociais que sejam partes relacionadas aos controladores da Cia.			
Órgão	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Conselho Administração	0	0	0
Diretoria Estatutária	58%	57%	56%
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável. Não houve, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores reconhecidos na controlada pela prestação de serviço.				
2018	Cons. de Adm	Dir. Estatutária	Cons. Fiscal	Total
Controlada do emissor	-	1.640.787,04	-	1.640.787,04
2017	Cons. de Adm	Dir. Estatutária	Cons. Fiscal	Total
Controlada do emissor	-	1.543.855,50	-	1.543.855,50
2016	Cons. de Adm	Dir. Estatutária	Cons. Fiscal	Total
Controlada do emissor	-	1.353.102,37	-	1.353.102,37

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante que não tenha sido informadas nesta seção.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Descrição dos Recursos Humanos da Companhia

A Companhia desenvolve em Recursos Humanos Programas e Políticas que visam atrair, reter e desenvolver seus funcionários. Por intermédio de uma posição equilibrada, a empresa objetiva alinhar pessoas às suas prioridades estratégicas, e com isso dar sustentabilidade ao negócio, além de capacitá-las e prepará-las para desafios cada vez maiores. O objetivo principal da área de Recursos Humanos da Mundial é de estar alinhada estrategicamente com a Missão, Visão e Valores da Companhia. Fazer parte de um todo, efetivamente conduzindo Programas que tenham o foco principal, as pessoas. Acreditamos firmemente que o engajamento e a capacidade de retenção está diretamente ligado a capacidade de “pertencimento” por parte dos funcionários. Dentre alguns programas destacam-se as seguintes atividades:

- **Idiomas:** Convênio com Instituições para desenvolvimento da língua inglesa e espanhola para funcionários que estejam enquadrados dentro da necessidade do segundo idioma conforme sua área de atuação.
- **Graduação e Pós-Graduação:** A Companhia busca convênios com instituições renomadas, visando obter descontos especiais para os funcionários que pretendem seguir a formação acadêmica.
- **Treinamentos In Company:** Treinamentos técnicos e comportamentais, voltados para a necessidade de cada fábrica. O foco principal em 2018 relacionou-se a atualização de normas regulamentadoras com ênfase em segurança, focados nas NRs.
- **Desenvolvimento Interno:** Acompanhamento e Desenvolvimento de Gestores, através de reuniões, seminários e workshops com as temáticas voltadas a liderança.
- **Recrutamento Interno:** Identificar talentos internos, promovendo oportunidades, desafios e incentivando o desenvolvimento dos funcionários, bem como estimular os gestores a priorizar o aproveitamento interno antes da contratação externa. Privilegiar o crescimento interno em situações de necessidades de oportunidades de vagas é uma prática difundida na Companhia. Preferencialmente o RH busca identificar os talentos internos com a capacitação necessária, visando a promoção. Os critérios de recrutamento interno são amplamente divulgados e suas métricas alinhadas com os gestores. Bem como, a preocupação em divulgar nos canais de comunicação o funcionário

14.1 - Descrição dos recursos humanos

selecionado neste recrutamento interno e o feedback para os demais inscritos para novas oportunidades que surgirem.

- **Integração para funcionários:** Visando apresentar a empresa, acolher e informar os funcionários sobre os procedimentos, normas, benefícios, a empresa organiza esse momento para funcionários novos, funcionários que retornam ao trabalho, terceiros e visitantes.
- **Acompanhamento Funcional:** Preocupada com a retenção de talentos, a Mundial S.A mantém um programa de acompanhamento funcional com os seus funcionários durante o período de experiência. Fruto desta preocupação, implantou um programa denominado internamente de “Café com o Gestor” que objetivamente faz com que o gestor tenha um momento de avaliação, visando alinhar as expectativas dos funcionários com a empresa e vice-versa.
- **Entrevista de Desligamento:** Visando compreender possíveis oportunidades de melhorias na gestão das pessoas, a Mundial busca através desta metodologia conhecer os motivadores na saída voluntária ou involuntária dos seus funcionários. Estas entrevistas são tabuladas periodicamente e analisadas junto com os gestores com a intenção de compreender e oportunizar melhorias de gestão.
- **Visita de Familiares:** A empresa retomou no ano de 2018 o Programa +Família, onde os funcionários convidam familiares e/ou alguém da comunidade próxima, para conhecer a empresa, tanto área fabril como áreas administrativas. O intuito é aproximar a empresa e a comunidade, para uma melhor interação social.
- **Programa de Inclusão:** No ano de 2018 foi criado o Programa de Inclusão para pessoas com deficiência, cujo objetivo é incluí-las de forma respeitosa e adequada ao ambiente de trabalho, bem como preparar a organização internamente para os aspectos de acessibilidade nas suas diversas formas, buscando o engajamento e a retenção dessas pessoas na empresa.
- **Qualidade de Vida:** A Mundial preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar de seus funcionários. Para tanto, mantém Programas de Prevenção e Promoção de Saúde para seus funcionários, com as seguintes ações: Monitoramento de Enfermagem e Nutrição, Campanhas de Conscientização sobre Saúde do Homem e da Mulher, Palestras sobre Estresse e Hábitos Alimentares Saudáveis; Saúde Bucal, entre outros. Também tivemos Atendimento/Acompanhamento Psicossocial, realizado por Assistentes Sociais e Psicólogas, visando promover o fortalecimento dos funcionários para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, orientando e viabilizando o acesso a recursos existentes, bem como realizando o encaminhamento para atendimento

14.1 - Descrição dos recursos humanos

na rede local. Além de tudo isso, a empresa conta com Ambulatório Interno nas suas principais fábricas, onde, além de atendimentos de emergência e de saúde ocupacional, também atende a medicina clínica, contando com equipe de Médicos e Técnicos de Enfermagem para todas as questões de saúde em geral.

- **Programas de Reconhecimento:** A Mundial mantém firmemente seu propósito de reconhecer o engajamento e contribuição de seus funcionários, valorizando sua dedicação pela Companhia. Anualmente é instituído um Programa de Jubilados e Homenageados que destaca e prestigia os funcionários que completam 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 45 e 50 anos de empresa. Em 2018 tivemos 170 funcionários homenageados e prestigiados pela Mundial.

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Funcionários localizados nas unidades da Companhia, suas Controladas e Coligadas:

<u>Unidades</u>	<u>Total em 31/12/2018</u>
Porto Alegre	10
Gravataí	1027
Caxias do Sul	784
São Paulo	68
Guarulhos	207
Rio de Janeiro	1
Extrema / MG	65
Manaus	00
Arujá	27

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

<u>Unidades</u>	<u>Empregados terceirizados</u>
Porto Alegre	0
Gravataí	16
Caxias do Sul	19
São Paulo	1
Guarulhos	17
Rio de Janeiro	0
Extrema / MG	1
Arujá	0

14.1 - Descrição dos recursos humanos

c. Índice de rotatividade

O índice de rotatividade (turn-over) de empregados foi de 1,09% no exercício de 2018. (Média mensal)

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Com relação ao ano de 2018, houve alteração nos números divulgados no item 14.1.

As informações relacionadas ao número de funcionários e terceirizados mantêm-se em equilíbrio.

As pequenas variações são consideradas normais pela Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável;

A política da Companhia estabelece procedimento referente a alterações salariais e promoções de acordo com os objetivos, estágio de desenvolvimento e situação de mercado, a fim de promover e manter o equilíbrio interno e competitividade externa.

A descrição de cargos é referencial para a carreira, contratação, treinamento e definição de padrões de desempenho esperado dos funcionários.

A Companhia acompanha o mercado através de pesquisas salariais, de forma anual, e fixa como referencia salarial o MAP (media aritmética ponderada) do mercado em que a unidade está inserida bem como, conforme o segmento da empresa. É observado o acordo coletivo de cada categoria para a correção dos valores das tabelas salariais.

Os cargos estão agrupados em ordem de importância que o mercado lhes confere, e divididos em classes com base na tendência salarial calculada pelo mercado e acordo coletivo.

A estrutura de cargos está distribuída em três grandes carreiras, refletindo a estrutura hierárquica da empresa (Gestão), valorizando as competências diferenciadoras (Técnica) e as funções operacionais básicas (Administrativa/Operacionais).

Os salários são distribuídos em 07 faixas distribuídas da seguinte forma e reajustado como segue:

Admissão – efetivação (10%) – padrão Mundial (6%) – 1º mérito (6%) – 2º mérito (6%) – 3º mérito (6%) e máximo da faixa (6%)

As concessões de aumento por mérito poderão de 6 meses após a concessão do mérito anterior.

Em caso de promoções o aumento poderá ser de 15% para cargos da carreira operacional e de até 30% para cargos das demais carreiras.

Remuneração Variável

Comissões sobre vendas

A área de Recursos Humanos é responsável pelos lançamentos em folha, o departamento comercial define o comissionamento dos vendedores que tem como base de calculo o valor da mercadoria (sem frete e IPI) da nota fiscal de saída que gera contas a receber. O percentual de

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

comissionamento baseia-se na soma de dois indicadores: percentual de volume de vendas e percentual do desconto médio.

PPLR

Destinados a todos os funcionários com o objetivo de proporcionar uma retribuição financeira, na Participação dos Lucros ou Resultados, obtidos pelas empresas do Grupo Mundial, provenientes da melhoria de performance do grupo, das Unidades e das Pessoas e estimular cada um dos funcionários a desenvolver os melhores esforços na utilização racional e eficiente dos recursos disponibilizados.

b. Política de benefícios

Remuneração indireta destinado a todos os colaboradores da companhia, com o objetivo de atrair e manter talentos, bem como auxiliar no bem-estar e qualidade de vida dos funcionários. Dentre os benefícios implantados na Cia podemos citar: plano de saúde e odontológico, medicina do trabalho, transporte coletivo fretado, refeitório e/ou ticket alimentação, auxílio creche, convênios com instituições educacionais, entre outros.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

Não se aplica, a Companhia não possui plano de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Relações entre a Companhia e sindicatos.

A Companhia reconhece a legitimidade dos sindicatos e respeita suas iniciativas e práticas, estando sempre disposta a dialogar, buscando soluções que atendam todos os envolvidos. A Mundial não coloca obstáculos ao exercício da atividade sindical dentro das dependências fabris, e disponibiliza espaço e tempo adequados para isso. Da mesma forma, permite que os sindicatos divulguem assuntos do interesse dos empregados disponibilizando a permanência de representantes sindicais em espaços dentro da Companhia, desde que, solicitem prévia autorização e respeitem as boas práticas de conduta dentro dos preceitos legais vigentes

A Companhia respeita o direito do funcionário a filiar-se ao sindicato de sua categoria profissional ou ao qual o estabelecimento está vinculado, desde que não utilize para isso recursos, bens e a marca da empresa. Os funcionários estão representados por sindicatos e são beneficiados por resoluções de convenções coletivas ou acordos coletivos. No ato da contratação do funcionário a Companhia informa quais sindicatos que representam sua categoria e profissão e que pode optar por se associar a um desses sindicatos por sua livre escolha. A Companhia não adota qualquer tipo de retaliação ou demissão aos funcionários que assumem posição de diretoria nos sindicatos com os quais se relaciona. A esses profissionais são garantidos, durante o período de permanência no cargo de diretoria nos sindicatos, os direitos trabalhistas previstos em lei.

Atualmente, os funcionários estão na sua totalidade sob acordo ou convenção coletiva de trabalho, sendo que apenas os empregados no exterior não estão sob acordo, mas seguem as legislações locais.

Os acordos formais com sindicatos cobrem temas relativos a segurança e saúde. O Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PPLR) dos empregados possui Comissões Eleitas pelos empregados, Comissão Indicada pela Empresa e Representante Legal do Sindicato da Categoria.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para esta seção.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA						
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
43.510	1,755000%	0	0,000000%	43.510	1,755000%	
RTI Gestão de Ativos e Investimentos Ltda						
08.343.232/0001-54	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019		
Não						
700.235	28,232000%	0	0,000000%	700.235	28,232000%	
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES						
92.749.225/0001-63	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
1.000	0,040000%	0	0,000000%	1.000	0,040000%	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.						
86.816.527/0001-04	Brasileira-RS	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
708.907	28,582000%	0	0,000000%	708.907	28,582000%	
ADMINISTRADORES						
	BRASILEIRA-RS	Não	Não	30/04/2019		
Não						
59.732	2,408000%	0	0,000000%	59.732	2,408000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
WIDENHAM INVESTIMENTOS LTDA						
05.941.376/0001-14	Brasileira-RS	Não	Não	30/04/2019		
Não						
513.404	20,700000%	0	0,000000%	513.404	20,700000%	
OUTROS						
452.692	18,252000%	0	0,000000%	452.692	18,252000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 30/04/2019						
780	0,031000%	0	0,000000%	780	0,031000%	
TOTAL						
2.480.260	100,000000%	0	0,000000%	2.480.260	100,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69		
ESPOLIO DE LEW CEITLIN						
387.045.280-34		Não	Sim			
Não						
81	0,018000	0	0,000000	81	0,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
450.590	99,982000	0	0,000000	450.590	99,982000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
450.671	100,000000	0	0,000000	450.671	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES				92.749.225/0001-63		
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA						
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
22.035	12,871000	3.793	1,119000	25.828	5,064000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
HERCULES PARTICIPAÇÕES SOCIEDADE SIMPLES LTDA						
88.145.669/0001-12	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
123.344	72,047000	0	0,000000	123.344	24,185000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
25.819	15,082000	241.810	71,373000	267.629	52,477000	
TOTAL						
171.198	100,000000	338.801	100,000000	509.999	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES				92.749.225/0001-63	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.					
86.816.527/0001-04	Brasileira-RS	Não	Sim	30/04/2019	
Não					
0	0,000000	93.198	27,508000	93.198	18,274000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WIDENHAM INVESTIMENTOS LTDA				05.941.376/0001-14		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Paulo Cesar Pozo de Mattos						
123.290.100-87	Brasileira-RS	Não	Não			
Não						
40	0,010000	0	0,000000	40	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
8.711.341	100,000000	0	0,000000	8.711.341	100,000000	
Widenham Business SA						
05.971.345/0001-06	Uruguay	Não	Não	16/01/2012		
Não						
8.711.301	99,990000	0	0,000000	8.711.301	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				86.816.527/0001-04		
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
112.721	98,018000	0	0,000000	112.721	98,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
364	0,317000	0	0,000000	364	0,317000	
Paulo Roberto Leke						
001.986.760-34		Não	Não	30/04/2018		
Não						
1.915	1,665000	0	0,000000	1.915	1,665000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
115.000	100,000000	0	0,000000	115.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69		
Espolio Lew Ceitlin						
000.478.640-87	BRASILEIRA-RS	Não	Não	25/03/2006		
Não						
81	0,020000	0	0,000000	81	0,020000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
450.590	99,980000	0	0,000000	450.590	99,980000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
450.671	100,000000	0	0,000000	450.671	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HERCULES PARTICIPAÇÕES SOCIEDADE SIMPLES LTDA				88.145.669/0001-12		
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA						
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2018		
Não						
400.000	100,000000	0	0,000000	400.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
400.000	100,000000	0	0,000000	400.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				86.816.527/0001-04		
Maria Vitoria Hess						
440.186.307-00	Brasileira-RS	Não	Não	12/07/2017		
Não						
364	0,317000	0	0,000000	364	0,317000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
112.721	98,018000	0	0,000000	112.721	98,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Paulo Roberto Leke						
001.986.760-34	Brasileira-RS	Não	Não	12/07/2017		
Não						
1.915	1,665000	0	0,000000	1.915	1,665000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				86.816.527/0001-04	
TOTAL					
115.000	100,000000	0	0,000000	115.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69		
Espolio Lew Ceitlin						
000.478.640-87	BRASILEIRA-RS	Não	Não	25/03/2006		
Não						
81	0,018000	0	0,000000	81	0,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
450.590	99,982000	0	0,000000	450.590	99,982000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
450.671	100,000000	0	0,000000	450.671	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

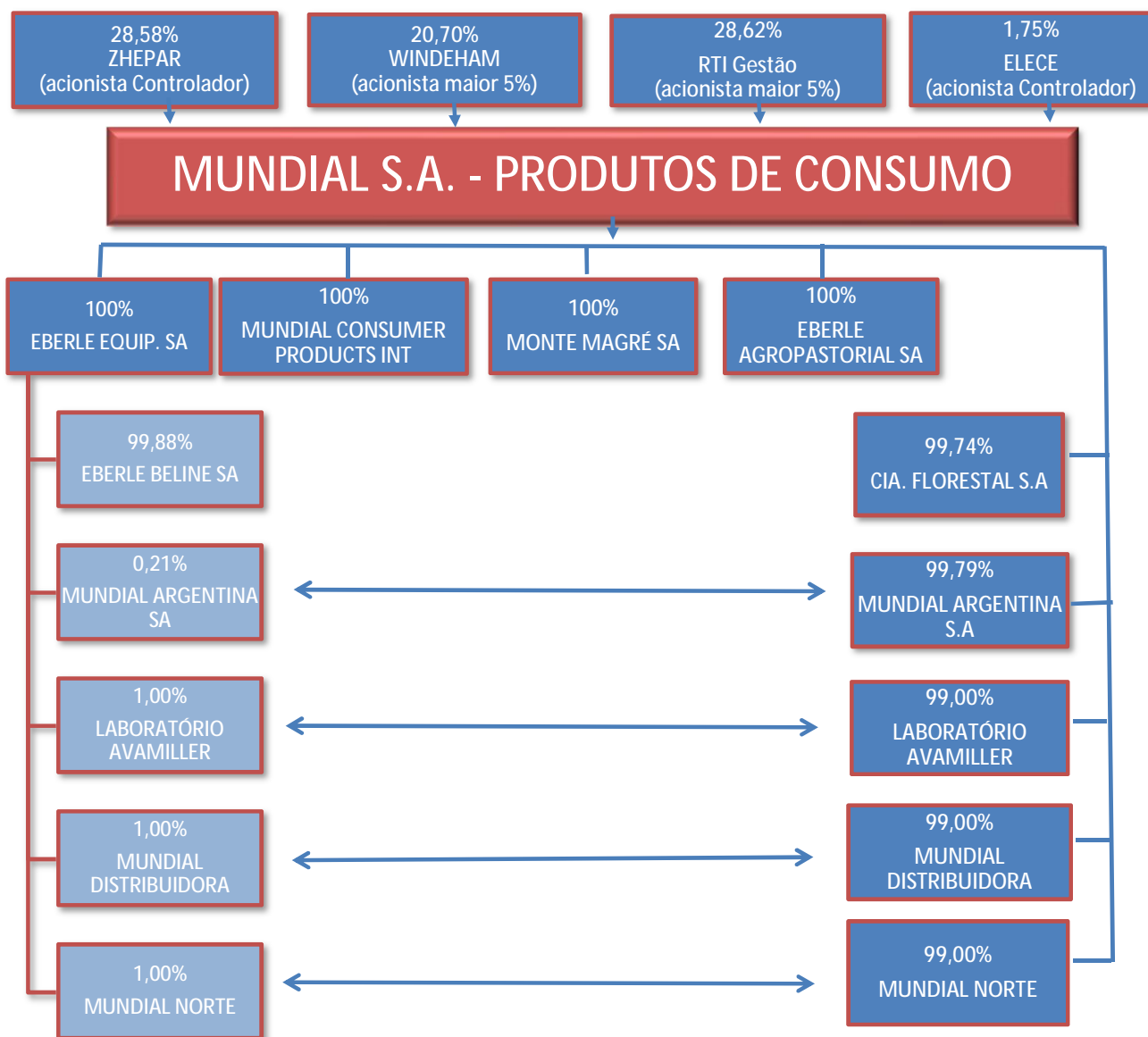
Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.268
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	147
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	19

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.666.331	67,183723%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	1.666.331	67,183723%

ORGANOGRAMA DOS ACIONISTA E GRUPO ECONÔMICO



Data base: 30/04/2019

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordos de acionistas arquivados na sede do emissor que regule o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Acionista Controladora ZHEPAR Participações Ltda. adquiriu, em março de 2016, 186.200 (cento e oitenta e seis mil e duzentas) ações ordinárias (BM&FBovespa: MNDL3) de emissão da Companhia anteriormente pertencentes à Hercules S/A Fábrica de Talheres. As referidas ações foram adquiridas em leilão de venda de ações, realizado na BM&FBOVESPA, por força de ordem judicial. A acionista declarou que a referida aquisição não tem por objetivo alterar a composição do controle acionário ou a estrutura administrativa da Companhia e não tem firmado qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão dessa Companhia.

CATEGORIA	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
	Ações ON	%	Ações ON	%	Ações ON	%
DOS ACIONISTAS						
Acionistas Controladores	753.417	30,38%	753.417	30,38%	753.417	30,38%
Administradores	59.732	2,41%	59.732	2,41%	59.732	2,41%
Ações em tesouraria	780	0,03%	780	0,03%	780	0,03%
OUTROS	1.666.331	67,18%	1.666.331	67,18%	1.666.331	67,18%
TOTAL AÇÕES	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%

15.7 - Principais operações societárias

Exercício 2018

a. Evento 2

Fechamento da subsidiária Mundial Personal Care.

b. principais condições do negócio:

Encerramento das atividades da subsidiária.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia e sua subsidiária Mundial Personal Care.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Não houve efeitos desta operação no quadro acionário da companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

ANTES	Participação	
	Direta	Indireta
Mundial Personal Care	100%	

DEPOIS	Participação	
	Direta	Indireta
Mundial Personal Care	0%	

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

A operação não envolveu os acionistas da Companhia.

a. Evento 1

Abertura da subsidiária no Uruguai.

b. principais condições do negócio:

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 03 de abril de 2018, foi ratificada a aquisição 100% das ações da empresa MAMSTAR S.A, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no mesmo ato foi também aprovada a alteração do

15.7 - Principais operações societárias

nome da MAMSTAR S.A para MUNDIAL CONSUMER PRODUCTS INTERNATIONAL SOCIEDAD ANÓNIMA, como Subsidiária Integral da Companhia na República Oriental do Uruguai e a alteração da sede social da empresa (inscrita nos termos do artigo 123 da Lei das Sociedades Comerciais deste País) nas instalações da empresa BOM PORT S.A. na rua Guatemala s/n, Porto Livre, Porto de Montevideú.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações no quadro acionário da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

ANTES	Participação	
	Direta	Indireta
Mundial Consumer Products International Sociedad Anónima	0%	

DEPOIS	Participação	
	Direta	Indireta
Mundial Consumer Products International Sociedad Anónima	100%	

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Aprovada e deliberada em Reunião do Conselho realizada em 03/04/2018.

15.7 - Principais operações societárias

Exercício 2017

a. Evento 2

Aquisição de empresa no exterior.

b. principais condições do negócio:

Autorizada a aquisição de uma empresa situada no Porto Livre de Montevideo (Uruguai), para futura abertura de uma subsidiária. A nova subsidiária será controlada pela Mundial S/A – Produtos de Consumo, com o objetivo de incrementar a comercialização internacional na América Latina, aumentando as operações de importação e distribuição regional e internacional dos produtos da Mundial S/A – Produtos de Consumo, sob as marcas Mundial, Hercules, Eberle e Impala, bem como eventuais marcas e submarcas a serem criadas.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações no quadro acionário da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alteração no quadro societário até o encerramento do exercício.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

A aquisição foi deliberada e aprovada em Reunião do Conselho realizada em 30/08/2017.

a. Evento 1

Alienação de participação nas subsidiárias Mundial INC e Mundial Ásia.

b. principais condições do negócio:

15.7 - Principais operações societárias

Em janeiro de 2017, a Companhia assinou Contrato de Venda com a ZHEPAR PARTICIPAÇÃO LTDA, através de sua Controlada EBERLE EQUIPAMENTOS E PROCESSOS S.A, onde efetuou a venda dos investimentos indiretos, duas subsidiárias Mundial Ásia e Mundial INC.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua Controlada EBERLE EQUIPAMENTO E PROCESSOS S.A e acionista ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações no quadro acionário da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

ANTES	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100%	
Mundial INC		100%
Mundial ASIA		100%

DEPOIS	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100%	
Mundial INC		0%
Mundial ASIA		0%

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Foram efetuadas avaliações independentes por auditores nos países dos quais cada uma das sociedades atua.

Foi apresentada uma Proposta para os acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2016, inclusive facultado aos demais acionistas o direito de preferência nos termos da Lei, direito este exercido por apenas um acionista minoritário.

15.7 - Principais operações societárias

Exercício 2016

a. Evento 1

Alienação ações da Companhia.

b. principais condições do negócio:

O Acionista Hercules S.A – Fábrica de Talheres, em atendimento ao artigo 12 da instrução CVM 358/2002, por força de decisão judicial do Juízo da 16 Vara de Porto Alegre/RS alienou o total de 258.750 ações ordinárias (BM&FBovespa: MNDL3) de emissão da MUNDIAL S/A – PRODUTOS DE CONSUMO, correspondentes à 10,43% das ações ordinárias e, portanto, do capital total.

A alienação foi efetivada no pregão da BM&FBOVESPA, em leilões realizados em 09/03/2016 e 17/03/2016.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, HERCULES S.A – FÁBRICA DE TALHERES, ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA..

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação resultou alterações na participação do controlador.

CATEGORIA	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
	Ações ON	%	Ações ON	%	Ações ON	%
ACIONISTAS						
Acionista com mais de 5%	1.003.624	40,46%	768.158	30,97%	659.751	26,60%
Acionistas Controladores	753.417	30,38%	825.967	33,30%	825.967	33,30%
Administradores	59.732	2,41%	60.913	2,46%	61.534	2,48%
Ações em tesouraria	780	0,03%	780	0,03%	780	0,03%
OUTROS	662.707	26,72%	824.442	33,24%	932.228	37,59%
TOTAL AÇÕES	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%

e. quadro societário antes e depois da operação:

15.7 - Principais operações societárias

Quadro Societário antes da alienação		
ACIONISTAS	AÇÕES ON	%
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	259.750	10,47%
Zhepar Participações	522.707	21,07%
Outros	1.697.803	68,45%
TOTAL	2.480.260	100,00

Quadro Societário depois da alienação		
ACIONISTAS	AÇÕES ON	%
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	1.000	0,04%
Zhepar Participações	708.907	28,58%
Outros	1.770.353	71,38%
TOTAL	2.480.260	100,00

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

A alienação foi efetivada em leilão ocorrido no pregão da BM&FBOVESPA.

a. Evento 2

Aumento do Capital Social na Controlada Eberle Equipamentos e Processos S.A

b. principais condições do negócio:

Em 29 de agosto de 2016, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital na coligada Eberle Equipamentos e Processos, no valor de R\$ 2.950, através da transferência do investimento na empresa Mundial INC.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua Controlada Eberle Equipamentos S.A e a subsidiária Mundial Inc.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações na participação do controlador.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Antes

15.7 - Principais operações societárias

	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100,00	-
Mundial Inc	100,00	-

Depois

	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100,00	-
Mundial Inc		100,00

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Não há.

a. Evento 3

Aquisição de participação subsidiária Mundial Co.

b. principais condições do negócio:

Em fevereiro de 2016, a subsidiária Mundial Ásia adquiriu 30% da participação pertencente a Joint Best Holdings Limited na Mundial Co, tornando-se a única controladora.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua subsidiária Mundial Co.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações na participação do controlador.

e. quadro societário antes e depois da operação:

	ANTES		DEPOIS	
	% de participação		% de participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mundial Co		-		-
		70,00		100,00

15.7 - Principais operações societárias**f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.**

Não há.

a. Evento 4

Aumento de capital social na coligada Mundial Argentina.

b. principais condições do negócio:

Em outubro de 2016, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital na coligada Mundial Argentina, no montante R\$ 14.628, através de integralização de capital do saldo credor detido pela Companhia a receber da Mundial Argentina S.A.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua coligada Mundial Argentina.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações na participação do controlador.

e. quadro societário antes e depois da operação:

	ANTES		DEPOIS	
	% de participação Direta	% de participação Indireta	% de participação Direta	% de participação Indireta
Mundial Argentina	96,91	3,09	99,79	0,21

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Não há.

15.8 - Outras informações relevantes

Não houve outras informações relevantes no controle do Grupo Econômico da Companhia no último exercício.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Apesar de não ter uma Política formal quanto a realizações de transações com partes relacionadas, a Administração da Companhia fiscaliza e monitora as regras e práticas de governança, visando assegurar que qualquer transação com parte relacionada seja realizada com plena independência e absoluta transparência, sempre para o melhor interesse da Companhia e obedecendo as recomendadas e exigências da legislação em vigor que orienta sobre o assunto, tais como: A Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de:

- (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia;
- (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de Assembleia geral; e
- (iii) intervirem qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

O Estatuto Social na Companhia, Art. 13, f. VI, descreve que compete ao Conselho de Administração deliberar sobre quaisquer contratos com membro da Diretoria, do Conselho de Administração, ou ainda com partes relacionadas.

A realização de negócios relevantes com quaisquer partes relacionadas é submetida a aprovação pelo Conselho de Administração.

Dentre as transações realizadas podemos destacar que a Companhia, realiza no curso normal dos seus negócios operações no Brasil e no exterior com sua coligada controladas e outras partes relacionadas. Referidos negócios são celebrados a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições estabelecidas entre as partes, e são divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços são realizadas em condições específicas acordadas entre as empresas da Companhia e levam em consideração os volumes de operações, a periodicidade das transações e a segmentação do processo interno de produção dentro do grupo. Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES	13/12/2013	324.582.166,34	R\$ 324.582.166,34	Sim	Debêntures perpétuas.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Emissão de Debêntures						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Vencimento, na sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.						
Natureza e razão para a operação	Debêntures perpetuas sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES	27/01/1986	14.860.231,70	R\$ 14.860.231,70	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	06/01/2009	19.100.599,23	19.100.599,23	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Mundial Norte Distr. de Produtos de Consumo Ltda	01/04/2013	322.388,14	322.388,14	Sim	Inderterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
Não há.							
Natureza e razão para a operação							
Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
Eberle Equipamentos e Processos S/A	29/04/1986	14.917.114,44	R\$ 14.917.114,44	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado							
Garantia e seguros							
Não há.							
Rescisão ou extinção							
Não há.							
Natureza e razão para a operação							
Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	01/12/2010	129.510.733,48	R\$ 129.510.733,48	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CIA FLORESTAL	31/12/2002	1.289.092,90	R\$ 1.289.092,90	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Eberle Bellini	02/01/1990	5.353.957,37	R\$ 5.353.957,37	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
EBERLE AGROPASTORIL	30/06/1990	2.199.471,91	R\$ 2.199.471,91	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MONTE MAGRÉ	02/09/1986	31.783.115,71	R\$ 31.783.115,71	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Eberle Equipamentos e Processos S/A	01/01/2015	16.968,79	R\$ 0,00	Sim	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadorias						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Vendas Efetuadas durante 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	01/01/2015	108.965.136,70	R\$ 38.898.138,03	Sim	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadoria						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas efetuadas em 2018.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL ARGENTINA	01/01/2015	1.979.265,51	R\$ 9.045.323,63	Sim	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadorias						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadoras realizadas em 2018 e saldo a receber em 2018 atualizados pela variação cambial.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL Inc.	30/09/2003	918.190,67	R\$ 918.190,67	Sim	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Conta corrente entre partes relacionadas para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse;**

As transações entre a Companhia e as partes relacionadas obedecem ao que determina o artigo 245 da Lei 6.404/76 da Lei das Sociedades Anônimas, como forma de lidar com os conflitos de interesses e como tratar Subsidiárias, Coligadas e Controladas.

A Diretoria Executiva e todos os colaboradores da empresa estão comprometidos com o Código de Conduta Ética da Companhia, que previne a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, devem ser submetidas à Administração.

Em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia esta impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia, bem como nos casos de reestruturações societárias envolvendo partes relacionadas a Administração da Companhia assegura que será dado tratamento equitativo para todos os seus acionistas através da aprovação por meio assembleias.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou pagamento compensatório adequado.

As transações e os negócios efetuados com Coligadas e Controladas da Companhia seguem aos padrões de mercado e são amparadas somente pelo estrito interesse entre as partes relacionadas.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre entidades controladas e outras partes relacionadas.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços são realizadas em condições específicas acordadas entre as empresas da Companhia e levam em consideração os volumes de operações, a periodicidade das transações e a segmentação do processo interno de produção dentro do grupo. Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Todas as transações entre as empresas controladora e controladas foram eliminadas nas informações contábeis consolidadas.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Os impactos das transações entre controladora, coligadas e controladas estão demonstrados a seguir:

	2018				
	Debêntures	Contas a receber por vendas	Ativo por conta corrente	Passivo por conta corrente	Outras
Controladora					
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	324.582	-	14.860	-	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	-	-	14.917	-	6.880
Mundial Argentina	-	9.045	-	-	-
Mundial Inc.	-	-	919	-	-
Laboratório Avamiller de Cosméticos	-	-	19.101	-	-
Monte Magré S.A.	-	-	-	31.783	-
Eberle Agropastoril	-	-	2.199	-	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	-	1.289	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	-	38.898	-	129.511	598
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	-	-	-	322	-
Eberle Bellini	-	-	-	5.354	-
Saldo em 2018	324.582	47.943	53.285	166.970	7.478

	2017				
	Debêntures	Contas a receber por vendas	Ativo por conta corrente	Passivo por conta corrente	Outras
Controladora					
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	324.582	-	10.059	-	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	-	-	12.256	-	6.060
Mundial Argentina	-	5.033	-	-	-
Mundial Inc.	-	3.816	784	-	-
Laboratório Avamiller de Cosméticos	-	-	32.897	-	-
Monte Magré S.A.	-	-	-	31.958	-
Eberle Agropastoril	-	-	2.194	-	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	-	1.280	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	-	27.039	-	102.026	479
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	-	-	-	527	-
Mundial Personal Care	-	899	3.347	-	-
Eberle Bellini	-	-	-	5.360	-
Saldo em 2017	324.582	36.787	62.817	139.871	6.539

	2018	
	Venda de produtos e serviços	Despesa financeiras e outras
Controladora		
Mundial Argentina	1.979	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	17	(1.056)
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	108.965	(1.715)
Laboratório Avamiller	11	-
Saldo em 2018	110.972	(1.132)

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

	2017		
	Venda de produtos e serviços	Variação cambial	Despesa financeiras
Controladora			
Mundial Argentina	3.416	-	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	-	-	(828)
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	93.683	-	(69)
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	196	-	-
Laboratório Avamiller	13	-	-
Mundial Personal Care	-	49	-
Saldo em 31/12/17	97.308	49	(897)

Consolidado	Debêntures	Saldo ativo por conta corrente
Hercules S.A. - Fábrica de Talheres	324.582	-
Hercules S.A. x Mundial S.A	-	17.827
Mundial Ásia	-	2.170
Mundial INC	-	917
Saldo em 2018	324.582	20.914
Saldo em 2017	324.582	15.661

Hercules S.A – Fábrica de Talheres

Debêntures

O saldo das debêntures a receber é de R\$ 324.582. Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela Hercules S.A no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente conta corrente.

Outras controladas

As transações com Monte Magré S.A., Eberle Agropastoril e Eberle Bellini, decorrem de transferências e rateio de despesas.

As demais transações com as empresas controladas referem-se a transferências de numerários na modalidade de conta corrente entre as empresas.

Remuneração dos saldos das contas:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Empresas no exterior	Variação cambial	Indeterminado
Demais empresas relacionadas	Não remuneradas	Indeterminado

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras operações ou informações com Partes Relacionadas relevantes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
22/03/2013	43.794.105,18		2.480.260	0	2.480.260

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aumento do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
22/03/2013	297.631.213	0	297.631.213	2.480.260	0	2.480.260

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do Capital Social da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Não existem informações relevantes para esta seção.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do Lucro Líquido ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não há
Outras características relevantes	A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos, ou que os obriguem à realizar oferta pública.

Conforme o Art. 13, letra “g” do Estatuto Social da Companhia o Conselho de Administração além dos poderes que a lei lhe confere, terá as seguintes atribuições no que se refere ao cumprimento da realização de oferta pública:

“g) deliberar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações, bem como debêntures não conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no art. 7º deste Estatuto, podendo ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei”

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos descritos no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.021.389	22,99	19,00	R\$ por Unidade	21,25
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.059.460	21,50	17,00	R\$ por Unidade	20,20
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	733.813	25,30	20,00	R\$ por Unidade	22,35
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	756.450	28,00	24,00	R\$ por Unidade	26,32

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	821.524	14,00	10,52	R\$ por Unidade	11,90
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.607.711	14,80	12,00	R\$ por Unidade	13,09
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	838.059	17,99	13,20	R\$ por Unidade	15,39
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.278.967	23,97	17,98	R\$ por Unidade	20,49

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.446.915	9,24	4,60	R\$ por Unidade	7,14
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.470.035	12,20	8,50	R\$ por Unidade	10,16
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	670.328	11,90	8,50	R\$ por Unidade	10,26

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

O Mercado Brasileiro em que os Valores mobiliários são negociáveis é na BM&BOVESPA S/A – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários emitidos pela Companhia negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos exercícios.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos exercícios.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos exercícios.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para esta secção.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aquisições, cancelamentos ou alienações das ações mantidas em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

CATEGORIA DOS ACIONISTAS	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
	Ações ON	%	Ações ON	%	Ações ON	%
Ações em tesouraria	780	0,03%	780	0,03%	780	0,03%
OUTROS	2.479.480	99,97%	2.479.480	99,97%	2.479.480	99,97%
TOTAL AÇÕES	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação como reserva de capital.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 26/01/2012

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Os Administradores, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características e locais de consulta

A comunicação da negociação deve ser comunicada à CVM, à Companhia e, se for o caso, à Bolsa de Valores e ao Mercado de Balcão nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo III do Manual de Normas sobre Política de Divulgação e Uso de Informações sobre Ato ou Fato relevante e de Negociação de valores Mobiliários, a sua posição acionária indicando a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da companhia e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, de que sejam titulares, seja em nome próprio, seja em nome de Pessoas Ligadas, bem como as alterações nessas posições.

A comunicação à CVM deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento das políticas de divulgação e uso de informações.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relacionadas às movimentações de valores mobiliários da Companhia foram atualizadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de janeiro de 2012, e divulgadas ao mercado pelo sistema IPE no site da CVM em 17 de fevereiro de 2012.

O Manual de Normas sobre Política de Divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários está à disposição no site da Companhia em www.mundial.com .

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Procedimentos Internos para Informar e Divulgar Ato ou Fato Relevante

Todos os administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes e na negociação de valores mobiliários da Companhia, deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, as reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, relativas a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, deverão contar com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa indicada para este fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando a que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado.

A Companhia adotou em seu Código de Conduta capítulo específico para tratar da divulgação e uso de informações a serem divulgadas, é dever de todos os funcionários e prestadores de serviços da Companhia zelar pela imagem institucional, reputação empresarial, marcas e produtos da Mundial S/A, sendo assim:

Não é permitido aos acionistas controladores, administradores (Conselheiros e Diretores) e membros do Conselho Fiscal e Consultivo ou ainda por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na empresa, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante a negociação de valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da empresa, é vedada as negociações com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciadas, pela própria empresa aberta;
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados;
- Idêntica vedação se aplica também aos administradores que se afastem da administração da empresa antes da divulgação pública de negócio ou fato

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento;

- Transacionar qualquer valor mobiliário de emissão da empresa ou a eles referenciado no período de 15 (quinze) dias que antecede a divulgação das informações trimestrais e anuais.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A política de divulgação de ato ou fato relevante, os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e a política de negociação de valores mobiliários adotada pela Companhia foram atualizadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de janeiro de 2012, e divulgadas ao mercado pelo sistema IPE no site da CVM em 17 de fevereiro de 2012. O Manual de Normas sobre Política de Divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários está a disposição no site da Companhia em: www.mundial.com.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Desta forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

Cumpra aos administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante sobre a Companhia o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Instrução CVM nº 358/02, artigo 8º). Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deverá ser contatado a fim de sanar a dúvida.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores juntamente com o Diretor Administrativo são os responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.